

Planta do Arsenal de Marinha, em 1818, cerca de 30 anos antes de ser o mesmo drigido pelo futuro Visconde de Inhaúma.

SUMARIO

Editorial	3
O Visconde de Inhaúma	4
Mitre, Caxias e Inhaúma	24
Homenagem ao Visconde de Inhaúma	42
O Almirante John Pascoe Grenfell na Marinha e na História do Brasil	46
Uma Façanha de Grenfell no Prata	77

**NÚMERO COMEMORATIVO DOS CENTENARIOS DE
FALECIMENTO DOS ALMIRANTES VISCONDE DE INHAÚMA
E GRENFELL**

A
981.005

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA

Diretor: Vice-Almirante LEVY ARAÚJO DE PAIVA MEIRA

Vice-Diretor: Capitão-de-Fragata MAX JUSTO GUEDES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA MARÍTIMA

Chefe: Capitão-Tenente ANTÔNIO LUIZ PÔRTO E ALBUQUERQUE

DEPARTAMENTO DE PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO

Chefe: Capitão-Tenente (A-MO) JOSÉ BARBOSA DA SILVA



*Paganum
30253
no do exemplar
51943*

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA MARÍTIMA

MINISTÉRIO DA MARINHA — RIO DE JANEIRO



EDITORIAL

O SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA entrega aos estudiosos de nossa História a sua velha publicação — Subsídios para a História Marítima do Brasil — com nova roupagem e novo nome: NAVIGATOR. A dinamização que o Serviço tem procurado dar às suas atividades chega, assim, à História Naval. Era indispensável que esta fôsse levada ao grande público e muito especialmente a todo o pessoal da Marinha. Ciente de que apenas pequeno número de seus oficiais e praças é especialista em assuntos históricos, mas consciente de que todos devem conhecer as nossas afirmações e experiências pretéritas para delas colhêr os ensinamentos e o estímulo para as árduas tarefas que o momento nos impõe, procurou o SDGM modernizar a sua útil publicação, tornando-a mais atraente e objetiva. Que não falte ao NAVIGATOR o apoio e o interesse dos leitores é o apêlo aqui formulado.



Le vice-amiral brésilien, vicomte d'Inhaúma.

Retrato à paisana do Almirante Visconde de Inhaúma, publicado em periódico francês do século XIX.

O VISCONDE DE INHAÚMA

Prof. Américo Jacobina Lacombe

CONSIDERO uma homenagem ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a cujo quadro tenho a honra de pertencer, e que estou autorizado a associar a esta comemoração, o convite honroso que recebi dêste clube, cheio de tão belas tradições, para evocar a vida de um dos maiores nomes de nossa História Militar, aquêle que percorreu

modestamente uma carreira excepcional, usando com simplicidade três nomes próprios, mas que a história consagrou com o título glorioso que lhe conferiu o Imperador Dom Pedro II: Visconde de Inhaúma.

Estamos em face da vida de um herói; de um herói autêntico, participante de todos os feitos de nossa vida mili-

depois seu mestre o Cônego Januário Barbosa, humanista insigne, que juntamente com a boa latinidade lhe transmitiu as sólidas raízes de uma cultura cristã, a que foi fiel até o fim da existência. Desde êstes verdes anos, cultivou as boas letras, manejando a pena quase tão hábilmente quanto a espada e uma fidelidade às crenças tradicionais da raça que dão à fisionomia do guerreiro uma tonalidade de cruzado, fenômeno que só tem paralelo no estilo de combate de seu grande companheiro: Caxias. Suas caricaturas, distribuídas no Paraguai, representavam-no carregado de rosários e bentinhos: "Deixem-me com a minha crença", diz êle em carta íntima, "e ponham-me as alcinhas que quiserem".

Aos 14 anos e meses ingressava na Academia de Marinha, saindo guardamarinha em 1823. Logo no ano seguinte embarca na *Pedro I*, ao comando de Lorde Cochrane. Tratava-se de salvar a unidade do Império ameaçada pela Confederação do Equador. Em 1825, com dezessete anos, portanto, já era Segundo-Tenente, pôsto em que vai tomar parte em outra luta gravíssima, a Guerra da Ciplastina. O velho Almirante Rodrigo Lôbo pode ter tido numerosas qualidades, mas certamente não se caracterizava por grande rapidez de decisão. Deixando a defesa da Colônia entregue a uma força diminuta, sob o comando do bravo Mariath, expôs as forças brasileiras a uma derrota evitada pelo pundonor daquele insigne defensor, aliado a *panache* do futuro Barão de Taquari, que repetiram naquele cenário, repleto de lembranças heróicas dos Vasconcelos e dos Veigas Cabrais, feitos dignos dos antepassados portugueses, e realizados no mesmo estilo. Foi aí que começou a distinguir-se o Tenente Joaquim, conseguindo trazer em meio à esquadra inimiga, de indiscutível superioridade, os reforços com que foi salva a posse da base da Marinha Brasileira.

É dessa campanha o episódio que vai constituir o alvo principal de seus adversários políticos: a aventura do ataque à Patagônia. Planejou-o, e mal, o nôvo Comandante, o Barão do Rio da Prata (Almirante Pinto Guedes). Entregou sua execução a um oficial de sua in-

teira confiança: Shepherd. Êste teria ultrapassado as instruções recebidas, ponto nunca averiguado porque, emitidas em única via, foram confiadas ao comandante que não sobreviveu ao malôgro. Joaquim José Inácio portou-se dignamente. Depôs nesse sentido a testemunha mais credenciada: o futuro Marquês de Tamandaré, que tirou do episódio o seu aspecto lúgubre com a célebre aventura de revoltar o navio que conduzia os prisioneiros e conduzi-lo de volta a Montevidéu, sem que os comboiadores o percebessem.

Entretanto, o Barão do Rio da Prata, ausentes no outro mundo ou na prisão os principais informantes, já enviara sua versão dos fatos ao governo imperial, inculcando alguns comandantes, inclusive Joaquim José Inácio.

Não é possível ler sem indizível interesse as publicações do nobre barão: A sua *Defesa*, o seu *Echec et mat* e, finalmente, sua *Resposta*. São opúsculos dignos do antigo frade, mais hábil em esgueirar-se pelas regras do silogismo de Aristóteles e as finuras da dialética de Cícero, que cita a todo propósito em latim, de que entre os meandros do Rio da Prata. Não consegue, porém, escapar a esta contradição flagrante: se o seu juízo a respeito dos acontecimentos se fixou sem a formalidade de um Conselho de Guerra, que êle reputava essencial, porque as principais testemunhas estavam ausentes, como pôde êle, *confessadamente desinformado*, distribuir as responsabilidades? Terminou por propor ao Governo que os suspeitos ficassem sem promoções até revelarem, em outra oportunidade, as qualidades bélicas postas em dúvida.

Se o Barão do Rio da Prata desejava a prova de fogo, teve-a logo em seguida. No combate de Pozos, o Tenente Inácio liberta um companheiro encalhado nas águas barrentas do Prata e dominam juntos um inimigo duplamente mais armado. Já então assumira o comando o lendário Oliveira Botas, com quem o jovem tenente se liga excelentemente. Joaquim José Inácio é promovido logo a Primeiro-Tenente em 18 de outubro de 1829, recebendo, ainda, como prova de que não pairavam mais dúvidas quanto ao incidente anterior, o hábito

Joaquim José Inácio

Filho bastardo do Sr. Victorino, e da D.ª Maria
 Inês, natural de Lisboa, baptizado na Pri-
 queija dos Reis, da cidade de Namora.

Foi matriculado no 2.º anno de mathematicas, e
 no 1.º de applicação, depreh. he de Sr. Com. e Direc-
 tor da Real Academia dos G. e M.
 de 2 de Março de 1821. Sr. Com. e Direc-
 tor, applicação, expressamente. 1.º

Por despacho de Sr. Com. e Director da Aca-
 demia Nacional, e Real dos G. e M.
 de 2 de Março de 1822, foi matricula-
 do no 2.º anno Mathematicas, no Real
 M.º Sr. Com. e Direc-
 tor, applicação, expressamente. 2.º

Por Ordem de Sr. Com. e Director da Aca-
 demia Nacional, e Imperial dos G. e M.
 de 2 de Março de 1823, foi matriculado no 2.º anno
 Mathematicas, e de applicação, em 2
 de Março de 1823.

de Cavaleiro de Cristo. Deveria, pois, estar dissolvida a nuvem levantada pelo Barão do Rio da Prata e encerrado o incidente. Pois não estava. Apenas o nosso biografado, muitos anos mais tarde, pisou a arena traiçoeira da política, teve que amargar a reedição das dúvidas de seu antigo chefe, não comprovadas, como o próprio autor declarara, e amplamente ressarcidas e superadas por atos emanados das mesmas autoridades navais. E o mais triste é que estas injustas acusações saem da pena de um dos mais altos expoentes da cultura política do Brasil. Bastante razão tinha o mordaz conselheiro Lafayette quando lançava o seu famoso dito: “a política não tem entranhas”.

Entre o fim da Guerra da Cisplatina, que teve epílogo digno, com honra para ambas as partes, na forma clássica, e que marcou uma linha definitiva em nossa política platina e a sua entrada para o governo em 1861, Joaquim José Inácio percorre dignamente os graus da carreira naval. Único incidente triste é o do naufrágio da escuna *Jaguaripe*, em 1833, na saída de Santos e que foi encalhar em frente de Laguna, em Santa Catarina. Saindo em último lugar do barco naufragado, conforme a ética, salvou-se com um irmão e reuniu-se à tripulação. Este irmão, Bento, é o mesmo que morreria, muito depois, no naufrágio da *D. Isabel* nas costas marroquinas. Desta vez teve Conselho de Guerra, que o declarou totalmente isento de culpa.

Foi ele que conduziu à Bahia, para ser encerrado no forte do Mar, o chefe revolucionário Bento Gonçalves. Fê-lo com a humanidade que caracteriza o brasileiro. Daí não terem faltado acusações de cumplicidade na fuga do grande herói gaúcho, máxime sabendo-se que nesse acontecimento interferiu a maçonaria, de que era sincero participante Joaquim José Inácio. Mas nada teve o comandante do barco com a fuga, que se deu em época posterior. As cartas de Bento Gonçalves, lidas perante a Câmara por Jequitinhonha eximem o comandante de qualquer responsabilidade.

Em 1837, já como Capitão-Tenente, tomou parte na repressão à Sabinada, surto de republicanismo baiano. Coube-

-lhe o bloqueio do pôrto, medida decisiva na debelação do movimento.

Em 1840 é na debelação do próprio movimento gaúcho que se ocupa. Não seria certamente convocado para essa missão se pairasse qualquer dúvida acerca de sua fidelidade ao Governo central. Como inspetor dos arsenais da província conflagrada defendeu a cidade do Rio Grande de um ataque dos republicanos, merecendo altas referências do Presidente Saturnino de Sousa e Oliveira.

Já era Capitão-de-Fragata, e Cavaleiro da Ordem de Avis, em 1845, quando conduziu ao Sul o Imperador, no Comando da fragata *Constituição*, viagem que selou definitivamente a paz obtida por Caxias. Pelo desempenho da missão, foi nomeado, a 2 de dezembro daquele ano, 20º aniversário do Imperador, Comendador da Rosa.

Novas missões técnicas, inclusive uma viagem à Inglaterra para reparos em unidades da Armada, valeram-lhe elogios de técnicos ingleses e do então Ministro em Londres, José Marques Lisboa, irmão de seu colega Tamandaré.

Na volta, é novamente incumbido de abafar um sério movimento revolucionário: o último do Império, a Revolta Praieira, em Pernambuco. “Não foi uma batalha”, dirá ele mais tarde, “foi uma caçada diabólica de que escapei por milagre”.

Novamente no Comando da *Constituição* voltou à corte em 1849, já promovido a Capitão-de-Mar-e-Guerra para assumir o cargo de Inspetor do Arsenal de Marinha, a que se juntavam naquele tempo, as funções de Capitão do Pôrto do Rio de Janeiro. Foi aí que o alcançou a nova promoção a Chefe-de-Divisão, em 1852, aos 44 anos de idade. Teve a coragem de enfrentar uma autêntica obra de Santa Engrácia, que desafiava tôdas as administrações: o famoso dique da ilha das Cobras que, começado em 1824, só terminou, em grande parte pelos esforços do Inspetor de Arsenal Joaquim José Inácio, em 1861. O auxílio que deu à recuperação do navio português *D. Maria II* valeu-lhe o hábito de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada. Desde 1855 era o Presidente da Comissão de Prêças, espinhosa comissão que

Meu por bem. Nomear Cavalleiros da Ordem de São Bento de
 Aviz ao Capitão de Fragata Joaquim José Ignacio, e ao Capiti-
 tão de Artilheria de Marinha José Vinancio Cantalicio. Pa-
 lacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Março de mil oito cen-
 tos e quarenta e quatro, vigesimo terceiro da Independencia e
 do Imperio.

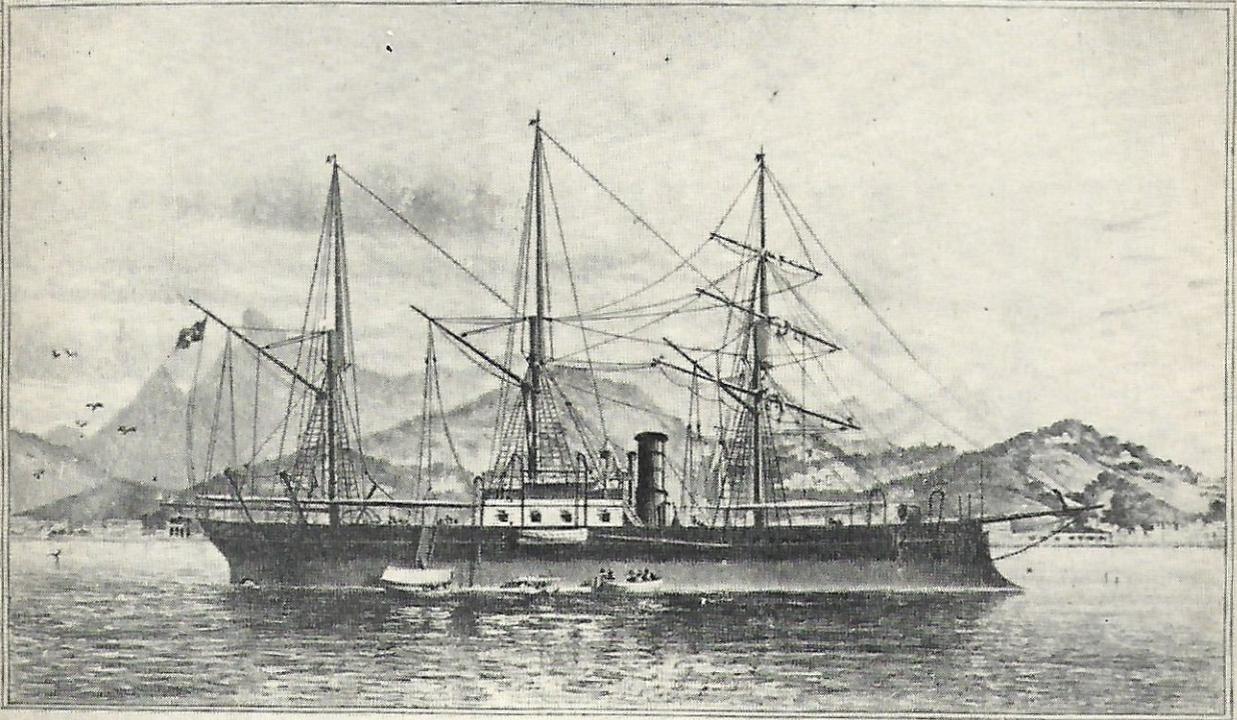


Leonor de Almeida e Silva

P. C. ao Capitão de Artilheria de Marinha José Vinancio
 Cantalicio em 31 de Abril de 1844

Idem ao Capitão de Fragata Joaquim José Ignacio, em
 17 de Junho de 1844

Doc. 98



BRASIL

Primeira corveta encouraçada da armada brasileira.

O encouraçado "Brasil", quando nôvo.

Ihe deu muitas dores de cabeça, e desde 1856, promovido a Chefe-de-Esquadra, recebera, como era de praxe, o título de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, inerente a todos os oficiais-generais. Comendador da Ordem de Cristo, de que já era Cavaleiro em 58, de Avis em 1860, recebeu, logo depois a Comenda da Legião de Honra.

Em 1852, haviam começado seus incidentes com uma figura política que com êle se cruzaria várias vêzes: o grande jurista, por tantos títulos respeitável, Zacarias de Góis e Vasconcelos. Por infelicidade, em relação ao nosso Almirante, não teve Zacarias ocasião de revelar, nesse momento, algumas das altas qualidades de que era indiscutivelmente dotado. Discutia-se a reforma da Secretaria da Marinha, reforma só aprovada em 1858. Tinha naquele momento o ministro, por lei, dois ajudantes, com o título de ajudantes-de-ordens. Como Encarregado do Quartel-General da Ma-

rinha, função que então exercia, devia Joaquim José Inácio considerar-se ajudante-de-ordens. Representou êle contra essa anomalia. Só os soberanos, entre os povos civilizados, tinham oficiais-generais como ajudantes-de-ordens, disse êle. Apresentou um plano de reforma. Não foi êste aceito. Não se conformando com a situação constrangedora em que ficara, pediu dispensa das funções de Encarregado do Quartel-General e do Conselho Naval. Entregou-se então o Almirante a leituras e traduções, coisa a que há muito tempo não tinha lazer para se dedicar. Grande proveito tirou para si mesmo e para o serviço da Marinha à qual ofereceu alguns dêstes trabalhos.

Mas a roda da política é traiçoeira. Dentro de alguns anos estavam invertidas as posições. Incumbido de organizar o Gabinete de 2 de março de 1861, Caxias quer entregar a Pasta da Marinha a um técnico, como hoje se diria. E vai chamar o seu companheiro de lu-

tas no Rio Grande. Está assim Joaquim José Inácio em plena política, Ministro da Marinha no Gabinete chefiado por Caxias, tendo na Fazenda e nos Estrangeiros o Visconde do Rio Branco (professor de Economia Política e diplomata) e no Império, Saião Lobato. Ministério técnico, como se vê. Mas não ficaram nisso suas funções políticas. Coube-lhe instalar o Ministério da Agricultura, recém-criado. Está claro que a oposição quis glosar a escolha de um almirante para a Pasta da Agricultura, coisa que o Governo defendeu cabalmente lembrando que o novo ministério era da Agricultura e Obras Públicas, e destas havia o Almirante tido larga experiência em suas funções de diretor de arsenais.

Como ministro, devia o jovem Almirante não somente administrar as pastas que lhe estavam entregues, mas ainda enfrentar uma desenfreada oposição, ávida de inverter as posições da gangorra partidária. Não esqueçamos de que alguns anos depois, um bacharel, político traquejado, pôsto à frente da Pasta da Guerra, no Gabinete Lafayette, viu-se derrotado exatamente no terreno que lhe devia ser favorável, que era o debate parlamentar.

Pois não se saiu mal nos perigosos lances políticos e na sua perigosa dialética parlamentar o antigo aluno de Lógica e Humanidades do Cônego Januário. Enfrentou com galhardia os arremessos de terríveis combatentes como D. Manuel de Assis Mascarenhas, parlamentar insolente, que chegou a desafiar para duelos alguns adversários, e o perigosíssimo Visconde de Jequitinhonha, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, verdadeiro acrobata na oratória campanuda e traiçoeira. Acima de tudo enfrentou o seu antigo Ministro Zacarias, com quem teve sérios debates. Todo o problema da reforma do Ministério é outra vez esquadrinhado perante o Parlamento.

Mais uma vez funciona a gangorra política. Porém, em 1862, sobem novamente os liberais, com a Liga Progressista, isto é, aliados aos que foram chamados conservadores progressistas. O novo chefe de gabinete era nada menos que Zacarias, que não se agüenta sete

dias no Poder. (Daí o nome de Ministério dos Anjinhos, porque sucumbiram ao mal de sete dias). Mas a liga se firma em sucessivos ministérios até que, em 1865, o Brasil, desprevenido como de costume, vê pela frente o fantasma da guerra, que os seus homens de Governo consideravam impossível. Nas vésperas do conflito o nosso representante em Assunção julgava totalmente impraticável a resistência paraguaia. Uma simples demonstração de força dizia êle enganadoramente, dispersá-los-ia. Pelo contrário o que se viu foi um país de população mínima armar um exército quase dez vezes maior que o nosso e pôr em sério risco duas províncias do Império.

Despertados para a realidade, tivemos que improvisar tudo. Claro que, com nossos recursos, o tempo seria nosso aliado. Mas era preciso converter rapidamente a indignação nacional em força organizada. A extensão e a desarticulação do Império poderiam oferecer uma resistência perigosa ao armamento. O Ministro da Marinha, Conselheiro Pinto Lima convoca os oficiais-generais da Armada e pede-lhes um plano de ação por escrito. O de Joaquim José Inácio está publicado no estudo sobre êle aparecido mais tarde, o precioso livro de Ernesto Sena, *Rascunhos e Perfis*. É um modelo de síntese e de bom-senso. É essencial conhecê-lo para compreender que o guerreiro, daí a pouco, vai pôr em prática exatamente aquilo que pusera sobre o papel.

Mas o calidoscópico da guerra, após os êxitos iniciais a situação mudara. O desastre de Curupaiti quebrara a ingênua arremetida inicial. Tamandaré que sustentara, até então, a honra e, principalmente, a autonomia de ação de nossa Marinha, estava esgotado, e dificilmente se entrosaria numa segunda fase da guerra, com o comando de Mitre. O Chefe do Gabinete era de novo Zacarias de Góis e Vasconcelos. A aclamação do nome de Caxias, como o Comandante natural e indiscutido das Forças Brasileiras, acarretava a indicação de um Comandante Naval que se harmonizasse com o Chefe Supremo. Nenhum mais indicado que o grande companheiro no Gabinete de 2 de março. Entre os dois

uma afinidade espiritual se estabelecera firmemente. Seria um paralelo digno de Plutarco, o que pode ser feito entre os dois grandes Comandantes sôbre os quais repousou naquele momento a honra e a integridade do Brasil. Antes de embarcar, conta o seu irmão e biógrafo Antônio Vitorino de Barros, ouviu missa na Igreja da Ordem Terceira da Imaculada Conceição, hoje destruída, acompanhou devotamente a cerimônia e, no momento solene da elevação da hóstia, abraçou-se à espada que, até então, trazia empunhada.

Nomeado em 3 de dezembro de 1866, em 21 já estava em Corrientes. Visitou comovidamente o túmulo do filho caído em Itapiru como um herói: o bravo Mariz e Barros que, na hora de morrer, só se preocupava em fazer chegar ao pai uma mensagem: a de que morreria honrando-lhe o nome.

A 22 é o encontro com Tamandaré que lhe transmite o comando do que denomina de a "plêiade de bravos". Da mesma data é a sua primeira ordem do dia que termina por estas palavras que dão o tom de todo seu comando: "Viva o querido da vitória, o primeiro dos brasileiros entre nós, o nobre General Marquês de Caxias". Daqui por diante, o Comando Naval, que não está submetido ao Comando Supremo de Mitre, vai agir em articulação com a figura exponencial da nacionalidade, que não conheceu jamais a derrota.

Em janeiro de 1867, Joaquim José Inácio é promovido a Vice-Almirante e confirmado no comando efetivo da armada em operações. Logo em março recebe a Grã-Cruz da Ordem de São Bento de Avis. Começa então uma ação harmônica e perfeita entre o Exército e a Marinha.

Em 15 de agosto, dia de N. S.^a da Glória, circunstância que o piedoso Comandante não deixaria de assinalar, realiza-se, afinal, o primeiro de seus grandes feitos, obviamente constante dos planos de ação, mas irrealizável sem a conquista prévia, de um apoio terrestre para a manutenção: a passagem de Curupaiti. Tudo transcorre a contento, e seria perfeito se o Chefe Elisiário Bar-

bosa não houvesse perdido um braço. O título de Barão de Inhaúma, concedido a 27 de setembro de 1867, visa precisamente comemorar o feito naval e liga o natural de Lisboa à terra brasileira, condecorando-o com o nome do recanto carioca, onde êle possuía uma propriedade.

Já agora os esforços se concentram em tôrno de Humaitá, a inexpugnável fortaleza, colocada num cotovelo do Rio e que era considerada a chave da defesa paraguaia. A ação de Inhaúma foi de uma técnica perfeita. Meses a fio enfraqueceu moralmente o adversário com um bombardeio sistemático. Às exigências do Comando Supremo de Mitre que instava pelo avanço, contrapunha a necessidade de não repetir a aventura de Curupaiti em 66. Não seria *papa-balas*, nem um *come-fogo*. "Mas na hora que entender que a honra exige irei adiante."

A Passagem de Humaitá, realizada a 19 de fevereiro de 1866, suscitou da parte dos mais tenazes inimigos do Brasil uma admiração incontida. Dois adversários principais contumazes teve a ação do Brasil em tôda a campanha. A de Elysée Reclus, na *Revista dos Dois Mundos*, de Paris e a do jornal inglês *Standard*, de Buenos Aires. O primeiro era um renitente anarquista, íntimo do papa do anarquismo, o Príncipe Kropotkin, com quem editara na Suíça o jornal *Le Revolté*, e em Paris, *La Révolte*, pregando a abolição da propriedade, da família, da pátria e da religião. Pois êste inimigo da propriedade tomou-se de paixão desenfreada pelo protetor dos latifúndios; o inimigo da família pelo executor do mais desenfreado nepotismo; o adversário da pátria e da religião, de um fanático do criador do mito do paternalismo ungi-do de podêres sobrenaturais. Êste morreu impenitente em face da limpeza de intenções do Brasil. Não houve meios de fazer-lhe entrar pelos olhos a evidência de nossa boa-fé. O *Standard*, porém, rendeu-se diante dos feitos como de Humaitá. O orgulhoso redator britânico escreveu aquilo que soaria como vanglória se fôsse dito por um brasileiro. "Nenhum feito de igual importância ocorreu nesta parte do Mun-

N° 3116

Division
administrative.

1^{er} Bureau.

Nomination de Commandeur.

S. M. l'Empereur, par Décret du
 vingt six septembre mil huit cent soixante,
 a promu au grade de Commandeur de l'Ordre Impérial
 de la Légion d'honneur M. **Ignacio**,
 (Joaquin José),
 Vice Président du Conseil naval,
 Chef d'Escadre Brésilien,

pour prendre rang à dater du même jour.

Paris, le 3 Octobre 1864.

Le Grand Chancelier
 de l'Ordre Impérial de la Légion d'honneur,

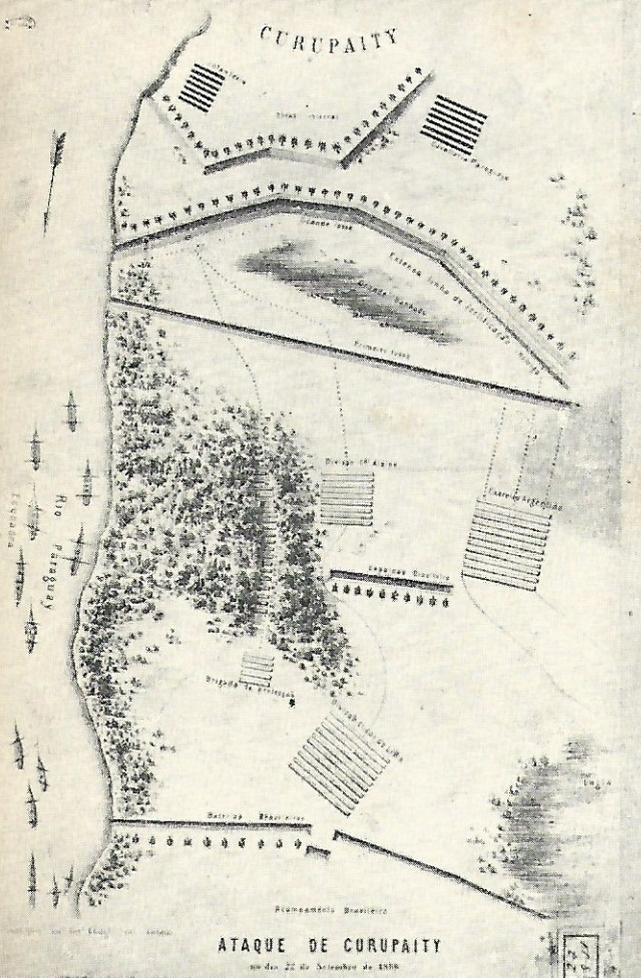
M. de Saxe
 M. de Saxe

Par le Grand Chancelier:

Le Secrétaire général,

G. de Saxe
 G. de Saxe





Mapa do rio Paraguai, vendo-se na margem esquerda a fortificação de Curupaity.

do na presente geração”, diz o crítico inglês. A passagem emparelha, em suas conseqüências, sòmente com Abucquir e Trafalgar. A descarga da artilharia era tal que a terra tremia em Itapiru, a oito milhas da batalha. Humaitá, comenta o *Standard*, fôra examinada por oficiais das Marinhas Americana, Inglêsa e Francesa. “Ninguém que tenha visitado a praça duvidou de sua fôrça”. O velho Lopez costumava dizer que resistiria à invasão de Xerxes em Humaitá.

Reclus, na *Revista dos Dois Mundos*, em 18 de dezembro de 1867, julgara-a absolutamente intransponível e chegara a vaticinar, felizmente sem a competência que ninguém lhe contesta em Geografia: “Depois de ter sido por tanto tempo a glória e a esperança do Brasil [a Esquadra Paraguaia] está des-

tinada a desfraldar um dia, diante do Rio de Janeiro, o pavilhão paraguaio.”

E contudo, dois meses depois, Inhaúma podia dizer que caíra a resistência paraguaia. Daí por diante não havia qualquer possibilidade de salvação para Lopez. Têcnicamente a guerra estava ganha.

Mitre considerava a Passagem de Humaitá de tal modo essencial, que a admitia com perda de dois terços da Esquadra, ou mesmo com a perda total, conforme escrevera em setembro anterior. Ora, Inhaúma conseguira realizá-la sem a perda de nenhum elemento!

A 21 de julho, mais três unidades seguiam-se às primeiras. Curioso é que no momento exato em que adversários tenazes abaixavam as armas diante do fato indiscutível, partiram, mais uma vez, de adversários políticos, as mais injustificáveis acusações.

Não é possível reabrirmos aqui o estudo da crise entre o Gabinete e o comando militar representado por Caxias, argüido de inoperante em face dos caluniadores. O caso foi exaustivamente estudado pelo nosso saudoso consócio Wanderley Pinho.

Já vimos que os contatos antecedentes entre Zacarias e Inhaúma não foram cordiais. As conjunturas da guerra unia-os diante do perigo comum. Mas os ressentimentos permaneciam, especialmente pela complacência diante de correligionários. Em carta a Firmino Rodrigues Silva, transcrita na excelente biografia que lhe traçou o neto, Nelson Laje Mascarenhas, (Brasiliãna, pág. 344), desabafa o Almirante vitorioso: “Aqui continuamos neste inferno, cada vez mais insuportável pelos adventos de descomposturas que daí nos vêm. Só se vendo é que se pode acreditar que o Brasil entregou a dois homens a desafronta do seu brio e pundonor nacional, que êstes homens têm dado uns poucos dias de glória à Nação, e que mais não fazem porque lhes é humanamente impossível fazer mais: entretanto, consente-se que sejam êstes homens públicamente zurzidos como se fôsem infames cobardes e réprobos sem que a polícia imponha silêncio aos muito conhecidos e crapulosos foliculários que diàriamente os

N.º 111 Commando em Chefe da Força Naval do Brasil em Opera-
ções contra o Governo de Paraguay. Bordo do *Imperio*
Sinora, em *Recumbas*, 1.º de Agosto de 1865

R.º 27 -

M.º E.º Sr.

São quatro horas da tarde, e acorda
de ancorar, neste ponto a *Companhia Americana*
Waik, cujo Commandante me enciou
o officio junto para ser entregue a V.ª E.ª de
vossa ordem ao referido.

Deus Guarde a V.ª E.ª

M.º E.º Sr. *Marguar de Caxias* Marechal de Guerra,
Commandante em Chefe de todas as forças Brasileiras, e das
seus aliados em operações contra o Governo de Paraguay.

Visconde de Inhaúma
Comandante em Chefe

insultam, e lhes tiram o prestígio, sem o qual perderão tôda a fôrça moral entre os seus comandados! Apesar de marinheiro, sei que coisa é a liberdade; sei também que tem ela suas restrições, principalmente em tempo de guerra. Que idéia farão dos generais que a dirigem aquêles que, fóra do Brasil, lerem o que a seu respeito dizem o *Diário do Povo*, o *Messias* etc. Digam o que quiserem os homens políticos, os diplomatas e todos os mais que *fingem* não fazer caso de descomposturas; cá por mim declaro que quando elas me tocam por casa, a minha vontade é largar amarra por mão, ir esconder-me na obscuridade da minha casa, e deixar que o diabo leve tudo para o seu santo reino, e que venha comandar a Esquadra algum Subrá, ou outro que tal. Meu caro senador, desculpe-me, se não abro de quando em vez a válvula de expansão, arrebento.”

Em outra manifestação íntima, que em breve examinaremos, esclarece êle melhor que não o ofendiam tanto os ataques dos opositoristas quanto os golpes caluniosos de elementos que êle sabia dependerem indiretamente do governo. Aí é que se reabrim as feridas das velhas querelas.

Teriam sido estas queixas as causas decisivas da grande alteração da política em 1868? Já provou Wanderley Pinho que não. O próprio partido dominante sentia o fatal desgaste das situações resultantes de instáveis alianças políticas. Quem o diz é nada mais, nada menos que um dos grandes líderes liberais do momento, num livro cheio de mágoas, ressentimentos, mas também de autocritica, como está na moda dizer:

“A queda do ministério que em julho de 1868 entregou o poder aos conservadores, teve motivos que as crônicas não registraram. Registro-os eu, testemunha e um tanto ator na cena. Silveira Lôbo, que até então tinha hostilizado todos os ministérios, exceto unicamente o de que foi membro, começou por sustentar Zacarias, mas em 1863 estava em *conspiração*. Contava derrubá-lo e herdar a Presidência do Conselho: chegou a mandar consultar pelo Dr. Macedo, ao Martinho, [de

Campos], ao Tavares Bastos e a mim, se apoiáramos um ministério nôvo, composto exclusivamente de liberais puros. A conspiração prosperou e parece que tinha cúmplices na praça; o que, sabendo Zacarias, aproveitou o pretexto da escolha de Sales Tôres Homem para o Senado, dissolveu o ministério e, recusando aconselhar o imperador sôbre o sucessor, fêz que fôsse chamado o Visconde de Itaboraá que dissolveu a Câmara.” (Cristiano Ottoni *Autobiografia*, pág. 16, 1908).

De modo que isso de querer explicar simplesmente a mudança governamental como um golpe desferido pelos militares, é uma simplificação malévola de um fenômeno bem mais complexo.

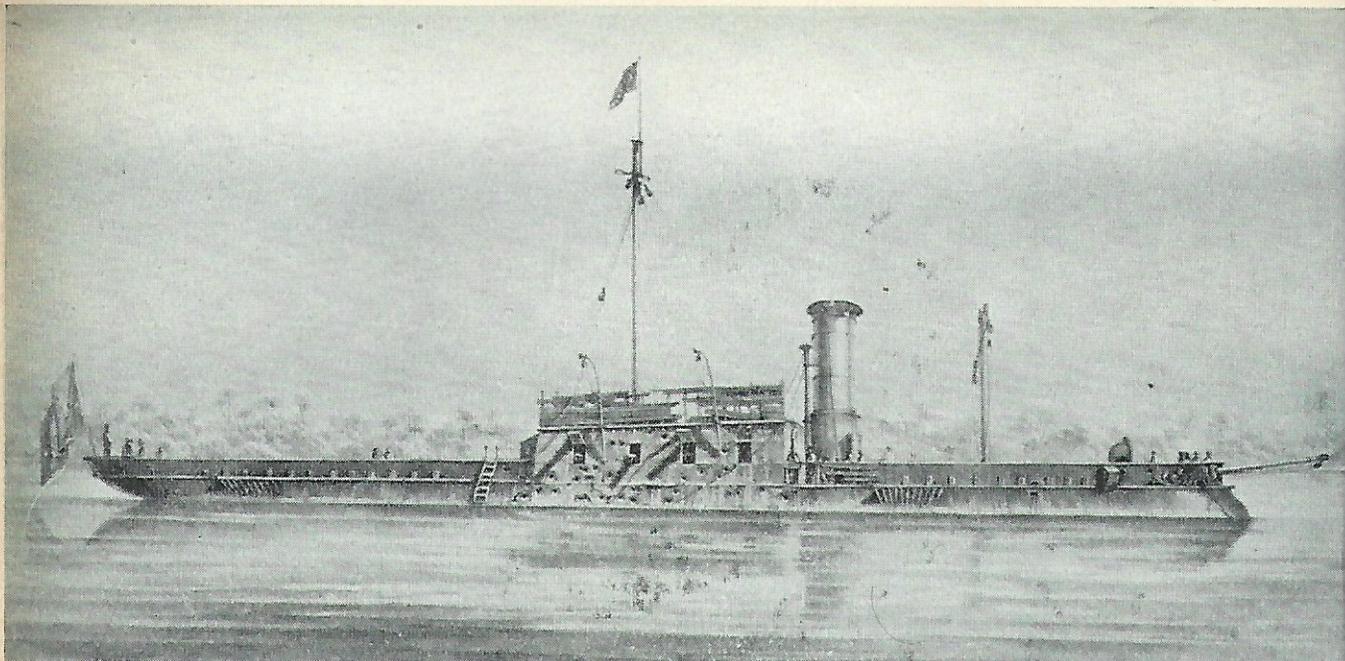
Pelo que se vê, os dois chefes que se encontravam com freqüência e se entendiam perfeitamente, amargaram patriôticamente suas queixas e continuaram cumprindo o seu dever e não estavam preocupados senão com os titulares de suas pastas. Em setembro de 67, a reação do almirante, através do veículo que vamos examinar em breve, não foi sequer favorável à mudança ministerial. Se tinha cicatrizes das lutas com o chefe do gabinete, confiava plenamente no jovem Ministro da Marinha, o Conselheiro Afonso Celso, futuro Visconde de Ouro Preto, que estava em plena harmonia com seus planos e sempre manteve com êle boa amizade. “Praza aos céus, (dizia êle), que tão fatal semente de desgosto não seja plantada aqui no acampamento.”

Resta-nos abreviar a narrativa da atuação de Inhaúma. A missão da Marinha estava cumprida, com o forçamento das fortificações de Angustura; restava ao Exército completar o avanço final. Daí por diante, já não podiam manobrar as grandes unidades.

Mas a saúde do almirante, elevado a Visconde de Inhaúma, também findara. Caxias impressionado com seu estado de fraqueza insta para que volte imediatamente ao Rio. Ao chegar a Montevideu, seu estado de fraqueza era tal que interrompeu o diário que vinha fazendo, diário que existe intacto em poder da família. “Estou exausto de fôrças, crevo com tanta dificuldade que paro a cada palavra.”



Visconde de Inhaúma. Litografia de Sisson, publicada na Galeria dos Brasileiros Ilustres, Rio de Janeiro, 1859/61.

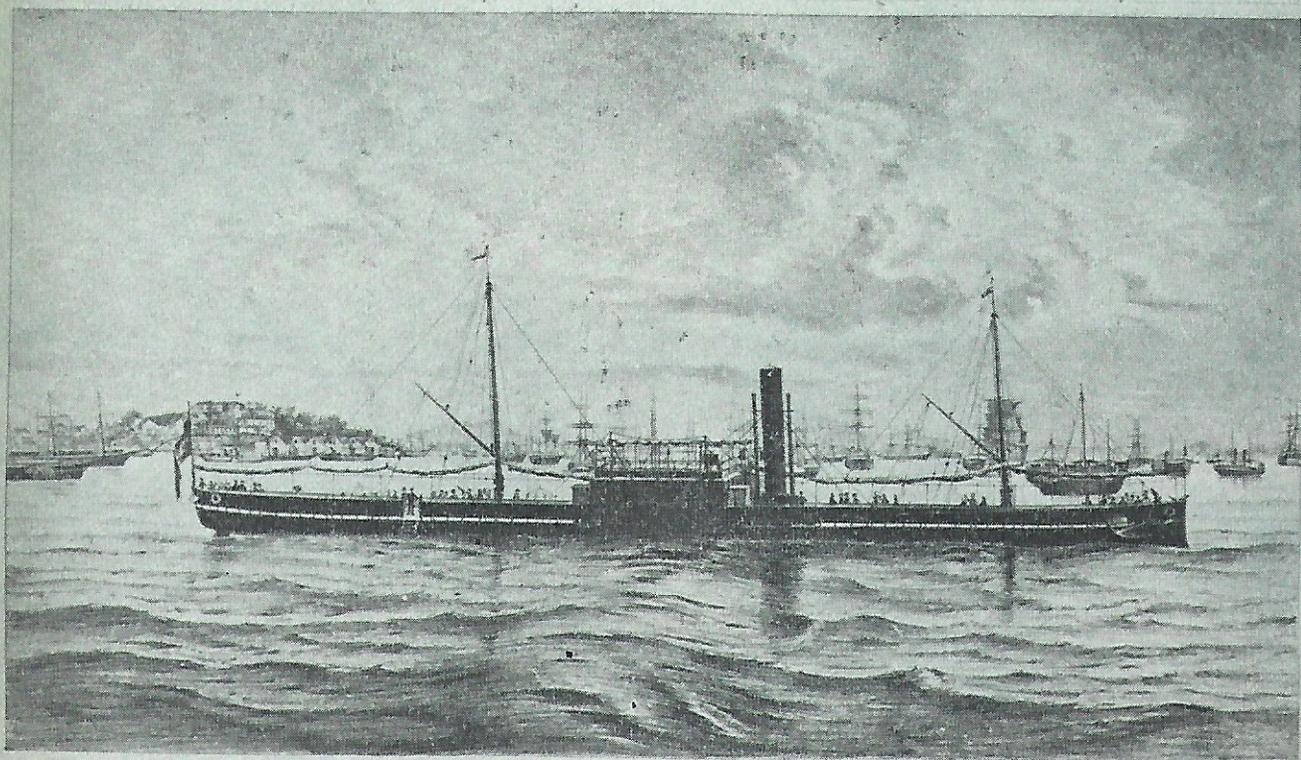


A CORYETA ENCORÇAADA BRASIL

Depois do combate com a bateria de Curupaiti, no Paraguay, no dia 22 de Setembro de 66.

O Brasil encorçada mostra-se ágil no combate de Curupaiti, 22 de Setembro de 1866. A bateria de Curupaiti, situada no rio Paraguai, foi destruída pelo Brasil, que a atacou com a sua artilharia de grosso calibre. O Brasil encorçada foi a primeira a atacar a bateria de Curupaiti, e a primeira a ser atingida por um tiro de grosso calibre. O Brasil encorçada foi a primeira a ser atingida por um tiro de grosso calibre. O Brasil encorçada foi a primeira a ser atingida por um tiro de grosso calibre.

O encouraçado "Brasil" capitânia de Inhaúma, no estado em que ficou depois da passagem de Curupaiti, em 22/9-1866.



BARROSO

Coryetea encouraçada da armada brasileira.

Comandante Saigódo Constructores Levy e Bracconnet

O encouraçado "Barroso", um dos dezessete navios encouraçados que a Marinha Imperial possuiu durante a Guerra do Paraguai.

Chegou ao Rio a 18 de fevereiro de 1869. Diz Ernesto Sena que o imperador estava, por coincidência, no Arsenal de Marinha quando chegou o herói, amparado por seus parentes e íntimos. Ficou tão impressionado que se retirou abalado, sem coragem de falar ao súdito fiel. Comentando a chegada disse bem o *Diário do Rio*: "Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma ficou no Paraguai, onde consumiu as suas forças. Voltaram seus restos quase inanimados." De fato poucos dias depois, na casa de um amigo na Tijuca, a 8 de março de 1869, dava a alma ao Criador, com a maior demonstração de fé religiosa.

Recebeu tôdas as homenagens devidas a sua alta hierarquia, não lhe faltando extensa e valiosa biografia, aparecida no ano seguinte, de autoria de seu irmão, Vitorino de Barros, que é um digno par da obra consagrada por Pinto de Campos ao seu grande companheiro. Mas é uma raridade. Poucos a conhecem. Ouso fazer votos para que as homenagens escritas ao grande héoi, que, na forma do poeta, duram mais que o bronze, *aere perennius*, se estendam a pouco mais que simples reedição da biografia fraterna. Tal obra não é mais, quanto aos episódios da guerra, do que um extrato com menos sabor, de uma correspondência curiosíssima que se publicou na *Semana Ilustrada* durante todo o tempo do Comando de Inhaúma. Pude consultá-la amplamente pela extrema gentileza de meu velho amigo Plínio Doyle, que pôs sua preciosa coleção a meu serviço. Diga-se de passagem que aquela publicação dirigida por Henrique Fleiuss constituiu o verdadeiro órgão officioso do comando de Inhaúma. Tanto a documentação iconográfica abundante e preciosa — enviada diretamente pelo comando naval, como se explica em nota — como os comentários espirituosos, constituem uma fonte imprescindível para o estudo da época. *Vercingetorix*, segundo informa Lery Santos, em seu *Pantheon Fluminense* era Vitorino de Barros, irmão carioca de Inhaúma. Estes comentários acompanham a guerra desde o seu início. Mas a partir da assunção de Inhaúma, surge nova

série de cartas que vão acompanhando, dia a dia, a atuação do nôvo comando. Estão assinadas por um pseudônimo curioso *Leva-arriba*. Vieira Fazenda em suas *Antiquilhas* e Ernesto Sena, em seu estudo citado, feito, ao que tudo indica, com a colaboração da família, atribuem ao próprio Inhaúma a autoria de tais cartas. Mas Tancredo de Barros Paiva, parente do Almirante, em seu *Dicionário de Pseudônimos* e Lery Santos em seu *Pantheon*, dão ao irmão Vitorino a responsabilidade dos preciosos comunicados. Que êles representam exatamente o pensamento do Almirante, não pode haver dúvida. O estilo, as expressões, são os das cartas divulgadas. Mas que sejam de seu punho é pouco provável, dados os contínuos e inúmeros elogios feitos à figura do comandante. Uma leitura atenta de algumas cartas publicadas por Sena e, especialmente, da biografia clássica do irmão Vitorino parece-me levantar a ponta do véu desse mistério. A todo momento refere-se o biógrafo às comunicações diretas recebidas do irmão, dos campos da luta. Parece-me que conciliamos tôdas as versões com esta hipótese: Inhaúma escrevia dia a dia ao irmão, os acontecimentos e as observações que lhe ocorriam e que êle consignava em seu diário; daí as minúcias, os têrmos precisos dos diálogos secretos ou quase secretos com Caxias e com Mitre; os comentários e defesas ardentes dos oficiais agredidos pela imprensa platina e carioca. O texto publicado, porém, era filtrado e enfiado por Vitorino, antigo colaborador da *Semana Ilustrada* com outros pseudônimos, o que permitia o acréscimo de expressões elogiosas ao informante. Daí também cessar a seção assinada *Leva-arriba* com a volta de Inhaúma. As cartas autênticas do Almirante ao jornalista podem ter desaparecido. Mas as crônicas são a verônica do pensamento oficial do comandante. Uma reimpressão da biografia exige um volume suplementar com a transcrição das crônicas de *Leva-arriba*, para vantagem dos pesquisadores e prazer dos leitores das velhas crônicas. Porque Inhaúma, como disse acima, era um excelente e espirituoso narrador. É o que nos conta

Sena, que com êle conviveu. *Leva-arriba* utiliza, a todo momento, têrmos marítimos e provérbios náuticos. Eu mesmo trouxe de sua leitura farta colheita de expressões saborosas. E, às vêzes, larga a ironia e ataca de rijo os caluniadores. Os oposicionistas sofrem as alfinetadas de sua malícia. Sofrem especialmente Frei Martinho (o terrível oposicionista Martinho Campos), o emperdigado *Polegada* (o Deputado Tavares Bastos, também chamado *Tom Pouce*, reeditor das acusações de Pinto Guedes). “Um pensa que há de levar tudo a bacalhau e o outro esquece-se de que nem tudo é a têta da vaca *yankee*”. (Maliciosa alusão à abertura do Amazonas).

Não se pode dizer que o Visconde morra de amôres pelo General Mitre. Suas alusões são sempre contrárias às decisões do chefe geral, freqüentemente chamado o *Asa Negra*, ou *Mr. Guignon*. Diz Sena que existe na Biblioteca da Marinha uma cópia do plano de Mitre picarescamente anotado por Inhaúma.

A 19 de julho de 1868 explodiu em indignação contra um artigo do *Diário do Povo* repetindo a calúnia inventada pelo Barão do Rio da Prata. O artigo era de Tavares Bastos, mas o Visconde atribuiu-o à inspiração de um inimigo que seria o informante: “Descobri o pai da criança: é um sátiro salaz de seus sessenta e tantos anos e que em tão longa vida não tem um só ato meritório. Torpe na juventude, na virilidade e na velhice, a torpeza o acompanhará na decrepitude até dar a alma a satanáas, herdeiro legítimo de tôdas as almas apodrecidas no vício e na crápula.”

Aqui não entrevemos o cordial *Tio Joaquim* mas o enérgico e duro disciplinador do convés de um barco de guerra. E termina: “Não transmita o segredo a nenhum oficial de Marinha porque decifrarão incontinenti a charada e eu desejo poupar aos amigos o incômodo e o aborrecimento de pronunciarem nome tão imundo.”

Zombando de um suelto malicioso do *Diário do Rio*, de 1º de junho, comenta não poder identificar o informante. Mas “não pode ser oficial em operações.

Não diga que Humaitá é vista só pelos vaos dos joanetes. As embarcações combatentes têm os mastros arriados e portanto não é possível ver-se o que quer que seja dos vaos dos joanetes. Mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo.”

Em novembro de 68, chegam notícias de que o Visconde seria deputado pelo Amazonas, ou entraria na lista tríplice de senador pelo Rio. Comenta o *Leva-arriba*: “Não sei se o honrado Visconde conservador terá assento na Sibéria ou no Hindustão.” Mas “a guerra tem de ser largamente discutida nas Casas do Parlamento. Se fôr apreciada só pelo nobre *Almirante da Ilha das Flôres*, pelo *General S. Filice* de Minas e outros quejandos generalões de mar e terra, está bem aviado o País.”

Aí estão algumas charadas para o eventual anotador da edição crítica.

Em novembro de 67, zomba dos que pretendem descobrir o incógnito correspondente: “Ainda não abaixei a viseira. Ninguém das regiões platinas nem das ribas da Guanabara, descobre quem é o abelhudo *Leva-arriba*.”

Em carta de 25 de agôsto, queixa-se amargamente da insistência de Mitre em forçar a passagem da fortaleza sem que estivessem dadas as providências imprescindíveis. “Esta *Asa negra*, agora mais que nunca pretensiosa, êste diplomata de *troca rebenques* [referência à conferência de Itaiti-corá tão mal sucedida] é dos meus pecados. Não lhe digo quanto oiço a respeito dêle porque não quero ser acoimado de pessimista e mesmo porque não tenho queda para a endiabrada política que é impertinente abelhuda. Entretanto não posso deixar de asseverar-lhe que fiquei de calafrios logo que soube que êsse *guignon* tomou de nôvo a suprema direção da guerra.

Acometer de viva força os inúmeros obstáculos de que deixaram eriçar as imediações da fortaleza e o canal, é sinônimo de temeridade palpitante, de resultados funestos e sacrifícios inúteis, máxime sem apoio algum das forças de terra. Não se convenceram os *asas* negros que as esquadras em todos os países e em todos os tempos são auxiliares dos exércitos de ocupação?

Apenas, porém, alteram-se as condições, e as circunstâncias começam a favorecer a empresa, as notícias apresentam sinais de que a passagem se aproxima. A carta de 22 de agosto dá os primeiros avisos do plano: "O Almirante rumina a idéia de transpor os obstáculos artificiais e naturais horrivelmente acumulados ante Humaitá. A Torre de Londres [principal casamata] tem sofrido muito. Uma das chatas suportes de correntes foi a pique."

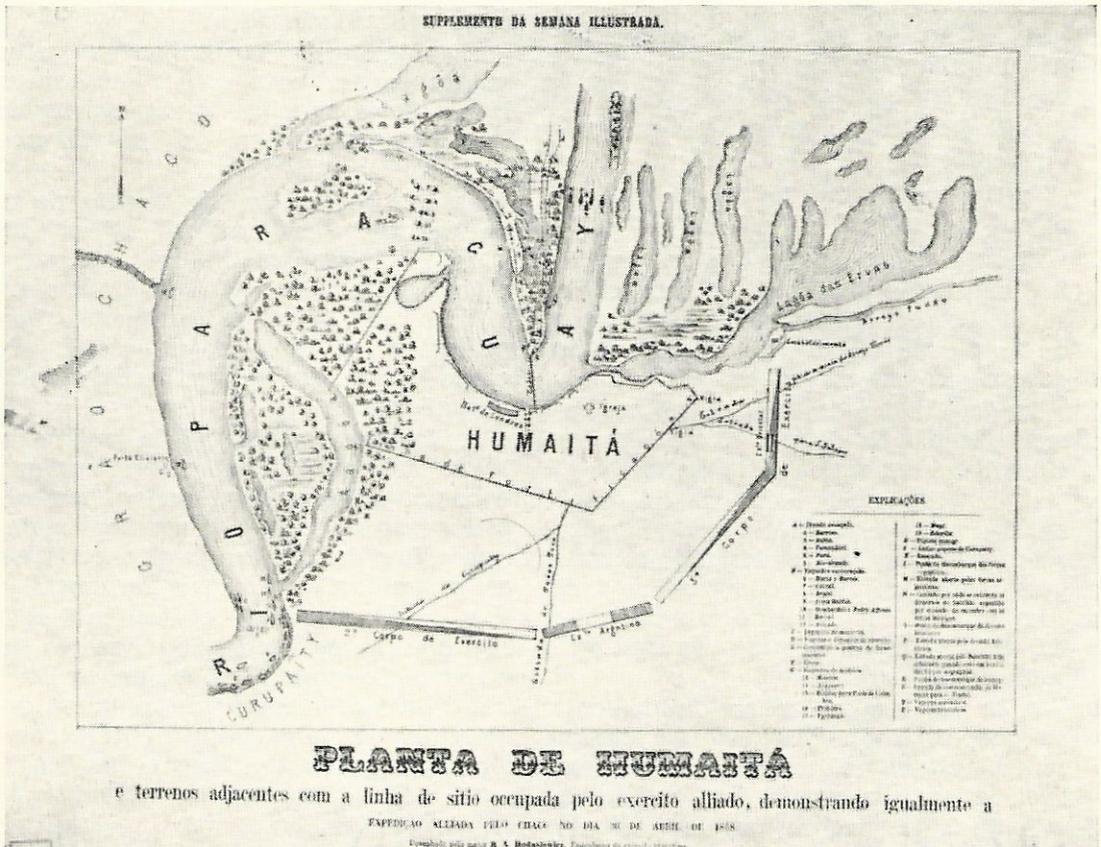
Pelas picadas abertas em terra tem recebido o abastecimento, mas é precário e perigoso. Só poderá movimentar a Esquadra quando se assegurar do avanço do Exército para um ponto acima da fortaleza, capaz de servir de base para as provisões e o armamento.

Em 4 de outubro noticia o afundamento de mais três chatas de correntes em frente à fortaleza. Nova corrente foi passada acima.

Em 14 de janeiro as notícias já são mais graves. A enchente do rio, bem observada, revelou a fraqueza do processo das correntes. "Enchendo de novo, o que parece acontecerá em breve, e logo que cheguem os monitores, creio que o almirante tentará negócio sério. O homem é impenetrável e não comunica o seu projeto."

A 21 de fevereiro, vem afinal a descrição minuciosa da passagem seguida dos comentários costumeiros: "Venham agora a imprensa platina e da Europa a sôlido de Lopez embaciar o esplendor de nossa glória."

Mas nenhum elogio dos publicados na *Semana Ilustrada*, que dedicou um número inteiro ao acontecimento, inclusive uma curiosa alegoria em que se vêem o Almirante Inhaúma, o General Caxias e o Presidente do Conselho Zacarias abraçados sob a glória e aclamados pelo povo, enquanto um moleque



Mapa do Rio Paraguai, tendo à margem esquerda a fortaleza de Humaitá, passada pela Esquadra Imperial sob o comando do Almirante Inhaúma.

persegue um personagem que simboliza o *Anglo-Brazilian Times* que leva na mão o punhal da traição, nenhuma homenagem digo, terá tido o sabor da carta de Caxias, transcrita por Ernesto Sena:

“Tuiucuê, 20-II-1868

“Meu amigo. A sua Esquadra brilhou: não se podia fazer mais, nem com mais habilidade. Estive já ontem com o Delfim. [Carlos de Carvalho, Barão da Passagem, genro de Inhaúma] a quem dei um apertado abraço e aos comandantes e práticos dos felizes navios que subiram.

E agora vem o cumprimento do plano por parte do Exército: Eu por terra fiz o que lhe prometi: não mandei, fui em pessoa dirigir uma coluna de seis mil homens das três armas, na hora ajustada para a passagem dos monitores e encouraçados da Esquadra, e com essa força atacar o exterior de Humaitá; tomei depois de três horas de renhido combate, o forte do flanco esquerdo daquela praça, que estava guarnecido com 15 bôcas de fogo, tôdas já estão no meu acampamento.”

E depois de algumas notícias complementares:

“Estou com muita pressa. O portador lhe dirá o resto.

“Seu amigo e colega *Luís*.”

Combinação perfeita de planos, como se vê, entre os dois chefes das forças de terra e mar. Não é possível ler êstes depoimentos sem emoção.

29 de julho: a carta noticia o hasteamento solene da Bandeira Brasileira em Humaitá, com missa e *Te-Deum*.

A de 6 de agosto contém uma queixa das versões argentinas do avanço sobre o Chaco, com omissão do tocante gesto de um capelão brasileiro que conseguiu a rendição de um batalhão paraguaio completo, que seria infalivelmente aniquilado.

A de 29 de agosto narra detidamente os encontros do Marquês de Caxias com o Almirante, tomando as últimas decisões para o remate das operações.

A de 2 de outubro narra um último choque, com tentativa de abordagem por parte dos paraguaios. Sua vida correu sério perigo. Por coincidência o

combate foi assistido por canhoneiras estrangeiras: uma inglesa, uma francesa e uma italiana. “Peço-lhe que não repita o que fez” disse ao Almirante o Ministro inglês em Buenos Aires, Gould, que se achava na canhoneira inglesa. “Fui testemunha ocular do combate e do colóquio”, diz o *Leva-arriba*. Pude-ra! Pois se foi um dos interlocutores!

A de 8 de outubro contém um grito de indignação contra a imprensa de Buenos Aires que continua a menosprezar os feitos navais que não passam, segundo êles, da execução de um plano do comando supremo. “Admiro o despalante da imprensa platina e o desenrolar do novêlo de ingratidão ao nosso Brasil, sempre generoso e condescendente a não poder mais.”

Curioso é que, fiel ao Almirante, a *Semana Ilustrada* diverge dêle no julgamento de várias personalidades.

Sobre Firmino Rodrigues Silva, que Inhaúma considera amigo, a *Semana* arremessa algumas ironias pela sua posição antiministeralista.

Em janeiro de 69, as poucas cartas se preocupam com o fim de Lopez. Não poderia imaginar que a resistência se prolongasse ainda até 1º de março de 1870!

Está a bordo do *Brasil*, tratando-se de ferimentos em combate, o Tenente-Coronel Deodoro da Fonseca, “o bravo e inteligente Deodoro da Fonseca.” “Todos os FONSECAS, comenta, têm adquirido no Exército reputação de muito hábeis. De bravura têm dado mil exemplos.”

A última carta é de 17 de janeiro de 1869. A Lopez só restam cerca de mil homens. Serrano, seu amigo pessoal, está prêso a bordo. “Os macacos mataram a flor dos paraguaios”, repetia êle em guarani. “Não há mais Paraguai.”

A preocupação do *Leva-arriba* é agora a punição de Lopez. Se fôr morto em perseguição responderá à Justiça Divina. Mas se fôr capturado, o Brasil deveria fazê-lo julgar por um júri composto por juizes de tôdas as nações. É uma idéia precursora do Tribunal de Nüremberg.

Poderia percorrer, se o tempo não urgisse, algumas dezenas de páginas de boa prosa ora ligeira, ora dura, ora

agressiva ou pundonorosa, do cronista *Leva-arriba*. Que correspondem em tudo ao estilo do bom aluno de retórica e poética do Seminário de S. Joaquim, não há dúvida. Não era somente a crônica ligeira que êle era capaz de elaborar. Como todo letrado de sua geração incursionava às vêzes pelo campo da poesia.

Eis um soneto de estilo humorístico, colhido por Ernesto Sena entre os papéis de família e que demonstra que o bravo, que enfrentou a maior fortaleza da América sem perder uma só unidade, e que conduziu a Esquadra até onde podia avançar um navio de guerra, também sabia versejar:

A louca presunção de ser poeta,
que, a verdade falar, nunca me invade,
em mim quis hoje ter tal potestade
que por pouco me fêz ficar pateta!

"Há de versos fazer!" diz-me facêta...
"Há de versos fazer!" zune a vaidade...
E houve um tal vaivém há de não há de
Que por fim ides ver o que acarreta.

— Nobre dona, louçã, gentil donzela...
"Por aí não vai bem; dá-lhe outro jeito."
— Ora, musa, não dê à taramela.

"Oh tu, que tens de humano o gesto e o peito,"
Emboca a tuba (brada-me então ela)
Repete — *Gratidão!* Tens tudo feito.

Eram assim os homens daquele tempo. *Gigantes autem erant super terram in diebus illis*. Havia gigantes naqueles tempos, diz o Gênesis. Homens de coração no seio da família, de capacidade nos labôres profissionais, de gôsto nas lides do espírito, de habilidade nas polémicas políticas e de aço inquebrantável em face do adversário.

Eis aqui, pois, o meu apêlo. Honremos a memória dêsse exemplar marinho fornecendo às novas gerações os meios de compreendê-lo, publicando-lhe os documentos, as memórias, os diários e as lembranças. Só assim viverão êstes heróis na alma dos atuais e vindouros brasileiros para todo o sempre.

Conferência proferida no Clube Naval
em 7 de março de 1969



O Visconde de Inhaúma retratado em prato de porcelana da coleção de Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça.

MITRE, CAXIAS E INHAÚMA

(Resumo de um incidente)

MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA

Antes de me ocupar das preciosas contribuições do Gabinete Pombal ao Brasil, andei estudando os diferentes aspectos da política externa do Império, no decorrer do século XIX, quando tive ocasião de adquirir muitos livros e pu-

blicações sôbre a Guerra do Paraguai inclusive grande volume com recortes de jornais da imprensa do Rio da Prata, daquele tempo: peça única no gênero.

Visitando agora a exposição organizada pelo Ministério da Marinha, em

homenagem ao Visconde de Inhaúma, e ouvindo em seguida a erudita conferência do Prof. Américo Lacombe a seu respeito, lembrei-me de ter-me ocupado antes, muitos anos antes, de um incidente ocorrido no ano de 1867, durante a Guerra do Paraguai, por causa da subordinação ou não da Esquadra Brasileira ao Comando-em-Chefe do General Mitre.

Tenho em mão um livro por êle publicado em 1903, em Buenos Aires, sobre *el Paso de Humaitá*, no qual o autor figura na própria capa como *Director de la guerra y General en Jefe de los Ejércitos Aliados*.

Nesse livro de 183 páginas, às quais Mitre juntou claro e minucioso croqui do campo de operações em tese, estão as anotações que agora aproveitei para êste meu recado.

A Esquadra Brasileira, sob o comando do Almirante Joaquim José Inácio, cumprindo ordem de Mitre, dada por intermédio de Caxias, devia passar de Curuzu para um ponto acima de Curupaiti, o que se deu, ao que parece, com alguma relutância de oficiais da sua guarnição, porque o ponto para onde iam, sendo mais perto da fortaleza de Humaitá, ficava, como ficou, mais sujeita ao alcance dos tiros dos canhões paraguaios. Em consequência da correspondência então trocada entre o Almirante Joaquim José Inácio e Caxias, e dêste para Mitre, passou a ganhar importância um pequeno detalhe de redação, constante do Tratado de Tríplice Aliança, contra o Paraguai, assinado em Buenos Aires. Detalhe que não foi nunca alegado por Mitre enquanto o Almirante Tamandaré se manteve à testa da Esquadra Imperial.

Caxias, em vista das informações que lhe foram sendo prestadas pelo futuro Visconde de Inhaúma, comunicou a Mitre ter autorizado a volta da Esquadra Brasileira para o seu pôsto anterior de Curuzu, caso o seu comandante considerasse ser isto realmente necessário. Foi a partir daí que as relações por correspondência entre Mitre e Caxias passaram a ficar perigosamente tensas, como se verá.

Em Nota a Caxias, Mitre escreve do seu Quartel-General de Tuyu-Cué, a 27 de agosto de 1867, o seguinte:

(Pág. 69) — “Según V. E. se servió manifestarme en la conferencia de ayer consideraba que el mando en jefe del ejército aliado no comprendía por el tratado de alianza el mando de la escuadra, y talvez en esta creencia V. E. resolvió dictar la orden de que me da conocimiento, sin tener presente las consideraciones que acabo de someterle, y que por sí sola por otra parte, bastan á motivar por lo menos una suspensión.

Por lo que respecta al mando de la escuadra, no hay duda que por el tratado de alianza, no se me da expresamente el mando inmediato de ella, como sucede respecto del ejército de tierra; pero V. E. debe recordar que con el título de General en Jefe de los Ejércitos Aliados, las respectivas naciones se dignaron nombrarme también Director de la guerra, comprendiendo que todos los elementos que concurren, á un objeto deben tener una sola dirección. Es, pues, á título de Director de la guerra, que dirijo, no solo los ejércitos de tierra en campaña sino también los elementos militares que concurren al teatro de la guerra. Es así como la escuadra se encuentra hoy bajo mi dirección, mientras el Imperio no la retire de estas aguas; etc. etc.”

A esta nota inesperada de Mitre, do dia 27 de agosto, Caxias, logo a 28 do mesmo mês, do seu Quartel-General, também de Tuyu-Cué, respondia. Ao fazê-lo, depois de rememorar alguns fatos pertinentes ao assunto, escreve:

“Agora, peço permissão para tratar de outro assumpto, de que V. E. se occupa em sua nota, a que respondo. É fora de duvida, e não pode soffrer a menor contestação, que (como V. E. é o primeiro a reconhecer) pelo Tratado da Tríplice Aliança não foi certamente a V. E. conferido o mando immediato sobre a esquadra brasileira, como o foi o dos exércitos aliados; n’este ponto estou no mais completo accordo com V. E.. Nas palavras do tratado quando dão a V. E. o commando-em-chefe

e direcção dos exércitos aliados, não se comprehendeu a esquadra brasileira, que segundo o mesmo tratado ficou sob o commando immediato do Almirante Visconde de Tamandaré, que então era seo chefe.

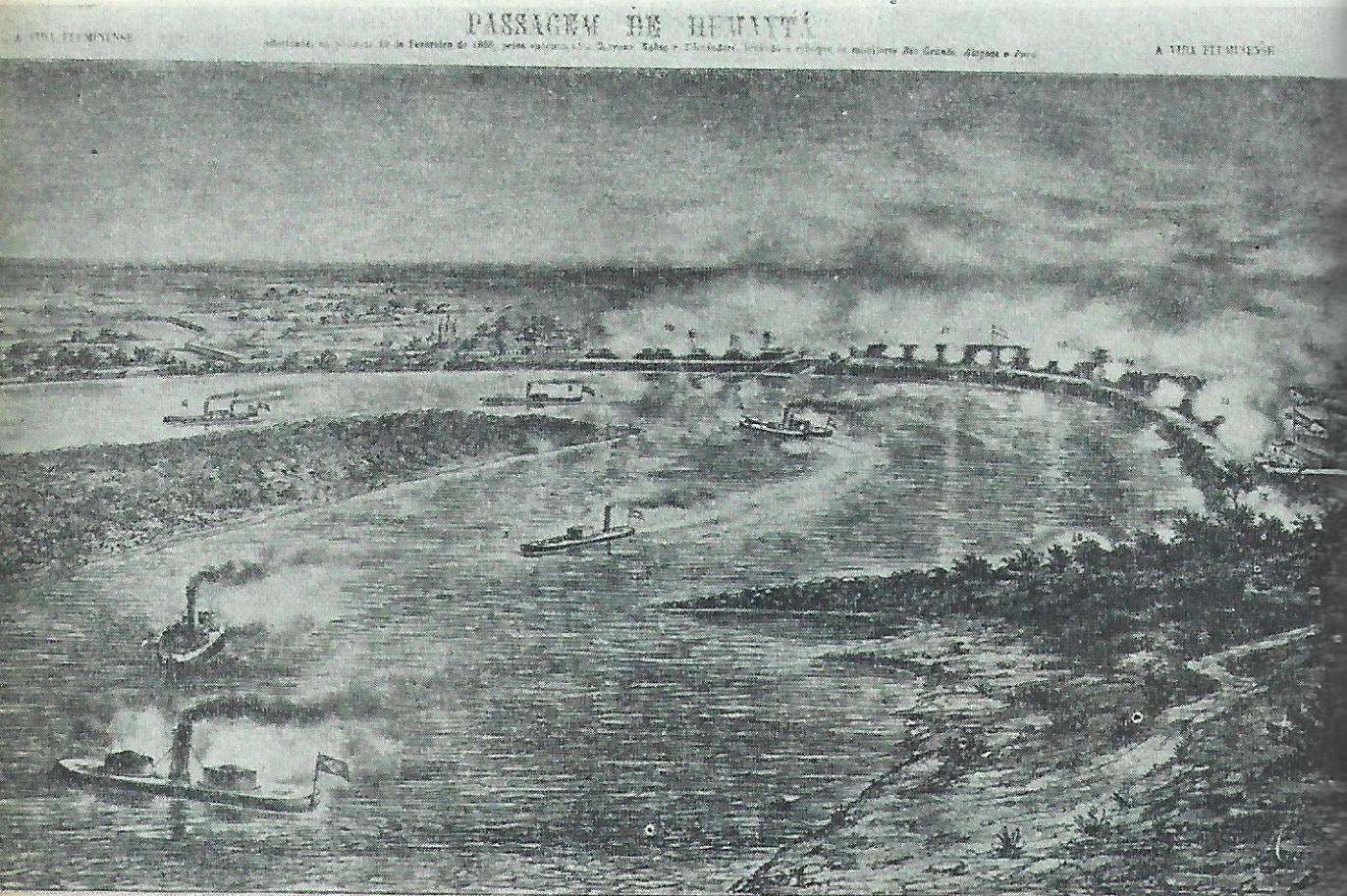
Isto não quer dizer, Exmo. Senhor, que a esquadra brasileira não constitua um auxiliar de grande importância às manobras dos exercitos aliados, e que deixe de prestar-se a fim tão nobre e justo, desde que fôr ella por V. E. requisitada para levar-se a effeito qualquer plano entre mim e V. E. combinado, como aconteceu quando ordenei que ella forçasse a passagem de Curupaity e Humaytá. V. E. sabe perfeitamente que essa operação fasia parte do accordo em que ambos estavamos.

Que a missão da esquadra brasileira é na prezente guerra a de auxiliar,

o reconheco V. E. em sua nota de 5 do corrente, etc. etc. — Para pensar assim, Exmo. Senhor, bastame a leitura e o espirito do Tratado de Alliança cujas disposições acato e procuro com a maior lealdade cumprir, sem ter necessidade de quaesquer instrucções do meo Governo, de quem assevero a V. E. não ter nenhuma recebido ao respeito do ponto em questão”.

Não ficou nisso a correspondência, porque logo no dia 9 de setembro o General Mitre, juntamente com nova nota a Caxias, passava às suas mãos a Memória que no seu livro ocupa as páginas 89 a 154. Nessa nota, entre o mais, escreve: “Por lo que respecta al mando de la escuadra, me basta por el momento que V. E. reconozca no poder dejar prestar su cooperación eficaz toda vez que fuese requerida por mí,

Gravura representando a passagem de Humaitá pela Divisão de Encouraçados sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Delfim Carlos de Carvalho, depois Barão da Passagem.



para ejecutar las operaciones combinadas que entre ambos se acuerden, como ya se ha hecho y se continuará haciendo.

Sin pretender entablar con V. E. una discusión sobre el particular y sobre la inteligencia del Tratado de Alianza que me confiere el mando en jefe de los ejércitos aliados y la dirección de la guerra contra el Paraguay, así en el territorio argentino como en el paraguay, me permitiré hacer á V. E. algunas observaciones al respecto". — Feitas estas, mais adiante escreve: "Pero al aceptar el mando en jefe de los ejércitos aliados y la dirección de la guerra contra el Paraguay, considero haber aceptado una obligación que las naciones me han impuesto, y con ella toda la responsabilidad que és consiguiente, y necesito contar con los medios de llenar los deberes anexos à mi puesto; para poder cargar con tal responsabilidad, tengo necesidad de dar cuenta oficial de este incidente al gobierno argentino, acompañándole copia de la correspondencia cambiada entre ambos, á fin de que los gobiernos aliados, discutiendo el punto y poniéndose de acuerdo, resuelvan para lo futuro la cuestión relativa á la escuadra.

Espero que V. E. hará otro tanto por su parte, pidiendo instrucciones expresas sobre el particular".

Quanto à la *Dirección de la guerra*, parece tornar-se claro que por ocasião da lavratura do Tratado, houve quem, com a inclusão sub-reptícia da expressão *director de la guerra*, buscasse dar uma rasteira em Tamandaré e em Francisco Octaviano, por meio da qual, com o tempo, ficaria também sob o comando de Mitre a Esquadra Brasileira.

À solicitação de Mitre, Caxias poderia responder, como já o fizera antes, que nada tinha a consultar sobre a questão o seu governo. Mas, não foi isto que constatei ter êle feito. Examinando mais demoradamente o assunto, penso ter encontrado a razão, não só da demora de sua resposta à Memória, como também aquela pela qual não poderia ser considerada como desonrosa a volta da Esquadra para o seu posto anterior de Curuzu. Isto, pelo seguinte: Na nota do dia 12, quinta-feira, do Diário de Ca-

xias, lê-se que "Às 7 horas da manhã, partiu para o Passo da Pátria, a fim de embarcar no vapor *São Paulo* a seguir para a corte do imperio, o Coronel João de Souza da Fonseca Costa, chefe do Estado-Maior, enviado por S. Ex.^a o Sr. general chefe, em comissão junto ao governo imperial."

Pela Ordem-do-Dia nº 124 de 12 de setembro de 1867, se diz ter êle sido substituído interinamente pelo Coronel José Antônio Corrêa da Câmara; e pela O. do D. nº 139, de 15 de outubro de 1867, reassumiu êle o posto que havia deixado a 12 de setembro; tendo gasto no cumprimento da sua importante comissão, 32 dias.

Como a resposta de Caxias, à extensa Memória de Mitre, tem a data de Tuyu-Cué, 24 de dezembro de 1867, e nela se transcreve em boa parte o que se passara nos Estados Unidos com o Comodoro Dupont, em Charlestown, isto, por comparação, podia servir de resposta cabal aos itens 3º e 4º do ofício de Mitre a Caxias, de 27 de agosto do já referido ano de 1867.

A vinda do Coronel Fonseca Costa, coincidindo com o recebimento da Memória de Mitre, o mais provável é Caxias, ou algum de seus comandados, ter-se lembrado da publicação no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, de 9 de junho de 1863, extraída de um jornal norte-americano, a respeito do não cumprido ataque de Charlestown, publicação que mandou buscar, e que assim começava:

"Às cinco horas da tarde, fez-se o signal de retirada, allegando os Federais que os obstaculos submarinos, sobre todo os molhos de cabos que adherião aos propulsores, ainda mais que o temível fogo d'artilheria dos fortes, determinarão essa evolução..." Além desta citação, há outras relacionadas por Caxias na Memória justificativa da sua decisão e da presumida atitude do Almirante-em-Chefe da Esquadra Imperial Brasileira, criticadas na correspondência de Mitre.

Em última análise, a verdade é que, para honra e glória nossa, tudo depois disso correu em perfeita ação militar e diplomática, razão por que, no desdo-

Humaitá (no rio) 21 de fevereiro de 1868.

Minha querida e muito estimada Baronesa.

Venci Humaitá a 19 d'êste mês pela madrugada! Delfim passou com a minha 3.^a Divisão por cima das correntes! O inimigo deu mais de três mil tiros, a que respondi com mil; não tive nem um morto, nem um ferido! Delfim foi levemente contundido; Etchebarne foi ferido levemente; Maurity foi o herói do dia, Viva Deus! viva! viva! todos os que me estimam ajoelhem, agradeçam a Deus e a Sua Mãe Santíssima a vitória que me deu; chorem de prazer como eu choro. Adeus. Fico bom, quanto é possível bom. E quem não ficaria bom no meu caso, ainda que andasse sobre moletas?

Um abraço de coração em todos.

Seu muito amante marido
Joaquim B. de Inhaúma

Carta do Barão de Inhaúma à sua esposa de 21/2/1868, contando a passagem do Humaitá.

Diz a carta: Humaitá (no rio) 21 de fevereiro de 1868.

Minha querida e muito estimada Baronesa.

Venci Humaitá a 19 d'êste mês pela madrugada! Delfim passou com a minha 3.^a Divisão por cima das correntes! O inimigo deu mais de três mil tiros, a que respondi com mil; não tive nem um morto, nem um ferido! Delfim foi levemente contundido; Etchebarne foi ferido levemente; Maurity foi o herói do dia, Viva Deus! viva! viva! todos os que me estimam ajoelhem, agradeçam a Deus e a Sua Mãe Santíssima a vitória que me deu; chorem de prazer como eu choro. Adeus. Fico bom, quanto é possível bom. E quem não ficaria bom no meu caso, ainda que andasse sobre moletas?

Um abraço de coração em todos

Seu muito amante marido

Joaquim B. de Inhaúma

O original está arquivado no Departamento de Arquivo Histórico do SDGM.

brar dos acontecimentos e das muitas operações de terra e mar, as forças sob os gloriosos comandos do Marquês de Caxias e do Visconde de Inhaúma, chegaram até Assunção do Paraguai, levando de roldão todos os difíceis obstáculos que às mesmas então pretendiam se opor.

ANEXO N° 1

(Extraído de: Exército em operações na República do Paraguay, Ordem do Dia, Segundo Volume, Rio de Janeiro, 1877)

COMMANDO EM CHEFE DE TODAS AS
FORÇAS BRAZILEIRAS EM OPERAÇÕES
CONTRA O GOVERNO DO PARAGUAY

*Quartel-General em Tuyu-Cué, 12 de setembro
de 1867*

ORDEM DO DIA N° 124

Faço publico, para conhecimento das forças sob meu commando, que nesta data, é nomeado o Sr. Coronel José Antônio Corrêa da Camara, para exercer interinamente as funcções de chefe do estado-maior, durante o impedimento do Sr. Coronel João de Souza da Fonseca Costa, que segue em commissão para a Corte do Imperio.

MARQUEZ DE CAXIAS

COMMANDO EM CHEFE DE TODAS AS
FORÇAS BRAZILEIRAS EM OPERAÇÕES
CONTRA O GOVERNO DO PARAGUAY

*Quartel-General em Tuyu-Cué, 15 de outubro
de 1867*

ORDEM DO DIA N° 139

Faço publico, para conhecimento das forças sob meu commando, que nesta data, reassume o exercicio de chefe do estado-maior o Sr. Coronel João de Souza da Fonseca Costa, que apresentou-se hontem neste quartel-general, vindo da Corte do Imperio para onde havia seguido em commissão.

Fica, portanto, dispensado do referido lugar, passando a reassumir o que anteriormente occupava junto ao exercito de vanguarda, o Sr. Coronel José Antonio Corrêa da Camara, a quem louvo pela intelligencia, actividade e acerto com que se houve durante o tempo que interinamente exerceo aquelle cargo, patentecendo mais uma vez o bom conceito que sempre mereceu-me.

MARQUEZ DE CAXIAS

EXÉRCITO

Em operações na Republica do Paraguay
ORDENS DO DIA
Segundo Volume
Rio de Janeiro
1877

ANEXO N° 2

(Extraído de :Campanha do Paraguay — Diários do Exército em Operações, Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1926)

CAMPANHA DO PARAGUAY

Nota do dia 12 de setembro do Diário de Caxias.

“Quinta-feira, 12 — Não occorreu novidade durante a noite.

A’s 7 horas da manhã partiu para o Passo da Patria, a fim de embarcar no vapor S. Paulo e seguir para a corte do Imperio, o coronel João de Souza da Fonseca Costa, chefe do Estado-maior, enviado por S. Exa. o Sr. general em chefe, em commissão junto ao governo imperial.

A’ esta mesma hora sahio S. Exa. a percorrer o acampamento. Foi ao Passo Ipoxy assistir a sahida do comboio, e depois ao acampamento da 2ª divisão de cavallaria, regressando ás 10 1/2 horas.

O coronel José Antonio Corrêa da Camara, chamado pela manhã ao quartel-general, assumiu desde logo o cargo de chefe interino do estado-maior, sendo depois publicada e distribuida a ordem do dia n° 124, communicando ao exercito esta nomeação.

A’s 4 horas menos 1/4 da tarde compareceu o general Mitre, e teve com S. Exa. o Sr. general em chefe uma conferencia de uma hora, durante a qual apresentou o seu plano de operações, que não foi accedido por S. Exa.

O secretario da legação ingleza, o Sr. Gould, apresentou as propostas sobre as negociações de paz, por parte do governo do Paraguay, as quaes foram por S. Exa. remettidas ao general Mitre, para tomar dellas conhecimento na sua qualidade de general em chefe dos exercitos alliados.

Chegou ao Passo da Patria o vapor Marcilio Dias, conduzindo do Rio de Janeiro tres officiaes e 245 praças para o exercito.”

ANEXO N°3

(Extraído de :Guerra del Paraguay, Memoria Militar — Buenos Aires, 1903)

Nota del General en Jefe al Marqués de Caxias, en que le observa la incon-

veniencia de la orden de retirada dada á la Escuadra, negándole la competencia para expedirla sin previo acuerdo, y pidiendo en consecuencia que la suspenda.

El General en Jefe de los Ejércitos aliados

Cuartel General Tuyú-Cué, Agosto 27 de 1867.

Al Ilmo. y Excmo. señor Marqués de Caxias, Comandante en Jefe de todas las fuerzas brasileñas en operaciones contra el Gobierno del Paraguay.

Anoche tuve el honor de recibir la nota de V. E. fecha de ayer, á que se sirve adjuntarme el parte del señor Almirante de la escuadra imperial, en que manifiesta que en su opinión es imposible forzar el paso de Humaitá, opinión que apoya en la de sus jefes y comandantes y á la que V. E. se adhiere.

Dejando para más adelante la contestación á lo principal de la nota de V. E., debo por lo pronto contraerme á lo más urgente de ella. V. E. dice al final de su nota, que iba á expedir las órdenes necesarias para que la escuadra regresase á su primera posición, abandonando la que hoy ocupa, luego que la oportunidad se presente.

Espero que V. E., meditando su resolución, se servirá suspender toda orden sobre el particular, en virtud de las consideraciones siguientes que me permito someter á su recto juicio:

1ª La operación en que estamos empeñados há sido emprendida sobre la base de obrar la escuadra en combinación con el ejército de tierra, y por lo tanto su acción recíproca no puede ni debe ser desligada.

2ª El plan de campaña que hemos convenido y que se está ejecutando, reposa sobre la base de que la escuadra fuerce el paso de Humaitá, y no puede prescindirse de esta base antes de cambiar el plan de operaciones.

3ª La orden de retirada de la escuadra y su inmediata ejecución sería para el enemigo la señal de que nada tiene ya que temer de ella, y para el ejército, la seguridad de que nada tiene ya que esperar de ella como auxiliar activo, y

alentaría tanto al uno como haría perder el espíritu al otro.

4ª Si es cierto que después del pasaje de la escuadra, Curupaity se ha reforzado y ha colocado torpedos que antes no tenía en el canal del Paraguay, es claro que al bajar sufrirá mayores destrozos que al subir, y por lo tanto, mejor es que se mantenga en una posición honrosa, donde todavía puede ser de alguna utilidad, que descender con menos honor y con más peligro para esterilizarse completamente para todo el resto de la guerra.

5ª Habiendo sido dictada de común acuerdo la orden de forzar el paso de Humaitá, en consecuencia del plan de operaciones que convinimos, esa orden no puede ser revocada sino igualmente de común acuerdo, y en caso de disidencia, obrar según en tales casos corresponde.

Con este motivo debo hacer presente á V. E., que, aunque muy satisfecho de su deferencia y franca cooperación en todo sentido, no puedo prescindir de tocar un punto delicado que se relaciona íntimamente con el asunto de esta nota. Según V. E. se sirvió manifestarme en la conferencia de ayer, consideraba que el mando en jefe del ejército aliado no comprendía por el tratado de alianza el mando de la escuadra, y talvez en esta creencia V. E. resolvió dictar la orden de que me da conocimiento, sin tener presente las consideraciones que acabo de someterle, y que por sí solas por otra parte, bastan á motivar por lo menos una suspensión. Por lo que respecta al mando de la escuadra, no hay duda que por el tratado de alianza, no se me da expresamente el mando inmediato de ella como sucede respecto del ejército de tierra; pero V. E. debe recordar que con el título de General en Jefe de los Ejércitos Aliados, las respectivas naciones se dignaron nombrarme también Director de la guerra, comprendiendo que todos los elementos que concurren á un objeto deben tener una sola dirección. Es, pues, á título de Director de la guerra, que dirijo, no solo los ejércitos de tierra en campaña sino también los elementos militares que concurren al teatro de la guerra.

Es así como la escuadra se encuentra hoy bajo mi dirección mientras el Imperio no la retire de estas aguas; y mucho más desde que todos los planes desde el principio de la campaña se han basado en ese elemento, y hoy mismo reposan en él, según lo que de común acuerdo hemos resuelto sobre el particular, habiendo sido expedidas por V. E. las órdenes correspondientes en el sentido indicado. Espero por lo tanto que V. E. al avisarme lo que haya resuelto sobre la suspensión de sus órdenes hasta tanto nos pongamos de acuerdo ó tomemos una resolución sobre el particular, se sirva á la vez contestarme sobre el último punto, manifestándome al mismo tiempo con toda franqueza si tiene algunas instrucciones de su gobierno á este respecto, por convenir así al mejor servicio de los intereses de la alianza, al honor de todos y cada uno de los aliados y á la responsabilidad y deberes que como general en jefe de sus ejércitos y Director de la guerra contra el gobierno del Paraguay tengo respecto de ellos. Dios guarde á V. E.

BARTOLOMÉ MITRE

ANEXO Nº 4

(Extraído de: Guerra del Paraguay, Memoria Militar — Buenos Aires, 1903)

Nota del Marqués de Caxias al General en Jefe dando explicaciones sobre la anterior, relativa á la orden de retirada de la Escuadra, con observaciones sobre el mando de las fuerzas navales.

“Comando em Chefe de todas as Fôrças Brasileiras em Operações contra o Governo do Paraguay.

Quartel General em Tuyu-Cué, 28 de Agosto de 1867.

Ilmo. e Exmo. Senhor. — Accuso o recebimento da nota que V. Ex. se dignou dirigir-me em data de hontem contestando a que tive a honra de endressar á V. E., a 26 do corrente, na qual, depois de descrever com verdade e franqueza o estado em que ficara a primeira grande divizão da Escuadra Brasileira, que sob o commando do Vice Almirante Joaquim José Ignácio forçou a passagem de Curupaity a des-

peito do fogo terrível de suas baterias e de tres estacadas, que teve de derribar e transpôr consecutivamente, terminei declarando á V. E. que havia tomado a deliberação de expedir as convenientes ordens para que, logo que se desse oportunidade procurasse o referido Vice Almirante sahir da posição crítica, descendo o rio Paraguay ganhando seo anterior fundeadeiro. Acrescentei na mesma nota que assim obrava por considerar indesculpavel temeridade arriscar á Escuadra a destroço completo e inevitável, não só na falta de esperança fundada de exito feliz, como tendo certeza de resultado infructifero.

V. E. se recordara certamente de todo quanto entre mim e o Vice Almirante se passou por occasião de receber elle ordem para forçar Curupaity e Humaytá; das considerações, que fez a respeito dos justificados motivos de suas serias apprehensões sobre a sorte da escuadra principalmente se fosse obrigado a forçar Humaytá de roda batida, tendo os navios cobertos de avarias recebidas na passagem de Curupaity. Digo que de todo isto V. E. se ha de recordar, porque de todo ficou inteirado por communicações minhas, sempre acompanhadas de copias dos officios do Vice Almirante, quanto mais que V. E. manifestando por sua parte dezejo de conhecer a opinião d'elle relativamente ao que V. E. escreveo sobre a materia sujeita foi sem demora satisfeito.

Tambem se não olvidará V. E. que reiterando em minhas ordens para que o Vice Almirante tentasse passar o Curupaity, lhe ponderei que do estado dos navios depois de tal passo regularia-se o ulterior procedimento quanto á passagem de Humaytá, ou tomar posição conveniente aquem d'elle e dirigir d'ahi bombardeo contra suas fortificações e obras vivas.

Permitta-me V. E. que eu consigne na contestação que estou traçando, que quando em minha nota com o fecho de 18 do corrente dei conhecimento a V. E. do movimento da escuadra e de sua passagem do Curupaity, eu escrevi as seguintes palavras, depois de expôr a posição e estado em que a mesma escuadra ficára:

mais completo accordo com V. E. Nas palavras do tratado quando dão a V. E. o commando em chefe e direcção dos exercitos alliados não se comprehendeu a esquadra brazileira, que segundo o mesmo tratado ficou sob o commando immediato do Almirante Visconde de Tamandaré que então era seo chefe.

Isto não quer diser, Exmo. Senhor, que a esquadra brazileira não constitua um auxiliar de grande importancia ás manobras dos exercitos alliados, e que deixe de prestar-se a fim tão nobre e justo desde que fôr ella por V. E. requisitada para levarse a effeito qualquer plano entre mim e V. E. combinado, como aconteceu quando ordenei que ella forçasse a passagem de Curupaity e Humaytá. V. E. sabe perfeitamente que esa operação fasia parte do accordo em que ambos estavamos.

Que a missão da esquadra brazileira é na prezente guerra a de auxiliar, o reconheço V. E. em sua nota de 5 do corrente quando, desenvolvendo o plano de ataque de que alli trata, fallou em um reconhecimento a fazer sobre Humaytá com uma columna das tres armas, reconhecimento que disse V. E. teria o duplo fim de cooperar com a esquadra facilitando sua passagem, e chamar a attenção do inimigo para garantir-se melhor o acampamento de Tuyuty. Para pensar assim, Exmo. Senhor, bastame a leitura e o espirito do Tratado de Alliança, cuyas disposições acato e procuro com a maior lealdade cumprir, sem ter necessidade de quaesquer instrucções do meo Governo, de quem assevero a V. E. não ter nenhuma recibido ao respeito do ponto em questão.

Concluirei assegurando, que se no plano de operações que V. E. trata de elaborar com a illustração e criterio que o caracteriza entrar a passagem de Humaytá pela esquadra, ella o fará se tal empreza fôr, como já disse, humanamente exequivel.

No caso contrario ella cooperará com os exercitos alliados ou no ponto em que se acha, se ahi se poder manter, ou em qualquer outra posição rio abaixo.

Tenho por este modo cumprida a missão para mim agradavel de responder á nota de V. E. a quem Deos guarde."

MARQUEZ DE CAXIAS

Ilmo. e Exmo. Sor. General D. Bartholomeo Mitre, Presidente da Republica Argentina, e Commandante em Chefe dos Exercitos Alliados em operações.

ANEXO Nº 5

(Extraído de: Guerra del Paraguay, Memoria militar, Buenos Aires, 1903)

Nota del General en Jefe al Marqués de Caxias, incluyendole una Memoria sobre el estado de la guerra y operaciones que deben practicarse, demonstrando la posibilidad del Paso de Humaitá, por la Escuadra, y refiriendo á los gobiernos aliados lo que corresponde sobre el mando de ésta.

El General en Jefe de los Ejércitos aliados

Cuartel General Tuyú-Cué, Septiembre 9 de 1867

Al Ilmo. y Excmo. señor Marqués de Caxías, Comandante en Jefe de todas las fuerzas brasileñas en operaciones contra el Gobierno del Paraguay.

Anteriormente tuve el honor de recibir la nota de V.E. fecha 26 del ppdo., á que adjunta otra del señor Almirante de la escuadra imperial participando ser en su concepto y en el de sus jefes, imposible ó estéril el paso de Humaitá por la escuadra, haciendo algunas indicaciones sobre operaciones que podrían emprenderse, y declarando que el resultado infalible de su posición actual sería una retirada; en consecuencia de todo lo cual V.E. me avisa en dicha nota que había dado al señor Almirante sus órdenes para que oportunamente se retirase á sus antiguas posiciones más abajo de Curupaity.

En aquella oportunidad contesté á dicha nota con fecha 27 del mismo, contrayéndome á lo más urgente, que era la orden de retirada, pidiendo á V.E. se sirviese suspenderla por las poderosas consideraciones que le expuse, y con tal motivo, toqué el punto que se relacionaba con el mando de la escuadra, de que, como elemento de guerra que concurre al teatro de las operaciones militares que están á mi cargo, me cor-

respondía disponer como director de la guerra en todo plan de campaña ó movimiento estratégico que combinase de acuerdo con V.E. y en que la escuadra tuviese su rol, pidiéndole á la vez me dijese si tenía algunas instrucciones especiales de su gobierno sobre el particular.

Con fecha 18 del mismo, V.E. se sirvió contestarme declarándome que no tenía instrucciones de su gobierno sobre el particular; pero que entendía que el Tratado de Alianza no me daba el mando inmediato de la escuadra, en lo que estábamos de acuerdo, desde que, “en el mando en jefe y dirección de los ejércitos aliados, no estaba ella comprendida”; sin que por esto desconociese V.E. que dicha escuadra pudiese dejar de prestar su cooperación toda vez que fuese requerida por mí para ejecutar los planes ú operaciones que entre ambos se acordaren, como ya V.E. lo había hecho antes; terminando por declararme que si el pasaje de Humaitá fuese humanamente posible, la escuadra lo ejecutaría, habiéndome dado V.E. antes algunas explicaciones sobre la orden de retirada cuya suspensión le había pedido, la cual era condicional y para una oportunidad que no había aún llegado.

Contesté entonces confidencialmente á V.E. agradeciéndole los términos francos y amistosos de sus explicaciones, diciéndole que oportunamente lo haría como correspondía en lo relativo á operaciones militares, para lo cual esperaba el plano del reconocimiento que había mandado practicar en el Chaco, el que forzosamente necesitaba hacer por nuestra derecha y que el mal tiempo había impedido, faltándome además otro reconocimiento más detenido de que no hablé á V.E., por nuestras posiciones de la izquierda para el caso de movimiento de flanco para estrechar al enemigo, y que recién hoy he completado con el estudio de las posiciones que en tal eventualidad deben fortificarse, y le agregué, que esperaba que mientras tanto marchásemos en la misma armonía y amistad que hasta el presente en el sentido de los intereses de la Alianza, contando con que la escuadra no abandonase las posiciones conquistadas, hasta

tanto que de común acuerdo se resolviese lo conveniente.

Al resumir estos antecedentes lo hago con el objeto de traer nuestra correspondencia á los puntos capitales que habían quedado pendientes, á fin de discutirlos por su orden y explicar á V.E. los motivos que me habían hecho demorar mi contestación.

Paso á ocuparme de ellos.

Por lo que respecta á la orden de retirada de la escuadra quedo impuesto que ella era condicional y para una oportunidad que aun no ha llegado, y cuento que continuará manteniendo las posiciones conquistadas, hasta tanto se resuelva de común acuerdo lo conveniente, pues así como esa posición nos da grandes ventajas sobre el enemigo, aun sin forzar el paso de Humaitá, su abandono importaría una derrota por las razones que ya indiqué á V.E. Por lo que respecta al mando de la escuadra, me basta por el momento que V.E. reconozca no poder dejar de prestar su cooperación eficaz toda vez que fuese requerida por mí, para ejecutar las operaciones combinadas que entre ambos se acuerden como ya se ha hecho y se continuará haciendo.

Sin pretender entablar con V.E. una discusión sobre el particular y sobre la inteligencia del Tratado de Alianza que me confiere el mando en jefe de los ejércitos aliados y la dirección de la guerra contra el Paraguay, así en el territorio argentino como en el paraguayo, me permitiré hacer á V.E. algunas observaciones al respecto.

Me parece que V.E. no se ha hecho cargo de la diferencia que existe entre el mando inmediato de los ejércitos aliados y la dirección general de la guerra de que habla expresamente el tratado, que me nombra General en Jefe y Director de la Guerra, y me fundo al creerlo así, en que V.E. habla solamente de la dirección de los ejércitos aliados. Lo primero importa el mando general e inmediato de todas las fuerzas de tierra que concurren á las operaciones terrestres, y lo segundo el poder disponer de todos los elementos militares que concurren al teatro de la guerra, empleándolos ó dirigiéndolos según las necesidades de

O fimbo' esta guntificacao do
lado do rio Paraguay. O ponto
recher mais do que se co
bales d'esta guntificacao.

O ponto das Laureles parece
esta abandonado, mas, não
abandonado por humbaquese
vizinhos.

Sobre os eventos houve
de 12 a 15 jul -

Os vapores inimigos não appa-
resceram. Estes provavelmente
dentro da lagoa antiga de
Humaitá.

Viva Sua Magestade
o Imperador!

Pariz 19 de Fevereiro de 1868
Por 10 horas e 40 minutos.

Delfim Carlos de Carvalho
Cap. de M. e G. da D.

la campaña; y como entre los principales elementos auxiliares del ejército de tierra se cuenta la escuadra, claro es que hallándose en el teatro de la guerra, se halla también bajo mi dirección, y puedo disponer de ella y dirigirla según mejor convenga á los intereses de la alianza, obrando de acuerdo y por el intermedio de V.E., como es de regla, no sólo tratándose de la escuadra, sino también del ejército brasileño, cuyo mando inmediato corresponde á los generales brasileños, no obstante tener yo el mando y la dirección en jefe de los tres ejércitos aliados.

Pero repito, no es mi objeto entablar con V.E. una discusión sobre este punto, desde que cuento con su franca y leal cooperación, y dada la armonía en que marchamos, se allanará fácilmente cualquier dificultad que pudiese surgir, y sobre todo, desde que V.E. me ha hecho la declaración de que hablé antes, lo que por el momento me basta para llenar como corresponde mis deberes y compromisos respecto á los aliados.

Pero como al aceptar el mando en jefe de los ejércitos aliados y la dirección de la guerra contra el Paraguay, considero haber aceptado una obligación que las naciones me han impuesto, y con ella toda la responsabilidad que es consiguiente, y necesito contar con los medios de llenar los deberes anexos á mi puesto para poder cargar con tal responsabilidad, tengo necesidad de dar cuenta oficial de este incidente al gobierno argentino acompañándole copia de la correspondencia cambiada entre ambos, á fin de que los gobiernos aliados, discutiendo el punto y poniéndose de acuerdo, resuelvan para lo futuro la cuestión relativa á la escuadra.

Espero que V.E. hará otro tanto por su parte, pidiendo instrucciones expresas sobre el particular.

Referida así la solución de este punto á nuestros respectivos gobiernos, y mientras ellos acuerdan lo que debe ser con arreglo á los tratados y lo que mejor convenga á los intereses de la alianza, continuaremos nosotros marchando en la misma armonía y buena inteligencia, seguros de que por cuestiones como ésta no se han de paralizar las opera-

ciones militares, ni dejar de concurrir á ellas todos los elementos de que la alianza dispone y pueda disponer.

Por lo que respecta al pasaje de Humaitá por la escuadra ú otra operación que ella pueda ejecutar por sí, cooperación que ella puede y debe prestar á los movimientos estratégicos ó funciones de guerra á de el ejército concurra, modificaciones que en el plan de operaciones acordado deben hacerse para el caso en que la escuadra no pueda forzar el paso de Humaitá, indicaciones que hace el señor Almirante sobre otras operaciones posibles y demás puntos que deben acordarse en presencia de nuestra situación actual, me refiero á la memoria adjunta, en que V.E. hallará consignada mi opinión. He preferido tratar por separado este punto de interés capital y trascendente que se relaciona forzosamente con la guerra, después de dejar consignados en esta nota los antecedentes del caso, y tratándose en ella cuestiones de otro orden que deben ser resueltas por nuestros respectivos gobiernos y no son de nuestro inmediato resorte, como lo son los planes de campaña.

Dios guarde á V.E.

BARTOLOMÉ MITRE

ANEXO Nº 6

(Extraído de: Guerra del Paraguay, Memoria Militar, Buenos Aires, 1903)

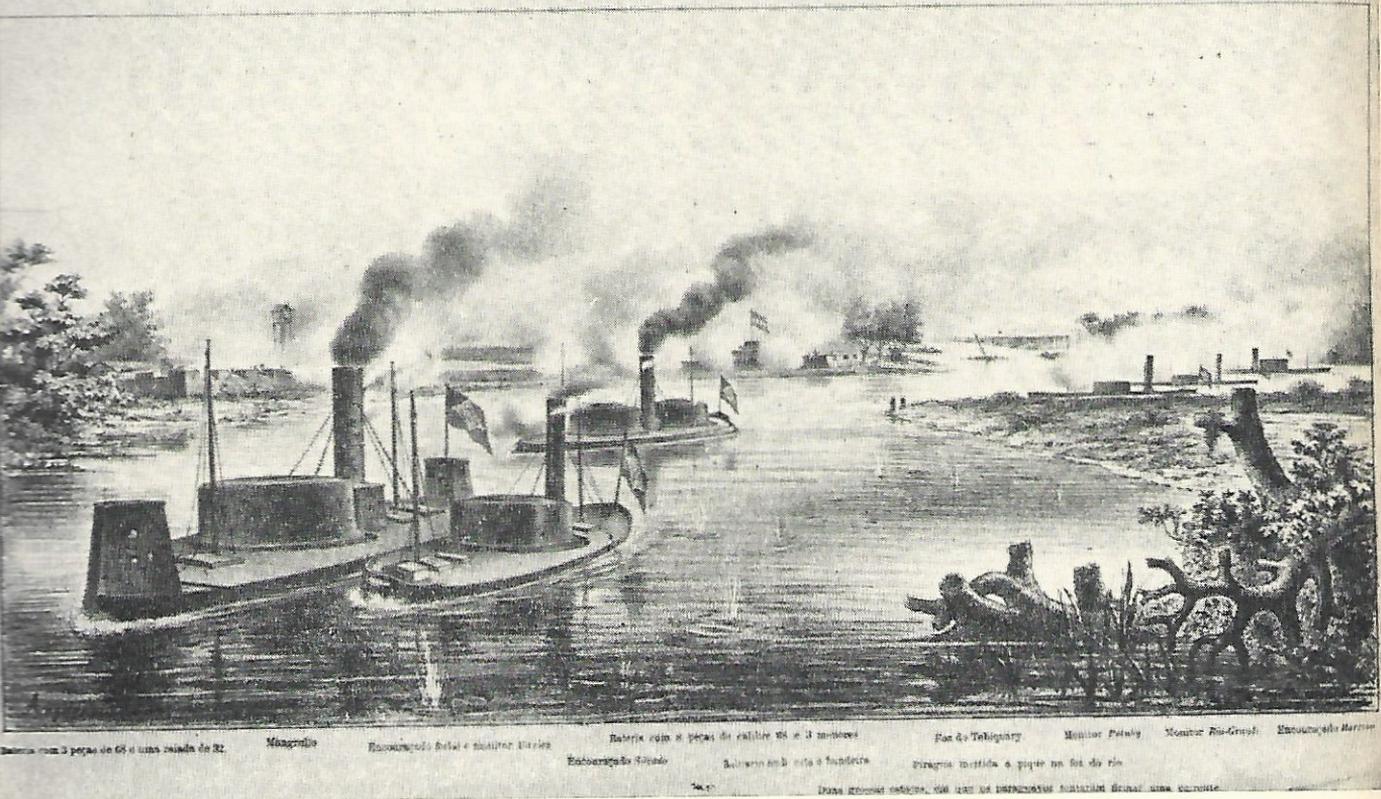
Oficio del Marqués de Caxias al General en Jefe, acusando recibo de la Memoria á que se hace referencia en el anterior parte, y haciendo algunas observaciones sobre ella.

Commando em Chefe de Todas as Forças Brasileiras em Operações contra o Governo do Paraguay.

*Quartel General em Tuyú-Cué,
24 de dezembro de 1867*

Illmo, e Exmo. senhor: Só agora me cabe o praser de contestar a importante e illustrada memoria acompanhada de un croquis, que V.E. me dirigio com o

DIVISÃO AVANÇADA DA ESQUADRA. PASSANDO EM FRENTE DAS BATERIAS DO TEBIQUARY
NO DIA 23 DE JULHO DE 1868, AS 3 HORAS DA TARDE



Com 3 peças de 68 e uma cañã de 82. Monitor. Escudo de batalha e monitor. Bateria. Bateria com 8 peças de calibre 24 e 3 morteiros. Fan do Tebiquary. Monitor Petróleo. Monitor Rio-Grande. Escudo de batalha.

fecho de 14 de setembro do corrente anno. Muitas, e muito attendiveis são seguramente as rasões, que concorrão para que tanto se prolongasse a resposta devida a V.E. que a vista dellas, e de sua procedencia será o primeiro a desculpar-me.

Longo, e variado é por sem duvida o trabalho, que V.E. me remetteo, e de tal gravidade a materia n'elle contida, que um estudo o mais reflectido se tornou indispensavel. Por outro lado encontra-se n'esse trabalho uma parte toda refferente á esquadra brasileira, e em cujas apreciações podendo a má vontade descobrir accusações á mesma esquadra, e seo distincto chefe, indispensavel se tornou, que n'essa parte o ouvisse solicitando d'elle quaesquer esclarecimentos, que me podesse fornecer, e me habilitassem para responder á V.E.

N'esse trabalho, interrompido como é natural, pelas exigencias do eminente posto, em que se acha o Almirante bra-

zileiro, gastou elle bastante tempo, tanto que só a cinco do corrente mez me chegou ás mãos sua resposta. Finalmente, as multiplicadas emergencias, e repetidos successos, que se passarão desde o começo de Outubro até o mez de Novembro, e para os quaes me foi forçoso fazer convergir toda a minha attenção, e cuidados, me fazem nutrir bem fundada esperanza de ser por V.E. disfarçado o meu atraso.

Uma ideia, todavia, uma consideração me satisfaz; é que d'esse atraso e demora, se não seguio nenhuma consequencia má, em que nem de leve prejudicasse os intereses da santa causa, que os exercitos alliados estão sustentando no territorio do Paraguay.

V.E. ha de concordar comigo, que esses successos e emergencias que acima mencionei, bem como outros, que estão iminentes, e que não podem deixar de ser considerados suas dependencias logicas, tem por forma tal modifi-

cado o valioso trabalho de V.E., que se não está de todo prejudicado, pelo menos o está em sua grande maioria.

A occupação fortificada de Tagy levada a effeito sem que a esquadra tivesse forçado a passagem do Humaytá, o assedio do inimigo estreitado por essa occupação, que lhe corta todas as communicações com o interior pela via fluvial, a posse em que estamos de todo o Sul, por assim dizer, da Republica do Paraguay, o nenhum embaraço que se offerece ás nossas excursões ao interior, as quães, como V. E. sabe, tem chegado mesmo alem do rio Tebicuary, todo faz crer que eu disse a pouco uma verdade quando asseverei que pelo menos a maior parte das ideias contidas na memoria de V.E. estavam prejudicadas, visto que tinham ellas por ponto objectivo combinarem-se operações, que sem o concurso da esquadra nos trouxessem á margem do rio Paraguay, e acima do Humaytá um ponto em que dominassemos levantando fortificações.

Isto não quer dizer, Exmo. senhor, que devamos desde ja dar como factó consummado, que a esquadra brasileira não force em tempo opportuno a passagem do Humaytá. Estou seguro e pode V.E. tambem contar como certo, que esse feito se ha de dar, desde que tivermos a convicção de que não importará elle a completa ruina da esquadra encouraçada brasileira, e quando possa ser secundado pelos exercitos alliados.

V.E. disse em sua memoria artigo 7º, o seguinte:

“Para tentar un asalto en oportunidad deben fijarse dos puntos de partida capitales: 1º que el asalto tenga probabilidades de éxito, pues buscar un asalto con la seguridad de ser rechazado ó por lo menos sin contar con una ventaja probable, sería insensatez.” N’estas palavras escriptas com a prudencia, e criterio, que caracterizão a pessoa de V.E., se comprehende não só a explicação de não haver ainda a Esquadra Brasileira forçado a passagem do Humaytá como a sua mais completa justificação.

Desde que se reconhece por dados irrecusaveis, que um resultado vantajoso era improvavel, converia arriscar a Es-

quadra Brasileira a uma ruina total? Será preciso que acometta ella contra todas as difficuldades naturaes, e artificiaes que se oppoem a essa passagem, e que seja toda ella metida a pique contra as correntes que a interceptão para se poder dizer que a Esquadra Brasileira havia cumprido seo dever? Me parece que não.

V.E. sabe que a Esquadra recebeu ordem para forçar a passagem de Curupaity, e ella o praticou no dia 15 de Agosto do corrente anno, com o denodo e galhardia, que ninguem ousará pôr em duvida, e n’esse mesmo dia, serião duas horas da tarde, quando seos canhões romperão sobre elle um vivo bombardeamento, que até hoje mais ou menos, tem sido nutrido com visivel e consideravel detrimento das obras vivas das fortificações, ranchos, aquartellamentos, depositos, Igreja e edificios dentro d’ellas existentes. Pela posição, que a Esquadra conserva, Curupaity está entre dois fogos, e não tem mais communicação pelo rio, não progredindo pelo fogo da Esquadra muitas obras novas, que se havião tentado, e começado em terra por ordem do Dictador para nos hostilisar.

Nem se diga que pelo factó de não ter sido á passagem do Humaytá forçada em seguida de Curupaity, se perdeu a oportunidade de uma quasi surpresa, visto como Humaytá estava menos fortificado, e tanto que para lá foi artilheria de Curupaity depois da passagem.

O Exercito inimigo estava acampado muito proximo d’aquella fortificação, e no espaço de quatro ou oito horas teria tempo sufficiente para prevenir qualquer surpresa, quanto mais não havendo hoje ninguem que ignore que o Paraguay há longos annos se prepara para a guerra, fazendo consistir o principal, e o mais imponente de sua força n’esse castello que fecha hermeticamente o rio Paraguay.

Não seria por certo o augmento nas baterias do Humaytá de tres ou quatro canhões, que demoraria os movimentos da Esquadra. O que os tornaria quasi materialmente impossiveis são as difficuldades de outra ordem creadas pela natureza e pela arte, das quaes acima

fallei. Permitta V.E. que eu aqui transcreva o que se lê no Correio Mercantil do Rio de Janeiro, de 9 de junho de 1863, extrahido de um jornal Norteamericano a respeito do ataque de Charlestown.

“As cinco horas da tarde fez-se o signal de retirada allegando os Federaes que os obstaculos submarinos sobretudo os molhos de cabos, que adherião aos propulsores, ainda mais que o temível fogo d’artilheria dos fortes determinarão essa evolução... Affirmase agora que o Comodoro Dupont estava d’ante-mão convencido da inutilidade da tentativa, e que rompeo fogo para conformar-se com as ordens imperiosas de Washington... Declarão os apologistas dos encouraçados do outro lado do Atlantico, que estes se não fossem os molhos de cabos, as correntes de ferro passadas de uma a outra bateria, de uma outra ilha, as machinas infernaes e outras engenhocas, que detiverão a marcha, terião conseguido ao menos, penetrar metade dos vapores no porto.”

O facto é contemporaneo, e o mais adequado possivel as nossas circumstancias. A Esquadra encouraçada do Brazil não é por certo mais poderosa do que a Federal do Comodoro Dupont nem o porto de Charlestown mais vantajosamente situado para a defeza, do que o passo de Humaitá. Nem sempre a marinha pode atacar com vantagem os logares de terra. Ninguem melhor do que V.E., sabe que na sua marcha sobre o Richmond queria o General Mac-Clean apoderar-se da navegação de York-River, não o poudo conseguir, e eis o que a tal respeito diz Wigo-Roussillon na sua obra Puissance Maritime des Etats-Unis, a fs. 259: “Or, la marine trouvant l’embouchure du York defendue par de puissantes batteries, déclare, qu’elle ne pouvait forcer le passage.”

Mais adiante, a fs. 274 tratando ainda da campanha de Richmond, que tão serios transtornos trouxe aos Federães; diz o mesmo autor: *mais la marine ne put ni combattre, ni détruire, ni tout au moins paralyser le Merrimac*. . . E a fs. 292, “et ils avaient achevé de barrer le fleuve avec des pontons enchainés et

des estacades précédées de torpilles immergés. Le Commodore Foote jugeant le passage infrachissable, se décida, etc.” A fs. 301: “le 23 Juin, en effet la flotte Fédérale descendant de Memphis, et composée de tortues, de canonnières blindées, et de bateaux à mortiers, attaquâ Vicksburg, et ne put réussir à forcer le passage”. A fs. 354: “une forte flotille, composée de bâtiments cuirassés, descendait de Richmond pour venir détruire les établissements de City-Point, mais arrêtée par les estacades des Fédéraux, elle ne put ni les rompre ni les franchir, elle perdit nu naviere, et dut, après d’assez fortes avaries, retourner à Richmond.”

Todo isto prova, Exmo. Senhor, que para as Esquadras encouraçadas ha tambem seos impossiveis e que estes não são raros em circumstancias mais favoraveis do que aquellas em que se achou e se acha a Esquadra Brazileira.

V.E. depois de ennumerar em sua Memoria todas as difficuldades, que se offerecem á passagem do Humaytá conclúe por esta forma: “Tales son las difficuldades naturales que constituyen la principal fuerza de Humaitá. Sin embargo de ellas, todos los hombres de guerra que las han estudiado con atención, han sido de opinión que podían vencer-se con medios adecuados à la resistencia”. Mas eu já demonstrei com exemplos recentes, e incontestaveis, que esquadras mais poderosas tem recuado perante obstaculos, iguães senão inferiores, aos que temos de debellar.

V.E. citou dois nomes procurando com suas opiniões sustentar a facilidade da passagem a viva força de Humaytá. Forão o de Page, Capitão da marinha dos Estados Unidos, e o de Mouchez. Mas o Capitão Page, que estudou com distincção as posições militares do rio Paraguay, que então não erão tão fortes nem estavam fechadas por cadeias, é de parecer é verdade, que os obstaculos de Humaytá podem vencer-se, mas, entretanto, elle proprio recuou de sua commissão, logo que tres ou mais tiros do insignificante forte de Itapirú ferirão o seo navio, e V.E. sabe, que a expedição naval que os Estados Unidos mandara ao Paraguay não chegou a passar de

Montevideo, lastimando todos que a vi-
rão estacionar no Rio de Janeiro, que o
Governo da União tivesse sido tão mal
informado, que assim arriscasse com-
prometter a gloria de suas armas.

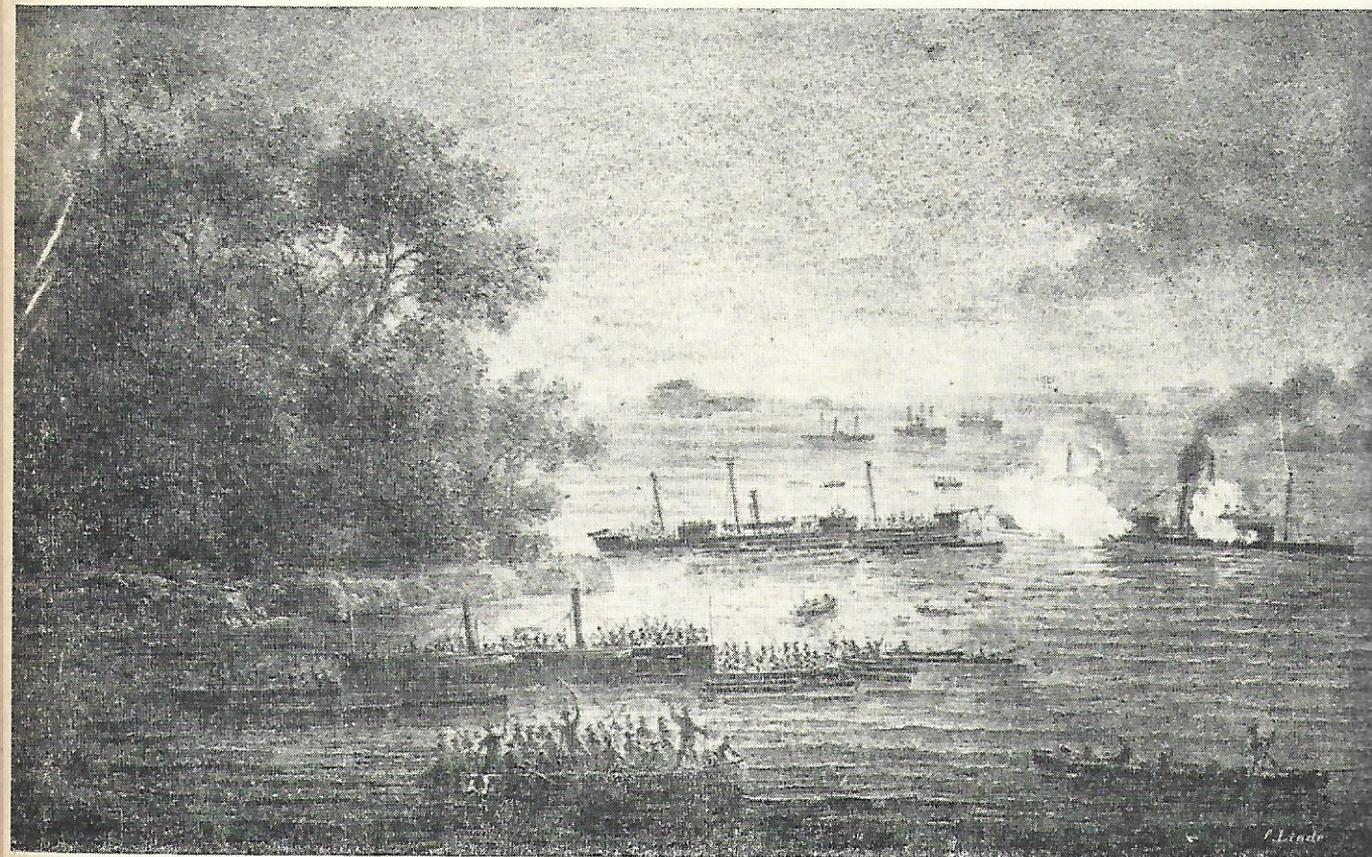
Quanto a Mouchez eis o que elle diz
á pagina 303 de seo Nouveau Manuel de
la Navigation dans le Rio de la Plata:
*“Une dernière considération, qu'on pa-
rait aussi oublier, c'est que si jamais ces
communications fluviales pouvaient s'é-
tablir, elles seraient entièrement soumi-
ses au bon plaisir du gouvernement de
l'Assomption, puisqu'il faudrait débou-
cher par le Paraguay, et passer sous le
feu de très sérieuses batteries de Hu-
maitá, qui ferment hermétiquement ce
fleuve.”*

Quisera, Exmo. Senhor, ir adiante,
mas meos continuos e affanosos cuida-
dos, e afazeres m'ó não permittten. Julgo
ter dito quanto é bastante para manter
illesos os brios da Esquadra Brasileira,

terminando por assegurar ainda uma vez
á V.E., que depositaria da confiança in-
teira do Governo do Imperador a Esqua-
dra ha de corresponder dignamente a
ella, e aos seus fastos de gloria juntará
mais o que lhe resultará da passagem de
Humaytá quando a oportunidade che-
gar de a facer com o concurso dos Exer-
citos Alliados, com vantagem reconhe-
cida para a causa justa que pleiteão, e
havendo certesa de que o dia de seo
triumpho não será o de seo total anni-
quilamento.

De animo muito deliberado, Exmo.
Senhor, eu deixo sem resposta todo
quanto no apreciavel trabalho de V.E.
se acha escripto relativamente ao Almi-
rante Brasileiro Visconde de Tamanda-
ré, e ao seo comportamento, quando
commandava em chefe a Esquadra Im-
perial. São factos passados quando eu
não me achava ainda no theatro da
guerra, e cuja apreciação justa e im-

Tentativa de abordagem aos encouraçados brasileiros levada a efeito pelo
paraguaios a bordo de pequenas embarcações, na noite de 2 de março
de 1868.



GLORIOSO COMBATE DOS ENCOURAÇADOS BRASILEIROS

ATAQUE DOS PARAGUAIOS NO DIA 2 DE MARÇO DE 1868

parcial é prudente que fique encarregada á historia. Alem de que é mais que natural que o Visconde de Tamandaré se possa defender de quaesquer imputações, que lhe sejam dirigidas estando ao corrente das circumstancias, em que se achou, e podendo apresentar as razões em que estribou seo proceder.

V.E. me revelará também se não entro em discussão larga, e no campo da sciencia a respeito de opiniões por V.E. emittidas, e com as quães não concordo absolutamente em umas, e em partes em outras. Com o inimigo á vista, replecto da palpitante anciedade que a actual phase da guerra imprime em meu espirito de todo entregue á esmerada sollicitude com que devo prover ás se-

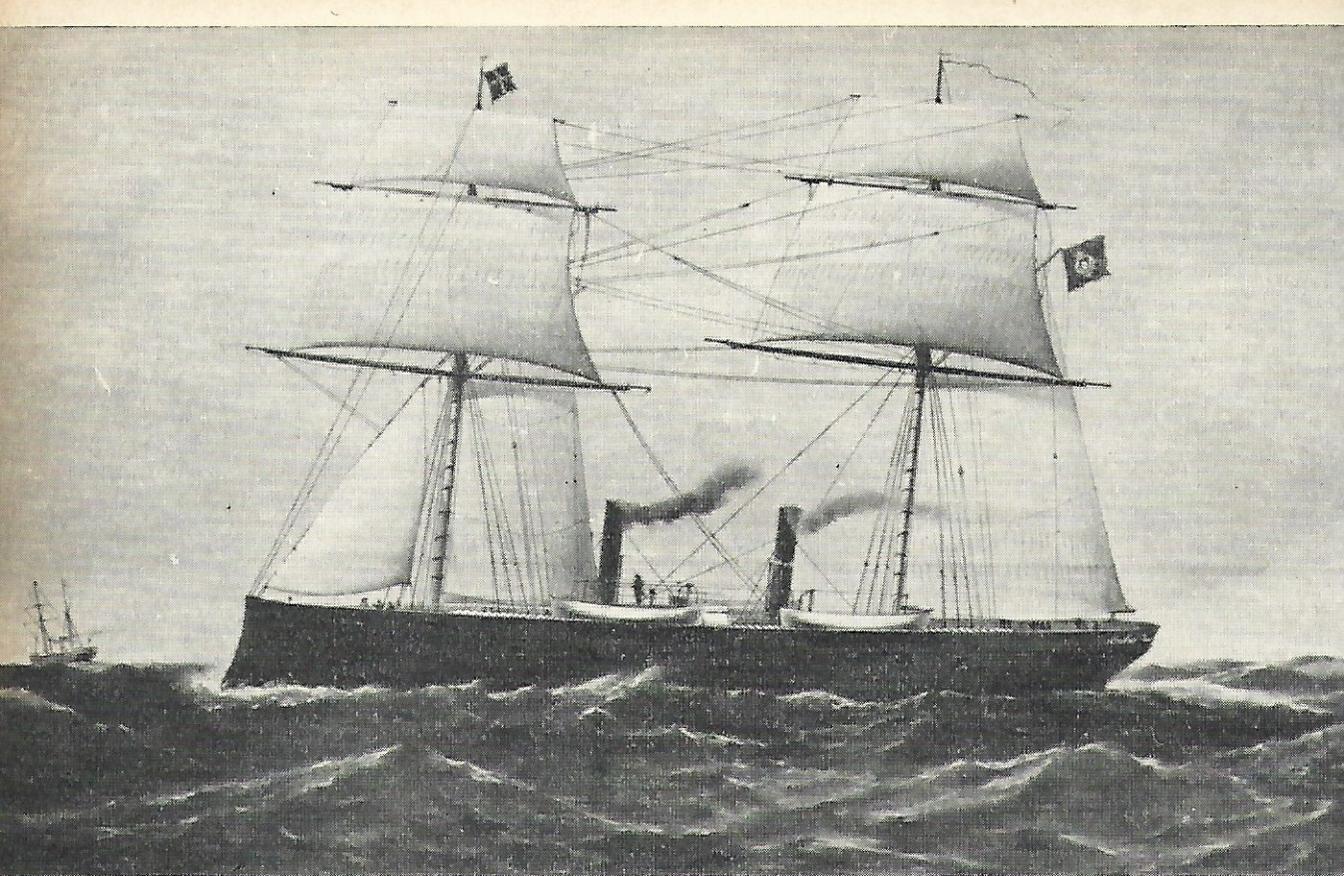
rias necessidades de cada momento, declino ao menos por agora, essa discussão. Ella não teria na actualidade razão de ser, e seria, pois, em pura perda. Não será V.E. quem me não excusará, sendo como é, homem de guerra e compartilhando por sem duvida os mesmos cuidados, a mesma anciedade, a mesma sollicitude, que me domina.

Deus guarde á V.E.

MARQUEZ DE CAXIAS

Illmo. e Exmo. Sor. General D. Bartholomeo Mitre, Presidente da República Argentina, e Commandante em Chefe dos Exércitos Alliados."





"COLOMBO" A "CABRAL".

Anterior: "Colombo" e "Cabral".

O encouraçado "Colombo" (da mesma classe que o "Cabral") construído na Inglaterra para a Marinha Imperial do Brasil, durante a Guerra do Paraguai e que integrou a Esquadra sob o comando do Visconde de Inhaúma.

HOMENAGEM AO VISCONDE DE INHAÚMA

Oração proferida pelo Vice-Almirante (EN) Abel Campbell de Barros por ocasião da romaria ao túmulo do Almirante Joaquim José Ignácio, Visconde de Inhaúma, no cemitério de São Francisco Xavier, no dia 8 de março de 1969, por ocasião das comemorações do centésimo aniversário de seu falecimento.

Ex^{mo}. Sr. Ministro da Marinha
Ex^{mas}. Autoridades Cíveis e Militares
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Convidado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Marinha para proferir a oração junto ao túmulo do Almirante

Joaquim José Ignácio, Visconde de Inhaúma, por ocasião do 1º centenário de seu falecimento, sinto-me emocionado com tal distinção.

Habitado a ouvir, desde minha infância, o relato de seus grandes feitos, considero um privilégio e uma honra a oportunidade que se me oferece, de reverenciar a memória de tão ilustre Chefe.

Na data de hoje, há cem anos, cobria-se de luto e de dor a nação brasileira. Falecera o Almirante Joaquim José Ignácio, Visconde de Inhaúma, após 47

anos de inestimáveis serviços prestados à Pátria.

O valente guerreiro que tantas vezes desafiara a morte, o herói que enfrentara e ousadamente transpusera as baterias de Curupaiti e que, com a graça de Deus, vencera a inexpugnável Humaitá, caíra finalmente, vítima de sua própria dedicação ao serviço, que o levava ao extremo sacrifício.

Tendo deixado o Comando-em-Chefe das Fôrças Navais Brasileiras em operações de guerra, em virtude de seu precário estado de saúde, que se agravava dia a dia, e tendo declarado que só o fazia por sua convicção segura de que não mais havia fortificações a destruir nem navios inimigos a combater, embarcou na Corveta *Nictheroy*, regressando ao Rio de Janeiro, onde chegou a dezoito de fevereiro, falecendo dezoito dias mais tarde.

A população recebeu-o triunfalmente, mas não pôde êle sequer corresponder ao tributo merecido que lhe dispensava o povo reconhecido.

Desembarcara de maca de bordo da corveta, sendo transportado até o Arsenal de Marinha no fundo de um escaler.

Seu estado de saúde já não era bom por ocasião da Passagem de Humaitá, efetuada um ano antes, o que podemos constatar pela bellissima carta por êle escrita à sua querida espôsa, dois dias após o memorável feito e que peço licença para transcrever:

“Humaitá (no Rio) 21 de fevereiro
de 1868

Minha querida e muito estimada Baronesa

Venci Humaitá a 19 d’este mes pela madrugada.

Delfim passou com a minha 3ª Divisão por cima das correntes. O inimigo deu mais de 3.000 tiros, a que respondi com mil; e não tive nem um morto, nem um ferido. Delfim foi levemente contundido; Etchebarne foi ferido levemente; Maurity foi o heroi do dia; vou dar viva. Viva. Todos os que me estimão ajoelhem, agradeção a Deos e a sua Mãe Santíssima a vitória que me deo; cho-

rem de prazer como eu choro. Adeos. Fico bom, quanto é possível bom. E quem não ficaria bom no meu caso, ainda que andasse sobre moletas?

Um abraço de coração em todos
Seo muito amante marido”

Joaquim B. de Inhaúma

Presentindo então que seu fim estava próximo, comentava êle: “Os principes da ciência esforçam-se por prolongar a vida aos restos de Joaquim José Ignácio, representado pelo Almirante Inhaúma; mas êles, com todo o seu saber, não podem operar uma ressurreição. Cheguei ao fim da romaria; vou dar contas a Deus”.

Como dizia Ernesto Sena, Joaquim José Ignácio, Visconde de Inhaúma, ficara no Paraguai, onde consumira tôdas as suas fôrças. Voltavam seus restos quase inanimados. Apenas pela graça divina ainda podia reconhecer sua família.

Êste mesmo povo que dias antes o recebera com tamanhas demonstrações de entusiasmo e alegria, agora chorava aqui neste local a perda de tão illustre personalidade.

Diz um seu biógrafo que a seu entêro compareceram mais de trezentas caruagens e a população, formada em alas, descobria-se respeitosamente à passagem do cortejo fúnebre, acompanhado igualmente pelos Ministros da Marinha e da Guerra, Conselheiro Afonso Celso, Almirante de Tamandaré e Barões de Itapagipe e Suruhy, que seguravam as argolas do caixão.

Ao descer o corpo, o Conselheiro Felix Martins recitou os seguintes quartetos como última prece ao herói que acabava de desaparecer:

*Agora sim, a terra vai cobri-lo
Como soe ao heroi cobrir a terra
Ficando nela o corpo inanimado,
Enquanto o céu o espirito lho encerra.*

*Farol eterno, as gerações guiando
No rumo da virtude, este jazigo
Ressumbrará constante o amor da pá-
[tria,
Que se acrisola à fôrça do perigo.*

*Agora, sim, a terra vai cobri-lo
Com o seu denso e mórbido sudário...
Embora! Há d'ém relêvo ficar sempre
O vulto de Inhaúma — o legendário.*

Passados 39 anos, por ocasião do centenário de seu nascimento a 30 de julho de 1908, publicou o Chefe do Estado-Maior da Armada uma Ordem do Dia na qual dizia:

“Rememorando este ilustre nome e pondo em destaque na atualidade o heroísmo e a gloriosa personalidade que elle evoca cabe-me a honrosa satisfação de firmar, sob a inspiração de irreprimível saudade e de gratas recordações, a presente ordem do dia, consagrada, em nome da Marinha, ao centenário de um dos seus mais queridos e celebrados chefes.

Não só a visão triumphal da sua estrêlla de Almirante, cujo brilho o tempo cada vez mais apura e desempaña, não só o sereno e crescente apreço do seu valor militar e a estimação critica de sua incalculável valia, como robusta parcella da nossa nacionalidade, mas

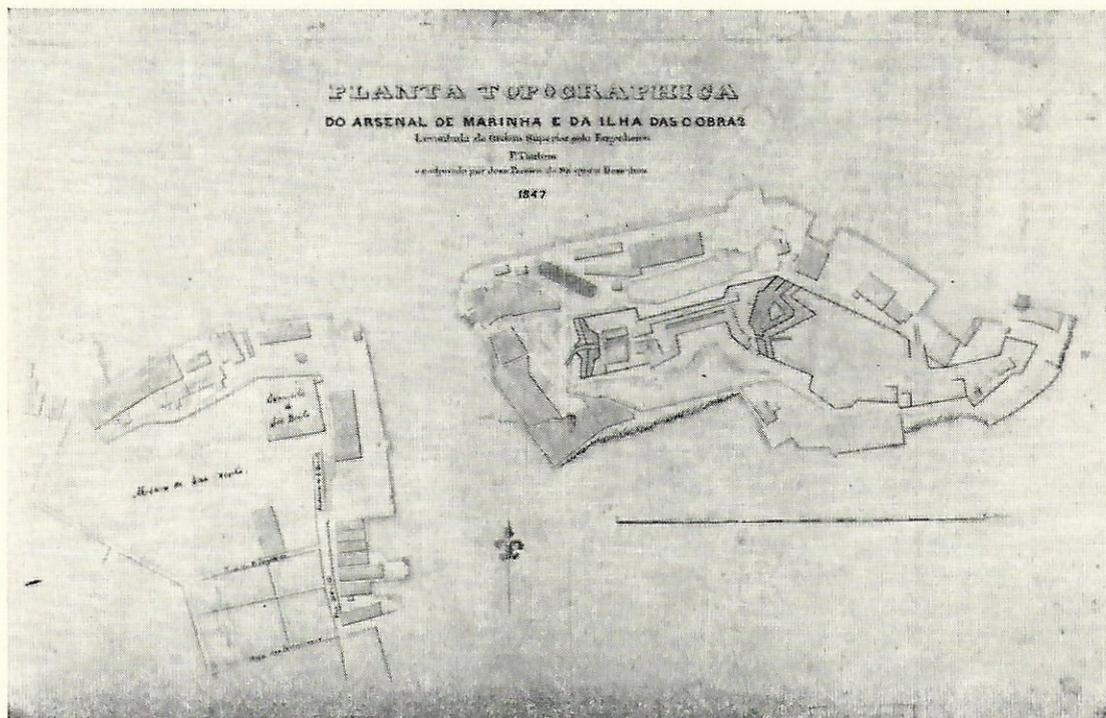
também as impollutas paginas de sua vida civil e os fecundos exemplos de sua cordura e reflectida pertinacia, que lhe foram normas do nobre character, a esmerada illustração e capacidade proffissionais, de que deixou eloquentes e iniludíveis provas, impõem-nos hoje o culto íntimo da saudade, a quantos tiveram a fortuna de conhecê-lo, assim como a veneração profunda da classe e da Pátria a que elle por tantos annos servio e tão estranhadamente edificou e estremeçou.

No operoso e lento peregrinar de aspirante a almirante, Joaquim José Ignácio subio sempre com distincção, mas paulatinamente, todos os degrãos da profissão naval militar, na qual se enobreceu, ennobrecendo também a sua classe.

No paiz e no estrangeiro desempenhou elle com ilustre saber as mais difficeis, variadas e importantes commissões.

Commandou em chefe, com perfeita envergadura, severo valor e notoria capacidade dirigente, a mais numerosa, activa e imponente armada que jamais possuio o Brasil em operações de guerra.

Planta do Arsenal de Marinha (esquerda) e da Ilha das Cobras (direita), à época em que Joaquim José Inácio era seu diretor.



Ministro da Marinha, sahio-se do serio encargo com galhardia, graças à ductilidade do seu espirito preparado e ao zelo prudente com que administrou, usando o tacto e energia, como pelejara, e promovido effeitos duradouros que lhe valeram o applauso dos competentes e a confirmação da sua benemerencia na classe.

Eminente estrategista e mestre tactico, foi ao mesmo tempo o mais versado e completo entendedor em marinha, de sua época. Dotado de alta cultura scientifica, litterato, publicista, philologo, orador e estadista, revelou os seus talentos em meio idoneo para julgá-los em benévola acquiescência, qual o fez louvando-o com enthusiasmo em pleno parlamento o emerito homem de estado Zacharias de Goes e Vasconcellos, aliás de austera e proverbial sobriedade.

Que mais restará dizer em prol da glorificação de tão sublimado brasileiro, neste dia para sempre memorável em que a Pátria certamente o contempla e abençoa, com acrysolado amor, carinho e admiração?"

Hoje, passados cem anos de seu falecimento, podemos ainda repetir, como actual, mais um trecho da mesma Ordem do Dia de 1908:

"E a Marinha, honrando com o seu applauso e imitação, o heroismo, o saber magistral e o acendrado patriotismo

de seu grande antepassado, presta hoje e prestará sempre as homenagens de reconhecimento e gratidão à sua eterna memória. "

Tal como recitou o Dr. Joaquim José Teixeira por ocasião do enterramento:

*Teu nome viverá de dia em dia
E da valente armada, em toda a idade
Serás o exemplo magno e o magno
[guia.*

Honra ao imortal Almirante Visconde de Inhaúma!

Finalizando a presente oração, pedi-rei ao bom Deus que lhe dê um lugar de refrigério e lhe conceda o descanso eterno, e rezarei, em intenção de sua boníssima alma, uma Ave-Maria:

*Ave Maria, cheia de Graça, O Senhor
é Convosco*

*Bendita Sois Vós entre as mulheres e
bendito é o fruto do Vosso ventre,
Jesus.*

*Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por
nós pecadores agora e na hora de
nossa morte*

Amém!



O ALMIRANTE JOHN PASCOE GRENFELL NA MARINHA E NA HISTÓRIA DO BRASIL

Levy Scavarda

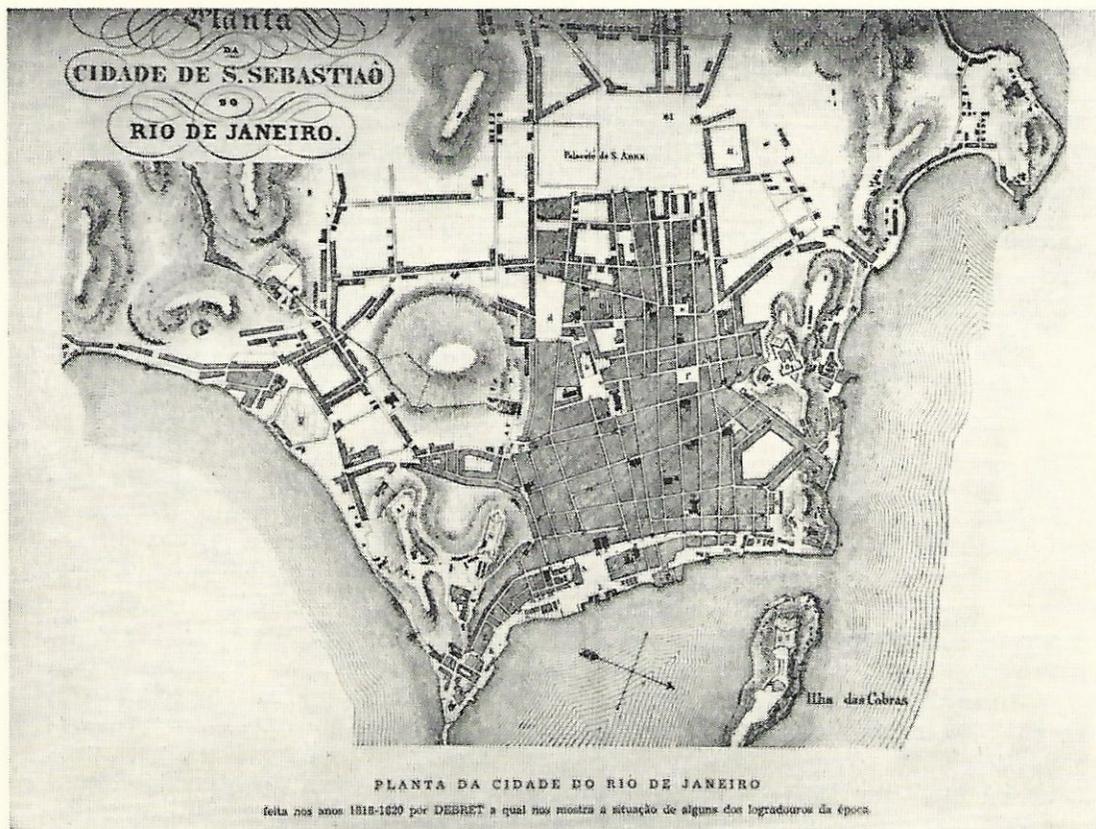
I — GRENFELL AO SERVIÇO DA MARINHA DO BRASIL

EIS UM dos oficiais ingleses, a serviço do Brasil, na Campanha da Independência

e depois dela, enquanto vida teve, de história das mais belas, a igualar-se com as dos mais ilustres heróis do nosso passado histórico. Discípulo do Almirante Lorde Cochrane, circunspeto, reservado, disciplinado, valente, ati-

Mapa da Europa, do século XVIII, onde se vê a Inglaterra, berço de Grenfell. Original na Biblioteca da Marinha.





Planta da Cidade do Rio de Janeiro pouco antes da Independência (Debret).

lado, teve desde cedo, muito moço mesmo, inatos os predicados que fazem os grandes chefes: tinha a prudência, como norma; a decisão imediata, para obviar circunstâncias e a consciência vigorosa dos seus atos que lhe davam confiança em si mesmo, talvez mais do que isto, um senso ilimitado de responsabilidade, revelando no jovem oficial de 1823, as qualidades que, mais tarde, como comandante e chefe, na nossa Marinha, a que êle serviu devotamente, saberia transmitir aos seus comandados, como assinalou Henrique Boiteaux: arrôjo, valor e perícia.

Educado na escola do mar, habituou-se aos seus perigos; cedo aprendeu a velejar; fêz-se nauta, manobreiro, homem de guerra na rudeza dos navios de vela; viveu alentado por um desejo, um ideal: servir à causa da liberdade dos povos. Foi o que êle fêz, ao lado de outros, seguindo as pegadas do seu

grande mestre e chefe, já citado, o Almirante e Lorde Cochrane.

Foi, sem dúvida, um exemplar a mais daquela raça de navegantes que teve origem no reinado de Isabel, na Inglaterra, quando se criaram um Cook, um Drake, um Raleigh, um Haukins e outros a se distinguirem nos annos do seu tempo.

Tentaremos reproduzir a sua história a serviço da nossa Marinha, a serviço do Brasil, que foi das mais brilhantes e dignas de sôbre ela se meditar para tirar-lhe os ensinamentos que servirão à nossa conduta marinheira.

John Pascoe Grenfell, nasceu no Condado de Surrey, Inglaterra, em 30 de setembro de 1800. Era filho de John Grenfell e de Dona Sophia Grenfell. Contam como seus parentes, para lhe dar ascendência fidalga, os Lordes Donorale e Desborough.

Veio para o Brasil, depois de participar das lutas pelas independências do

Chile e do Peru, acompanhando Lorde Cochrane, ao aceitar o *oferecimento que lhe fizera o Govêrno do Brasil para comandar sua esquadra na luta empenhada contra Portugal, a fim de haver sua Independência*. Quis assim, o Tenente John Pascoe Grenfell compartilhar a sorte do seu arrojado chefe e, por isso, a 13 de janeiro de 1823, deixou, com êle, o Chile, embarcando-se no brigue de carta *Colonel Allen*, mais tarde *Bahia*, comandado pelo Capitão Bartholomeu Hayden e chegou ao Rio de Janeiro a 13 de março do mesmo ano de 1823.

Referindo-se à admissão de Grenfell, diz o seu ilustre biógrafo, o Almirante Henrique Boiteux:

“Não lhe foi difícil entrar no serviço da Marinha do Brasil precedido do nome que trazia, e amparado pelo chefe que o apreciava, tanto mais quanto o govêrno havia mandado contratar outros para guarnecer os navios da esquadra em formação.”

É assim que, por Decreto de 21 de março de 1823 foi êle admitido na Marinha do Brasil no pôsto de Primeiro-Tenente, embarcando na mesma data no capitânia do Almirante Cochrane, a nau *Pedro Primeiro*.

II — RUMO À BAHIA

A 3 de abril seguinte, a Esquadra de Cochrane faz-se ao mar, dirigindo-se à Bahia com a missão de forçar a Esquadra Portuguesa, ao mando do Chefe-de-Divisão João Félix Pereira de Campos, a abandonar o pôrto de Salvador, onde procurava manter as fôrças reinóis ao mando do General Madeira, que dali pretendiam, se não restaurar a autoridade portuguesa em tôda a antiga Colônia, ao menos salvar da mesma o Norte para Portugal. Tendo esta parte sob seus domínios, não seria difícil a Portugal reintegrar-se depois na posse total da Colônia: questão apenas de tempo. Isto, porém, não ocorreu graças à capacidade combativa do Primeiro Almirante Lorde Cochrane, à sua estratégia, aprendida com os seus maiores nos mares da Europa, e à ação desenvolvida pela nossa Esquadra, com João das Bo-

tas, Taylor e, principalmente, Grenfell, no Pará.

Com o memorável combate de 4 de maio de 1823, entre as duas Esquadras: a portuguesa, de um lado e a nossa de outro, pôde o Primeiro-Tenente Grenfell pôr em destaque as suas qualidades de exímio e experimentado oficial, o que o recomendou, mais e mais, ao seu extraordinário chefe. Grenfell, com a sua energia e lealdade, conjura o perigo iminente de ser o capitânia entregue aos inimigos.

Aqui, pois, neste ato de guerra, Grenfell revelava-se o oficial extraordinário, ao qual Cochrane iria, logo depois, cometer-lhe especial e árdua comissão, que relataremos linhas a seguir.

Eis como se deu essa primeira ação patriótica do Tenente John Pascoe Grenfell, aqui relatada por Henrique Boiteux: “Guarnecidos os nossos navios, na sua maioria por marinheiros portugueses adesistas só esperavam, sem dúvida, a primeira oportunidade para provarem o seu amor à terra de nascimento, concorrendo para que não se fizesse a Independência, como já haviam demonstrado na esquadra mandada anteriormente à Bahia, sob as ordens do chefe Rodrigues de Lamare. A magnanimidade imperial para com os cabeças dessa revolta, acoroçoou a nova. Justamente no momento em que o capitânia brasileiro, a nau *Pedro Primeiro*, se achava empenhadã em luta contra a charrua *Princesa* e o navio *Príncipe*, tão próximo daquela que os laises das vêrgas quase se tocavam e já pelo porta-voz intimava o nosso Almirante ao Comandante da charrua inimiga para que se rendesse, do contrário a meteria a pique, deuse a inaudita explosão da traição de alguns daqueles marinheiros, estimulados por outros, que se negaram a manobrar os canhões e a fazer fogo. O fiel de artilharia, o escoteiro e um cabo, encarregados da passagem de cartuchos por sua vez fechando as portas do paiol de pólvora, *peremptoriamente declararam que dali não mais sairia pólvora para atirar a portugueses*. Foi nesta premente situação que Grenfell, auxiliado por ingleses e brasileiros, com indômita valentia, conseguiu prender os amotinados e assim salvou o capitânia de

abater bandeira a navios portugueses, por si sós impotentes contra o arrôjo do nosso Almirante.”

Era êste, pois, o primeiro grande serviço prestado ao Brasil por Grenfell: eliminar a traição, abatendo com mão de ferro, a bordo, os traidores. E o capitânia, a nau *Pedro Primeiro*, continuou incólume e pôde prosseguir no seu afã de expulsar a Esquadra de Félix de Campos das águas da nova pátria, o nosso Brasil, que acabava de surgir e que iria consolidar a sua Independência com sua improvisada esquadra, mas em que sobrava denôdo dos brasileiros que a guarneciam e dos inglêses, entre êstes John Pascoe Grenfell, que traziam consigo o espírito da liberdade dos povos subjugados. Não podemos, em absoluto, esquecer-los, e muito menos o bem que nos fizeram em hora tão aziaga, tão crítica, tão difícil, como aquela em que vivemos por ocasião dos pródromos da nossa emancipação política.

Alijada a traição, restava ao Almirante conduzir seus navios à luta e o faz com o *Pedro Primeiro* e o *Maria da Glória*, limpos dos traidores, que foram deixados na altura do Morro de São Paulo, ponto de concentração da esquadra libertadora: a incipiente Esquadra Brasileira.

Com aquêles dois navios, no primeiro dos quais se achava o Primeiro-Tenente John Pascoe Grenfell e depois com a *Paraguaçu*, fêz-se efetivo o bloqueio ao pôrto de Salvador, onde mal se sustentavam as tropas portuguesas acossadas pelos patriotas, que por terra e por mar, João das Botas à frente, não os deixavam sossegar.

Eis que os portugueses, sentindo a derrocada porque entregues à sua sorte, sem abastecimentos e sem socorro do Reino, só tinham uma decisão a tomar: ou abandonavam a terra que já lhes não pertencia, ou dispunham-se ao combate, enfrentando uma pequena porém bem conduzida fôrça naval. Cochrane era um chefe que, por si só, fazia o inimigo pesar muito as conseqüências de uma luta no mar com semelhante estrategista. Êle apresentava-se sempre precedido de uma fama que o fazia temido.

Agora com Cochrane, estavam sete navios bem tripulados e bem armados.

Félix de Campos, ouvido o conselho de guerra que reuniu, optou pela primeira hipótese, o abandono. Mas, mesmo êste teria que sofrer a ação demolidora do grande vulto da nossa Independência, o Almirante Cochrane.

Aqui seguimos o relato de Boiteux:

“O abandono do pôrto da Bahia pela Esquadra portuguesa, no dia 2 de julho, composta de dezenove navios de guerra, comboiando mais de oitenta navios mercantes carregados de gentes e de tudo o que puderam embarcar, como bons móveis, alfaias de igrejas, sinos e todo o material e ferramentas encontradas nos Arsenais de Guerra e da Marinha, foi o comêço do epílogo do domínio lusitano na América do Sul. Era o fim da dominação portuguesa que se avizinhava e na qual Grenfell daria o golpe mortal, como veremos adiante”.

Dispondo unicamente de sete navios prossegue aquêlé illustre historiador: “desta vez, porém, bem armados e tripulados, começou na noite de 3 de julho, sempre memorável nos fastos da Marinha, uma caça sem tréguas aos retirantes que foram por fim acossados pelo intemorato João Taylor, na *Niterói*, até a foz do Tejo.”

Cochrane, segundo o seu hábito, bom manobreiro que era, atilado chefe, aproveitava-se muito do tempo tormentoso para as suas arremetidas e o fazia com a mestria de quem sabe aproveitar as brechas e entre estas se introduzir, levando o terror ao inimigo que mal se podia defender do tempo, das borrascas, do mar encapelado, dos aguaceiros como ocorreram naquela ocasião. Era um arrojado. Aproveitando-se de uma péssima manobra do inimigo, embora, estivesse em desvantagem, *forçando vela, afastou-se da costa e passando entre navios inimigos despejou-lhes suas baterias.*

Dá-se, então a abordagem do transporte de guerra português *Gão Pará*, cabendo a Grenfell a execução de mandar cortar os mastros grande e de mezena para inutilizá-los, a fim de que regressasse ao pôrto e obter dos oficiais nêle embarcados a declaração de não mais tomarem armas contra o Brasil.

Por êste e outros serviços prestados, foi o Tenente Grenfell promovido ao pòsto de Capitão-Tenente.

O Almirante Cochrane tinha uma dupla missão: a primeira, a de expulsar os portugueses das águas territoriais brasileiras, sem o que não se teriam condições de manter a Independência, pela ameaça que essa Esquadra oferecia à novel nação; a segunda, realizada a primeira, integrar o Norte do Brasil independente, uma vez que grande parte daquela região só vagamente conhecia o que se passava no Centro e Sul do País.

Decidiu-se então o Primeiro Almirante pela seguinte estratégia: dos seus sete navios, seis êle poria no encalço da Esquadra fugitiva e êle, com a nau *Pedro Primeiro*, iria com destino à Província do Maranhão, para onde deviam seguir muitos dos navios portugueses e onde, apesar dos esforços dos nacionais, persistiam êles.

Cochrane, em chegando àquela Província com o seu navio, usa de um artil, conseguindo convencer a Junta Governativa portuguesa de que se achava com tóda a Esquadra Brasileira, à barra, intimando-a ao reconhecimento da Independência. O estratagem produziu o efeito desejado e o Maranhão, no dia 23 de julho de 1823, reconhecia a autoridade do Imperador e incorporava-se ao Brasil.

III — GRENFELL NO PARÁ

Outro exemplo de dedicação de Grenfell à causa nacional, embora deturpado por seus inimigos mas que a posteridade corrigiu fazendo-lhe justiça, dá-se na sua delicada missão do Pará, em cuja história êle entrou como figura proeminente nos agitados momentos de transição do regime colonial para Independência, prestando assinalados serviços, talvez mais do que podemos pensar. Sem êle, acreditamos, a região paraense, que era todo o mundo amazônico, viria a ser brasileira, sem dúvida, porque lá também existia o espírito nativista e com êle o desejo de liberdade de grande parte dos filhos da região. Mas, não se deve esquecer de que as forças armadas, a administração, as famílias dominantes, a distância que se-

parava do centro irradiador da nossa emancipação política, e os parcos recursos de que êste possuía, com a desvantagem de não poder interceptar o apoio, em tudo, que acaso chegasse de Portugal, não se deve esquecer que sem a ação atilada de Grenfell e o estratagem concebido por Cochrane, o Pará custaria muito a unir-se ao Brasil, se não ocorresse o pior, o que era provável, unir-se a Pernambuco com Pais de Carvalho, na Confederação do Equador.

O nosso historiador e mestre que nos auxilia nesta empresa de, a curto prazo, levantar a vida monumental de John Pascoe Grenfell, conta-nos que a "Província do Pará do mesmo modo ansiava pela expulsão dos dominadores; para auxiliá-la neste proveito, confiou Lorde Cochrane ao Capitão-Tenente Grenfell a delicada missão, como recompensa a distintos serviços prestados a compêlir o embarque das forças portuguesas que se haviam negado de o fazer, quando tiveram conhecimento da não existência da Esquadra Brasileira. A Grenfell coube içar nos fortes do Maranhão a Bandeira Nacional e entregar a defesa dêles aos patriotas maranhenses, cearenses e piauienses que haviam acudido em socorro.

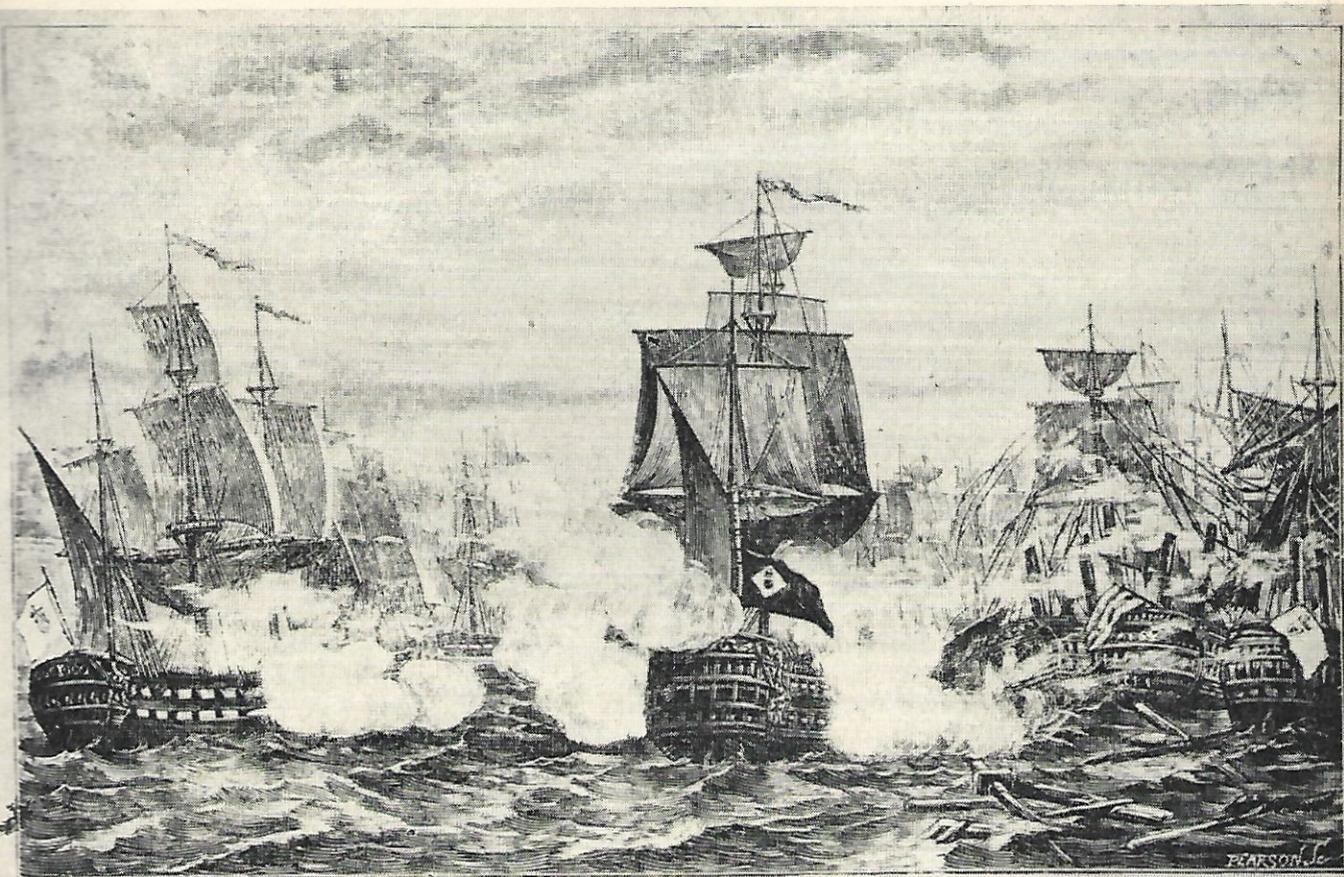
Nomeado a 28 de julho de 1823, o Capitão-Tenente Grenfell, comandante do brigue *D. Miguel*, apresado no Maranhão e batizado com o nome da Província (*Maranhão*), deu-lhe o Almirante as seguintes instruções:

"Sendo muito duvidoso, nas circunstâncias atuais em poder seguir à minha primeira intenção, qual a de ir, com a nau *Pedro Primeiro* ao Pará, tenho resolvido mandar V.M.^{ce} e deixar à sua discrição os pontos de menor importância, dando-lhe as seguintes regras para a sua conduta geral:

1º) Depois de tomar um prático, V. M.^{ce} se dirigirá ao Pará, onde diligenciará para obter outro prático do rio Salinas, se achar que o primeiro não será capaz de o levar para cima.

2º) Tomará tôdas as cautelas para que não haja comunicação com a terra, nem levar cartas, à exceção das que eu lhe entregar.

3º) As ordens que lhe dou, em português, são as que pode mostrar, e vão



The Brazilian flag-ship, 'Pedro Primeiro,' Admiral Lord Cochrane, chasing and disabling the Portuguese convoy of 13 war-ships and 70 merchantmen and transports, off Bahia, in the War of Independence, the 2nd of July, 1823.

Combate naval da Bahia, em 2 de julho de 1823, entre as Esquadras Brasileira e Portuguesa, no qual tomou parte o Tenente Grenfell.

dirigidas a V.M.^{ce} devendo ser consideradas como dirigidas e datadas d'este navio (o *Pedro Primeiro*) na entrada do Pará, que deve supor ali ancorado. É necessário fazer crer ao Governo do Pará que V. M.^{ce} não está só, mas que eu e a Esquadra estamos próximos e prontos a cooperar; portanto deve V.M.^{ce} encher nas cartas em português a data do dia em que V.M.^{ce} chegar à bôca do rio.

4º) V.M.^{ce} será portador de três officios dirigidos à Junta do Pará, dois dos quais contêm impressos e o terceiro é uma notificação de bloqueio; portanto, no mesmo dia de sua chegada à barra do Pará deve encher as datas dos dois ditos officios e a notificação oficial de bloqueio e sem atenção do tempo que poderá gastar em subir o rio acima.

"V.M.^{ce} perceberá que minha intenção é por estes meios efetuar objetivos que requerem uma expedição, por isso, tôda a providência e expediente são necessários. É essencial que quando fundear debaixo do forte, e içar a bandeira

parlamentar V.M.^{ce} ir pessoalmente em seu escaler com outra bandeira parlamentar fundear com um ancorote em distância regular e esperar um escaler de terra, até garrar em distância própria e ali esperar que um bote venha de terra para receber os despachos que leva. O outro objeto que tem a fazer, depois de libertado o Pará, é apossar-se da nova fragata e se achar com falta de marinheiros, tem V.M.^{ce} liberdade, não podendo fazer melhor, deixar o brigue, com o fim de tripular a fragata e transportá-la ao Rio de Janeiro.

Dos seus esforços e bom manejo tudo espero e que conseguirá entrega amigável e aquêles que fôr importante a S.M. Imperial.

Queira ler a carta que está aberta para lhe pôr a data. Aí verá as condições oferecidas à Junta do Pará que são as mesmas que as aceitou o Maranhão.

Incluso achará os sinais secretos e algumas gazetas e impressos do que se passou no Maranhão.



gravé par M. Goussier d'après un tableau par le Comte de Cochrane

LORD COCHRANE,

Marquis de Maranhão,

*Comte de Dundonald, Premier-Amiral de l'Empire du Brésil,
Commandant des forces navales impériales Brésiliennes,
Grand-Croix de l'Ordre impérial de la Couronne,
le 20. Janvier 1825.*

O Almirante Lorde Cochrane, Marquês do Maranhão e Conde de Dundonald Primeiro-Almirante da Marinha Imperial Brasileira, sob cujas ordens serviu Grenfell na campanha da Independência.

Se o Pará se entregar requeira ao Governo, para lhe dar o que fôr preciso; senão, pode voltar ao Maranhão na sua ida ao Rio de Janeiro, depois de ter completado o seu objeto ou mesmo no caso de falência.

Dado por mim a bordo da nau *Pedro Primeiro*, a 5 de agosto de 1823 (a) *Cochrane*.”

Segundo Boiteux, Grenfell suspendeu “com seu navio, o brigue *Maranhão*, no mesmo dia 5 de agosto de 1823, levando como oficial imediato o Segundo-Tenente Victor James Subra, que o referido e saudoso escritor chamou de *Santiago Subrá*. Tratava-se do próprio secretário do Almirante Cochrane, logo homem da sua maior confiança e, como tal, categorizado para auxiliá-lo na delicada missão de que fôra Grenfell investido.

Desconhecidas para êles, tanto para Cochrane, como para Grenfell, eram as águas da região em que êste iria atuar.

Por outro lado, nenhuma informação segura existia sôbre a organização de qualquer partido favorável à independência no Pará, daí parecendo que os meios e as providências à defesa de Belém se afiguravam ao Almirante Cochrane, de grande importância e tanto mais quanto as facilidades de acesso àquele pôrto lhe eram inteiramente desconhecidas, assim como ao próprio Grenfell. O apêlo à praticagem local seria indispensável, Palma Muniz, o ilustre Secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, no seu interessante trabalho de reabilitação de *Grenfell na História do Pará*, esclarece que “precisava o Almirante de estabelecer seu plano em hipótese, contando muito com o fortuito. Tornava-se, pois, necessário tomar Salinas quem tivesse de conduzir os navios até dentro do pôrto de Belém.”

Para isso, incumbiu o Capitão-Tenente John Pascoe Grenfell, como vimos, dando-lhe como força naval disponível, o brigue *Maranhão* citado, tripulado com um efetivo de 90 homens.

“Arriscada, sem dúvida, diz Palma Muniz (ob. cit.), era a comissão, na ignorância em que se encontrava o Pri-

meiro Almirante da Marinha de Guerra Brasileira do estado de ânimos dos paraenses quanto às idéias de independência e dos elementos de guerra de que dispunham as autoridades reinóis do Pará, para receber o seu enviado.”

O que faz de Grenfell um homem excepcional, extraordinário mesmo, é o fato da sua pouca idade, vinte e três anos incompletos, ao assumir responsabilidades desta ordem diante de tão importante comissão, cujas dificuldades e conseqüências não podia aquilatar.

Mas o Almirante, arguto, perspicaz, aquilantou-lhe a madureza antecipada e daí a sua irrestrita confiança nesse oficial de extraordinários méritos e qualidades, só possíveis, como assinalou Palma Muniz, “em um espírito de eleição, visto a sua pouca idade não lhe dar direito ao condão da longa experiência para tão melindroso cometimento.”

Zarpando a 5 de agosto, como vimos, a 7 encontrava-se em Salinas, por isso que favoráveis foram os ventos. Graças ao rasgo patriótico do prático Fortunato José Martins que, por conta própria, sem atenção aos riscos a que se expunha acudiu ao pedido feito por Grenfell, pôde êste chegar ao pôrto de Belém às 7 horas da noite do dia 10 de agosto, fora do alcance das peças da Fortaleza da Barra.

Na manhã do dia 11 de agosto de 1823 sem oposição alguma, panejavam as velas do brigue *Maranhão* abaixo da Fortaleza da Barra, “apesar da série de providências defensivas do Governador das Armas da Província do Grão-Pará, Brigadeiro José Maia de Moura...”

O programa de Grenfell se resumia em obter, pela astúcia engendrada pelo Primeiro Almirante Lorde Cochrane, a adesão do Grão-Pará, vale dizer, da imensa região amazônica à nova situação política brasileira decorrente da sua emancipação. Se bem arquitetada pelo chefe ela o foi, melhor a realizou o seu enviado e discípulo, Capitão-Tenente Grenfell, não obstante sua pouca idade o que faria presumir falta de madureza para semelhante empreitada. Mas, nada disso: Grenfell saiu-se extraordinariamente bem, embora os reinóis o responsabilizassem, injustamente, pela prática

de atos desumanos como aquêles que se consumaram no brigue *São José Diligente* e que servia de presiganga e sôbre o qual falará aqui adiante, o historiador Palma Muniz que tomou a si, a bem da verdade histórica, desmanchar a trama que procurava tirar de Grenfell a beleza dos serviços que êle, naquela ocasião, auxiliado pelos patriotas paraenses, prestara à causa brasileira, à causa da integração do Grão-Pará à comunidade nacional e em razão dos quais por pouco não perdeu a vida numa emboscada preparada pelos reinóis do brigue português *General Noronha*.

Voltemos à ação de Grenfell na questão de adesão do Pará ao Brasil, nação independente.

Afinal, fora do alcance das peças da Fortaleza da Barra, atingindo a ilha de Periquitos, lá aguardou um momento para se comunicar com a terra.

Enquanto isso, desconfiando da verdadeira missão de Grenfell, o Tenente da 2ª linha José Quaresma, Escrivão do Arsenal de Guerra e um dos patriotas paraenses pró-independência, “resolveu — diz Palma Muniz — sorrateiramente ir ao seu encontro, para o que, na madrugada de 11 a êle se dirigiu em pequena embarcação.” Foi providencial essa ajuda espontânea porque deu a Grenfell o quadro exato da posição do Governo português ali estabelecido.

Aconselhara o Tenente Quaresma a que Grenfell se dirigisse diretamente ao Presidente da Junta do Governo tirando o Governador das Armas do conhecimento do que vinha tratar Grenfell em nome do Primeiro Almirante, supostamente bloqueando o pôrto de Belém e isto para evitar que as injunções daquele militar pudessem fracassar a sua missão, uma vez que esta só dependia da ousadia, por isso que seus recursos verdadeiros em armas eram inexistentes: ou vingaria a astúcia já exposta, ou só restaria a Grenfell fugir, regressando ao Rio de Janeiro, sem a adesão pretendida e necessária do Grão-Pará para a grande Pátria Brasileira!

De fato, como asseverara Almeida Pinto, citado por Palma Muniz, “os officios do Almirante Lorde Cochrane foram diretamente entregues no Paço

Episcopal a D. Romualdo de Souza Coelho, Presidente da Junta do Governo, da qual faziam parte o Coronel Geraldo José de Abreu, como Secretário, e como membros o Dr. Joaquim Correia da Gama e Paiva, Joaquim Antônio da Silva, o Tenente-Coronel Teodósio Constantino Chermont e João Batista Ledo.”

Diz Palma: “Nenhuma hostilidade soffreu o brigue *Maranhão*, que se manteve todo o dia 11 de agosto no fundeadouro escolhido pelo práctico Fortunato Martins, abaixo da Fortaleza da Barra, aguardando resposta dos comunicados apresentados.”

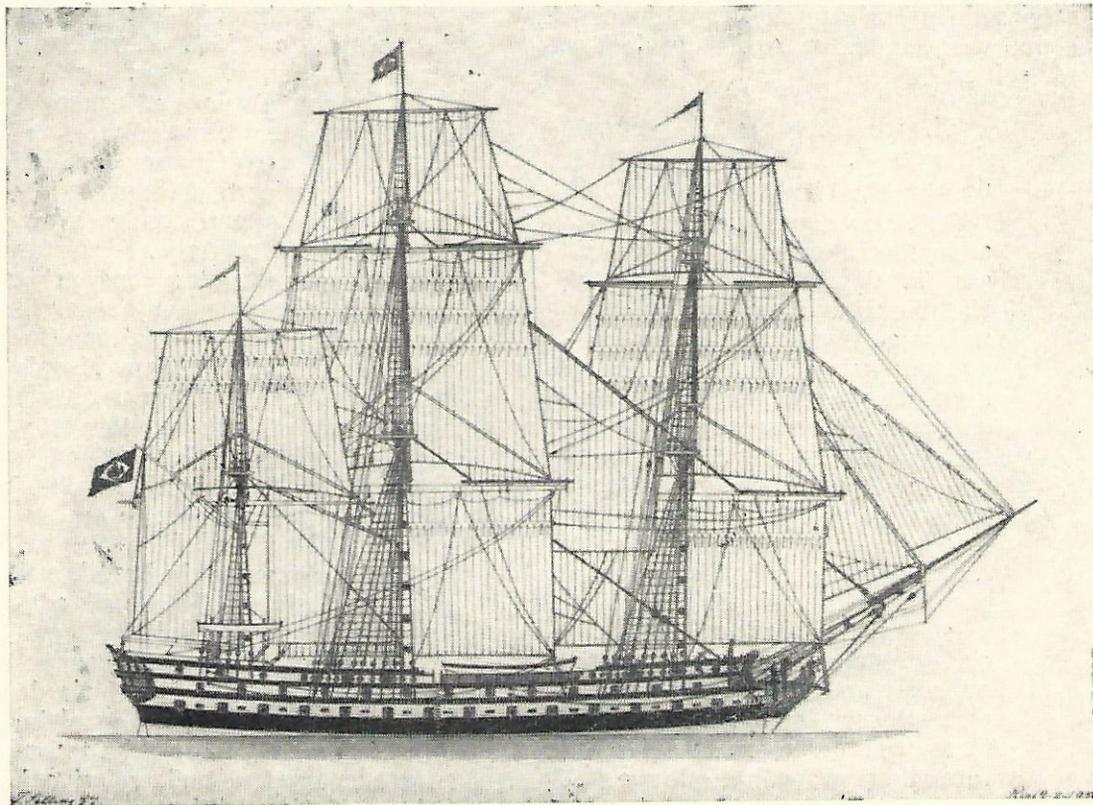
Datado de 9 de agosto de 1823, segundo instruções, já conhecidas, de Lorde Cochrane, o officio ao Presidente da Junta de Governo dizia:

“Ilmos. Exmos. Srs. da Junta do Governo do Pará. Depois da libertação da Bahia, tendo conseguido com as forças navais e militares debaixo do meu comando livrar os dignos habitantes do Maranhão da sujeição em que se achavam debaixo do jugo português e lhes dar o poder de livremente declarar a sua independência e obediência ao Magnânimo e Constitucional Imperador do Brasil, agora gozam o glorioso privilégio que se oferece nesta ocasião a V. Exas. de fazer suas próprias leis, privilégio que faz a distinção entre homens livres e escravos.

“Tendo-se feito a mudança no Maranhão da maneira mais pacífica, e a independência, adesão à Constituição tendo sido declarada e jurada, julguei do meu dever não perder tempo em oferecer a mesma liberdade e proteção aos dignos habitantes do Pará, mas, antes de levar fôrça à presença dêles, desejo apresentar-lhe uma ocasião para fazer a espontânea declaração dos seus sentimentos, e por isso, mando o brigue de guerra *Maranhão*, últimamente *Infante D. Miguel*, entregar êste e trazer a resposta.

Não há dúvida nenhuma que logo que o Pará se ajuntar ao Brasil, haja paz em tôda a parte.

Ofereço então aos portugueses no Pará os mesmos têrmos favoráveis como no Maranhão; mas no caso de recusarem aceitá-los e daí causarem o



Nau "Pedro I", Capitânia da Esquadra de Cochrane (Desenho de Selling Júnior, ilustre arqueólogo naval brasileiro recentemente falecido):

derrame de sangue, será do meu dever obrigá-los a render-se à discricção.

"No entanto, inclusa remeto a declaração de bloqueio do Pará, junto com o auto da Câmara do Maranhão, que V. Ex.^{as}, depois de os ler terão a bondade de me mandar.

D. G. a V. Ex.^{as}, 9 de agosto de 1823.

(a) Cochrane."

Além dos impressos, verificou Palma Muniz que "acompanharam êste officio um original manuscrito da Ata da Adesão à Independência, lavrada no Senado da Câmara de S. Luís do Maranhão, a 28 de julho antecedente e as condições que offercia para os adherentes e não adherentes à Independência."

"Tôda a propriedade dos brasileiros e portuguezes que tomarem juramento de obediência a S. M. Imperial será assegurada no Pará pertencente a portuguezes em Portugal, como aos por-

tuguezes no Pará que se recusarem a tomar o juramento, será tomada e será transportada ou para o Rio de Janeiro para adjudicá-la ou será vendida e o dinheiro junto com os documentos se remeterá para o Ministro das Finanças no Rio de Janeiro. — Cochrane."

Êstes documentos foram lidos e meditados pelos membros da Junta do Governo. De resto, as noticias da expulsão dos portuguezes da Bahia, a sua adesão e a do Maranhão, fizeram com que a Junta citada passasse as consequências de um ato irrefletido. É certo que o General José Maria de Moura, Comandante das Armas da Província do Grão-Pará, vale dizer, o homem forte porque dispunha da tropa armada, desconfiado com a exatidão das informações acêrca da adesão das províncias mencionadas, tendia à resistência, enviando, antes àquella Junta êste officio,

escrito do próprio punho, *Confidencial*, e que se encontra no Arq. Pub. do Pará, sob nº 409:

“Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. É necessário que V. Ex.^a esteja no fato do que se passa no Maranhão.

Os últimos parágrafos do aviso incluso dão uma idéia das coisas na Capital daquela Província. Surpreende-me a notícia dos navios carregados de tropas chegados àquele pôrto no dia 14: se a notícia é verdadeira não sei o que parece. Entretanto à solicitação de V. Ex.^a, têm se retirado do pôrto alguns destacamentos de milícia e têm-se expedido ordens para se licenciarem todos. Admito reflexões sôbre a posição política do Pará se acaso se verificar a formal decadência do Maranhão, ou voluntária ou coativamente executada: entretanto convém que V. Ex.^a emita seu parecer sôbre medidas futuras de prevenção e que me devolva o incluso papel. D. G. a V. Ex.^a. Pará, 2 de agosto de 1823. Il.^{mo} Snr. Presidente e Membro da Junta Provisória Governativa da Província. *José Maria de Moura.*”

Ponderadas as graves circunstâncias criadas pela astúcia de Cochrane, aliada à coragem e calma de Grenfell que só dispunha como fôrça para apoiar-se o brigade *Maranhão* e uma pequena guarnição de 90 homens, o Presidente e o Secretário da Junta Governativa, respectivamente, o Bispo do Pará, D. Romualdo de Sousa Coelho, e o Coronel Geraldo José de Abreu, resolveram entregar o caso a uma assembléia de notáveis, o que teve lugar às 7 horas da noite do dia 11 de agosto de 1823, no então Largo do Palácio, depois Praça da Independência e atualmente Praça D. Pedro II. Aí o povo reunindo tôdas as classes e, nos salões do Palácio do Govêrno, além de famílias, funcionários públicos, militares, eclesiásticos e comerciantes, reuniram os convidados para a grande decisão e constante da seguinte Ata — (Rev. do Inst. Hist. Geogr. do Pará, vol. IV, 1923):

“Sessão extraordinária de 11 de agosto de 1823. Abriu-se a sessão às 8 horas da noite e tendo sido convocado um conselho pela Ex.^{ma} Junta Provisória, composto do Ex.^{mo} Governador das Armas, Senado da Câmara e tôdas as demais autoridades civis, eclesiásticas e militares e muitos cidadãos probos, em consequência de ter a mesma Junta em officio do Il.^{mo} e Ex.^{mo} Lorde Cochrane, chefe das Fôrças Navais do Rio de Janeiro, assim como um manifesto de bloqueio dêste pôrto e um officio original da Ex.^{ma} Junta Provisória do Maranhão: exigindo o referido Lorde em nome de S. M. Imperial o Sr. D. Pedro I, Imperador do Brasil, que esta Província do Grão-Pará aderisse ao sistema geral do Império Brasiliense, os quais documentos sendo lidos pelo Secretário da Ex.^{ma} Junta assim como também o periódico em que se acha transcrita a correspondência relativa à Independência política proclamada no Maranhão, propôs o Ex.^{mo} Sr. Bispo Presidente da Junta, ao Conselho que o objeto para que tinha sido convocado era decidir-se qual o sistema que esta Província devia adotar nas atuais circunstâncias expondo as suas reflexões de que a tranqüilidade desta Província exigia que se aderisse ao sistema do Rio de Janeiro, como o único meio mais eficaz para a salvar dos horrores da anarquia: Foi êste parecer seguido por grande número de membros que opinaram no mesmo sentido e, passando à votação se decidiu unânimemente que se reconhecesse a Independência Política do Brasil debaixo das ordens de S. M. Imperial o Sr. D. Pedro I, à exceção do Governador das Armas que declarou sômente assumiria a esta medida se se verificasse a existência e qualidade das fôrças do bloqueio; e propondo o Ex.^{mo} Sr. Bispo Presidente esta indicação se decidiu, geralmente, à exceção de oito membros, que se

proclamassem a dita Independência, sem indagação alguma das referidas fôrças.”

À vista desta decisão, e da discordância do General-Governador das Armas, José Maria de Moura êste pediu exoneração daquelas funções, o que foi prontamente aceito visto que era um pedido que obviava aborrecimentos.

Entretanto, a sua liberdade, justamente porque não acreditava no bloqueio, realmente fictício, engendrado pelo Almirante Cochrane, como vimos, representava perigo, a dêle e a do Coronel Pereira Vilaça, ambos reinóis, ambos portugueses convictos e fiéis aos seus Reis, no caso, D. João VI. Daí prenderem-nos o que fêz arrefecer o espírito dos reacionários e acalmar os ânimos entre as facções — a dos patriotas e a dos reacionários, embora nestes ficasse latente, no espírito, o desejo de restauração do sistema português.

Impunha-se uma demonstração solene da adesão, *na forma do estilo do tempo*.

A Junta e Grenfell de combinação marcam a solenidade pública para 15 de agosto de 1823, cabendo àquela tomar as providências. Neste sentido a referida Junta Governativa oficiou ao Senado da Câmara de Belém, dizendo:

“Tendo esta Junta destinado o dia de amanhã, 15 do corrente, para celebrar-se a feliz proclamação e adesão ao Império do Brasil e Governo de S. M. Imperial o Senhor D. Pedro Primeiro, por isso previne a V. M.^{cês} de que com efeito êste augusto ato se há de verificar às 9 horas da manhã neste Palácio, devendo por isso, e para que seja mais pomposo convocar-se uma Câmara Geral; assim espera esta Junta que V. M.^{cês} o pratiquem e se reúnam no referido Palácio onde farão que seja presente o respectivo Livro para lançamento da Ata dêsse dia. Espera esta Junta mais que V. M.^{cês} depois se dignam acompanhá-la para a Cathedral, para assistir a um solene Te Deum em ação de graças ao Onipotente por tão singular benefício. Finalmen-

te V. M.^{cês} farão publicar segundo estilo luminárias por três noites sucessivas que terão princípio no sobredito dia 15.” etc... etc.

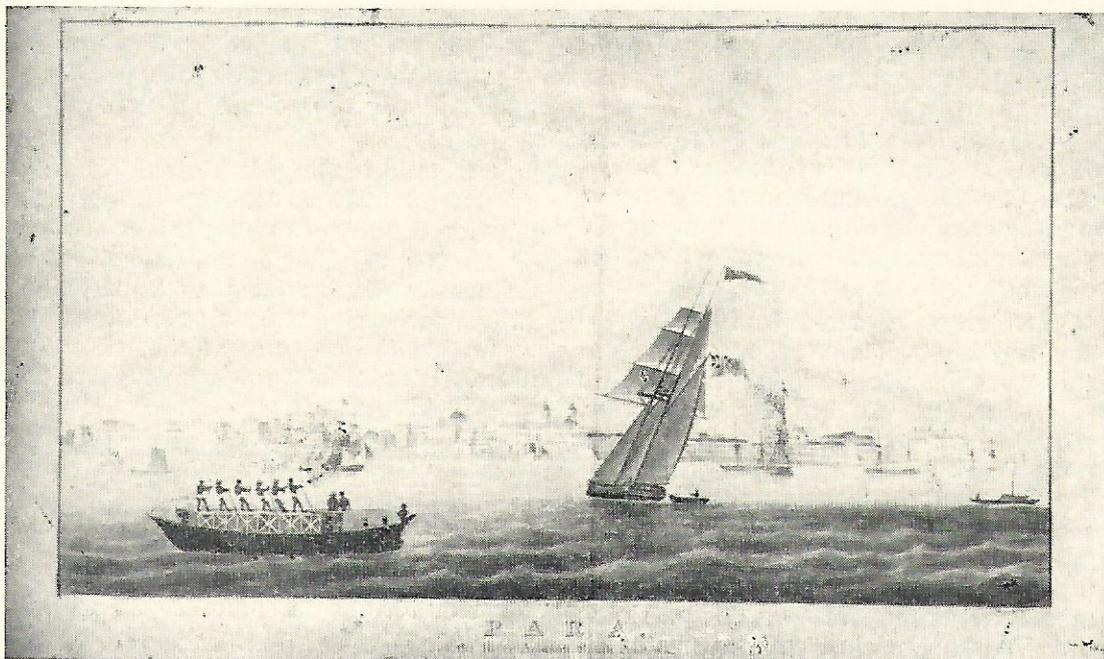
Realizado o ato referido, foi dirigida esta comunicação a S. M. o Imperador em que a Junta Governativa do Grão-Pará, por seu Presidente, dava ciência da adesão da Província ao Império do Brasil, coroando, assim a ação inteligente de Grenfell ao cumprir com absoluta discrição as sábias ordens recebidas do grande Almirante Cochrane.

E não haveria derramamento de sangue no caso, como não houve no Maranhão, se não houvesse a imprudência de exaltados, dos reinóis e dos patriotas também, como veremos adiante.

Eis os termos da comunicação ao Imperador, acima referida:

“Senhor. Permitindo a Providência sempre adorável nos seus desígnios, que as Côrtes de Portugal se dissolvessem como mereciam, acelerei o meu regresso a esta província no intento de pacificar os ânimos e conciliar os partidos até concluir-se diplomaticamente, o negócio da sua independência e adesão a V. M. Imperial, o que ela, já havia meses, procurara realizar com todo o ardor, que sem temer o despotismo militar, por vêzes arriscou os seus esforços. Mas não foi preciso esperar o resultado da negociação entre V. M. e seu Augusto Pai; porque tendo eu sido obrigado a presidir a Junta Provisória, que a fôrça armada tinha organizado a 1º de março dêste ano, tive o prazer de moderar com a influência de meu conselho o entusiasmo muito mais exaltado à vista do brigue *Maranhão* e dirigir a aclamação pomposa de V. M.

No meio de tantos e tão alegres aplausos manifestados em tôda a província, julgo-me ufano de felicitar a V. M. por tão feliz e suspirada inauguração, esperando e com tôda esta igreja, que o



Pará, no rio Amazona, anos depois de aquela província ter sido libertada por Grenfell. (Litografia Eduard Ducan).

céu derrame torrentes de bênção sôbre V. M. e sua Augusta Família, para conservação do Império e felicidade da nova e heróica Nação Brasileira.

Pará, 15 de agôsto de 1823 —
Romualdo, Bispo do Pará.”

No dia seguinte, 16, a Junta do Governo marcou a cerimônia de Juramento de Fidelidade, vinculando o povo ao Imperador. Naquele dia, às 9 horas da manhã, no Palácio do Governo, reuniram-se os membros da Junta e do Senado da Comarca de Belém, as autoridades civis, eclesiásticas e militares, lavrando-se o seguinte Ato que foi subscrito pelas autoridades primeiro, e depois pelas demais pessoas presentes:

“Ano do nascimento de N. S. Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e três, aos dezesseis dias do mês de agôsto do dito ano, nesta Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, no Palácio do Governo e na sala de respeito, onde se achavam reunidos a Junta Provisória do Governo Ci-

vil da Província, o Senado da Câmara desta Cidade, e tôdas as mais Autoridades Civis, Eclesiásticas e Militares, a fim de prestarem o juramento de fidelidade e adesão a S. M. Imperial o Muito Alto e Poderoso Senhor D. Pedro Primeiro, Imperador Constitucional e Perpétuo Defensor do Reino do Brasil, o qual juramento prestarão tôdas as sobreditas Autoridades nas mãos do Ex.^{mo} Sr. Bispo Presidente da Junta Provisória sôbre o livro dos Santos Evangelhos da forma seguinte: Juro aos Santos Evangelhos em que ponho as minhas mãos obediência e fidelidade a S. M. Imperial o Senhor D. Pedro I, e aos seus sucessores, observar e fazer observar todos os seus decretos e leis existentes, manter e defender a Independência do Brasil, até derramar todo o meu sangue. O que tendo assim jurado cada um de per si, mandou a Junta Provisória lavrar êste ato que em testemunho de verdade todos assinaram comigo.”

Giraldo José de Abreu, Secretário. (Rev. Inst. Hist. Geog. do Pará, vol. IV, pág. 331 e seguintes).

Diante destes três atos formalizantes da integração da Província do Grão-Pará na Pátria Brasileira, estaria finda, por assim dizer, a missão de Grenfell no Pará: a Província aderira à Independência; o Governo fizera o ato de proclamação e aclamação de D. Pedro I, como Imperador Constitucional e Perpétuo Defensor do Brasil; e finalmente, realizara-se o juramento de fidelidade e adesão a S. M. Imperial o Senhor D. Pedro Primeiro, do qual participara o Governo e o povo.

Instituiu-se novo governo, agora chefiado por Giraldo José de Abreu, ex-Secretário da Junta Governativa Provisória.

Palma Muniz, (ob. cit.) põe destaque à conduta irrepreensível de Grenfell como tal, representante do Governo Imperial.

Afirma a conduta de escrupulosa neutralidade quanto à escolha dos homens para a suprema administração, deixando esta empossar-se, a fim de dar prosseguimento às instruções que lhe dera o Primeiro Almirante brasileiro.

E conclui, assim, sobre o procedimento de Grenfell: "Serena e prudentemente, procedendo sob os ditames da cuidadosa correção, aguardou as novas organizações para agir."

Passemos às *prêsas* que Grenfell, sob a exclusiva responsabilidade do Almirante Lorde Cochrane, fez no Pará.

O Dr. Alfredo Balthazar da Silveira, em que pesassem as suas qualidades de historiador, deu à ação de Grenfell na questão das *prêsas* um sentido de exorbitância às "instruções que recebera, consentindo, diz êle, em *A Esquadra nas lutas da Independência, Cochrane*, Rev. Inst. Bras. Tomo Esp., Parte V, 1917, pág. 451, que o pôrto do Pará servisse de palco a exhibições degradantes, que sujaram os galões do seu punho."

A isto, com absoluto corretismo, em nome da verdade histórica, redarguiu Palma Muniz (obr. cit.) deste modo,

baseando-se na documentação existente nos arquivos de Belém do Pará, ou seja, onde atuou o próprio Grenfell:

"Baseando-se a história na documentação legada pelos tempos, antes de sancionar um juízo tão pejorativo sobre um ilustre marinheiro que tanto serviu à nossa Pátria, em momentos agudíssimos de sacrifícios e morreu ainda no desempenho de cargo público do Brasil, devemos pesquisar bem os fatos para podermos fazer um julgamento definitivo e sereno, à luz dos monumentos passados."

Depois de relacionar o movimento do pôrto de Belém, de junho até 31 de dezembro de 1823, e de transcrever inúmeros documentos, diz o erudito historiador Palma Muniz que "por êsses monumentos históricos iremos chegar à conclusão de que o *confisco* no Pará não obedeceu a uma forma arbitrária e violenta, como se tem afirmado; na respectiva execução interferiram o Governo Civil, a autoridade judiciária, pela comissão do Almirantado, e a naval, concentrada nas mãos de Grenfell, simplesmente por deter os navios e cargas, até a averiguação de pertencerem ou não a inimigos do Brasil."

E conclui adiante:

"Demonstram os monumentos históricos que possuímos não ter havido, como pretendem alguns autores, assaltos aos vasos de guerra e mercantes, sob forma abusiva e prepotente, nem seqüestros violentos de mercadorias, com desrespeito de direitos particulares e sem os procedimentos administrativos necessários em tais urgências e emergências, e efetivamente adotados no Pará."

A incorporação de navios de guerra, no caso, a charrua *Gentil Americana* e a fragata *Leopoldina*, requisitadas à Junta Provisória em 19 de agosto de 1823, depois da adesão do Pará ao Império, legitimava-se, não só em face dessa adesão, como do estado de guerra existente entre Brasil e Portugal.

Não houve nisto nenhuma arbitrariedade da parte de Grenfell, que agiu,

como devia agir naquelas circunstâncias, visando ao interesse nacional: eram prêsas de guerra. Assim também o foram os navios mercantes portugueses, cujo seqüestro com as respectivas cargas observou o estilo da época, subordinando-os às autoridades da Província e à Comissão do Almirantado, da qual Grenfell não pertencia, num gesto elegante de absoluta isenção de ânimo e desejoso de que se fizesse justiça em todos os casos.

Realmente, conclui Palma Muniz:

“Nas questões de prêsas os seus galões de Capitão-Tenente conservaram sempre o brilho que honra a Marinha Brasileira, da qual foi êle um verdadeiro ornamento.

Em todos os casos de apresamento de navios e mercadorias limitou-se a embargar as embarcações, exigir documentos de propriedade das mesmas e de suas cargas, remetê-los à Junta Provisória do Govêrno da Província, a fim de submetê-los à Comissão do Almirantado, sujeitando-se ao veredictum dessa Comissão.

Agiu sempre como um forte, diga-se de passagem, como um disciplinado cumpridor de ordens, porque agia em nome e por determinação de seu chefe imediato o Almirante Lorde Cochrane, mas respeitou as nossas organizações administrativas, as resoluções da Junta do Govêrno, as decisões da Comissão das Prêsas com o alto e nobre empenho de bem cumprir o seu dever.”

IV — UMA NÓDOA NA VIDA EXEMPLAR DE GRENFELL?

Questões de política interna, iniciadas com fatos ligados a protecionismo de uns em detrimento de outros e ambição de alguns, resultaram em rebeldias visando à deposição do Govêrno chefiado pelo Coronel Giraldo José de Abreu, movimento armado levado a efeito na noite de 15 de outubro de 1823. Seu cabeça fôra o Cônego Batista Campos, de

conivência com Félix Antônio Clemente Malcher.

Vamos dar a palavra, aqui, ao historiador Palma Muniz que, perfeitamente esclarecido, nos dirá o que de fato ali ocorreu em relação ao nosso biografado, Capitão-Tenente John Pascoe Grenfell.

Reputamos a parte mais delicada da vida de Grenfell a serviço do Brasil, inclusive porque os seus detratores pretenderam apontá-lo como um monstro desumano, ao contrário do que nos vai dizer o imparcial e erudito Palma Muniz, de resto dos mais categorizados historiadores paraenses e, principalmente, em história do Pará.

Acompanhemo-lo:

.....

“Armados assim e já capitaneados por Batista Campos, seguiram para o Largo do Palácio, onde exigiram as demissões requeridas anteriormente; declararam deposto o Presidente da Junta do Govêrno, Coronel Giraldo José de Abreu e aclamaram o Cônego Batista Campos para substituí-lo. Êste considerou-se logo investido das novas funções e prometeu aos amotinados as demissões exigidas, recolhendo-se a tropa aos seus quartéis.

O Comandante Grenfell, depois de verificar a situação diante do Trem de Guerra, recolheu-se a bordo, não se imiscuindo no movimento, indo certamente tomar providências de segurança à espera do dia seguinte.

A 16 convoca Batista Campos os demais membros da Junta do Govêrno, não se tendo de fato realizado reunião alguma, porquanto do *Livro de Atas* das sessões da Junta não consta termo algum.

Por ato seu (do Presidente da Junta) decreta a demissão de 9 oficiais do 1º Regimento, 9 do 2º, 14 do 3º, 6 do Corpo de Artilharia e 1 de Cavalaria, todos da 1ª linha, mandando recolher os oficiais demitidos à charrua

Gentil Americana, como presos políticos, à exigência da tropa.

O dia 16 decorreu na insegurança pública, fechando o comércio e mantendo-se a população da cidade em sobressalto, não tendo Batista Campos força moral nem física para conter os desmandos.

Na noite do dia 16 (diz ainda *Hum Paraense*) alguns soldados ébrios, capitaneados por um músico perverso (o soldado Maximiano), arrombaram as portas de alguns lojistas (que o mesmo autor declara em nota, serem Bento José da Silva, José Maria Duarte, João Antônio Lajes e o Tenente José dos Mil Diabos), que haviam sido acérrimos inimigos dos independentes e promoveram uma série de desordens na cidade.

Era o pleno domínio da anarquia, do saque e da insegurança pública que se tornava necessário coibir, e tudo à sombra da presidência de Batista Campos, impotente para dominar a situação.

Entretanto, o Coronel Giraldo José de Abreu, de acôrdo com José Ribeiro Guimarães e João Henrique de Matos, procurou entender-se com o Comandante Grenfell, a fim de restaurar a ordem e sobrestar a anarquia.

Na própria noite de 16, de acôrdo com o Capitão João Henrique de Matos, desembarcou Grenfell, acompanhado do seu imediato Santiago Subrá (ou Victor James — ou Jaimes — Subra), parte da sua guarnição e da marinhagem mercante, a fim de restaurar a ordem, desarmando os amotinados.

De fato desprovidos, êstes, de oficiais e abandonados pelo próprio Batista Campos, que se retirara para sua residência, viram-se cercados, aprisionados e desarmados na mesma noite. Era natural que desse a circunstância muito trabalho a Grenfell,

exigindo derramamento de sangue, a fim de conseguir restaurar a ordem.

.....
A alteração da ordem pública, a subversão da suprema administração da Província, sob a forma revolucionária levada a efeito, em um período tão crítico como o da incipiente entrada do Grão-Pará no regime da Independência, com a agravante da imposição de medidas que afetavam profundamente o meio social paraense, exigiam enérgicos corretivos, a bem da própria estabilidade do nôvo regime. Impressionou por isso grandemente a revolta os responsáveis pela manutenção da ordem pública. E essas agitações, como aliás aconteceu em outros pontos do nosso próprio País, conduziram à prática de violências afetando no momento a forma de coercitivos necessários e improrrogáveis, em relação a certos indivíduos tidos como cabeças do motim.

Tem sido acusado Grenfell de, nessa emergência, haver feito fuzilar cinco indivíduos, os sargentos Manuel Raimundo e Filipe de tal, o músico Maximiano, o soldado Antônio, o civil Custódio, guarda-portão do Arsenal de Marinha; sem forma de processo."

Sobre isto a própria Junta do Governo do Pará informou em ofício de 23 de outubro de 1823, ao Ministro do Império, José Bonifácio, nestes termos:

"Fizeram-se comparecer os principais, e reconhecidos chefes da quadrilha (dos saqueadores) e da revolta, e ali em conselho verbal (da Junta do Governo) foram condenados à morte e cinco foram fuzilados..."

Logo, não foi Grenfell que os mandou fuzilar, porém a própria Junta do Governo, em ato sumário de julgamento.

Mas, não foi apenas isso. Imputou-se por muito tempo, a Grenfell a responsabilidade pelo massacre de amotinados,

verdadeiro *São Bartolomeu* da História do Pará, a bordo do brigue *Diligente* rebatizado com o nome de *Palhaço*, servindo de prisão e onde, na noite de 20 para 21 de outubro de 1823, 256 indivíduos sofreram horrores de sede, de calor e da falta de umidade, dos quais 252, dentro do porão daquele navio, morreram em poucas horas por asfixia, “por furor de raiva e desesperação.”

Fôra Grenfell o responsável por êsse atentado desumano à moral e à vida?

Com isto não concorda, em absoluto Palma Muniz.

Ouçamo-lo, novamente, a propósito, porque há ainda os que, por tradição oral, fazem injustas imputações a Grenfell sôbre aquêlê massacre de criaturas humanas, baseados na narrativa mal interpretada de Oliveira Machado.

Veja-se o que disse a Junta do Governo ao Ministro José Bonifácio, dando-lhe contas dos acontecimentos, no ofício citado:

“Tomadas tôdas as medidas de prevenção, e segurança, temendo-se que os soldados revoltosos e ladrões, que se achavam presos em números de 256, arrombando a prisão, como já haviam tentado, renovassem as desordens; rogou a Junta Provisória ao Comandante do brigue *Maranhão* (no caso a Grenfell) lhe destinasse um navio (foi destinado o *Palhaço*, comandado pelo Tenente Joaquim Lúcio de Araújo) onde pudessem transportar-se, e estar em mais segurança e com efeito, passaram para bordo de um navio (o citado); de noite amotinaram-se, queriam forçar a escotilha, o que obrigou o Comandante do *Palhaço* a dar-lhe uma descarga em que alguns morreram; porém êles estavam entregues à desesperação e com o mais extraordinário frenesi, lançando-se uns aos outros se esganaram ou afogaram, escapando do Auto de Corpo de Delito, e da devassa a que por semelhante respeito se procedeu, e consta do documento nº 33.”

No incidente rebelionário do mês de outubro de 1823, o Comandante Grenfell teve saliente papel. À sua enérgica atuação, em comum acôrdo com a Junta Provisória do Governo, deveu esta a sua estabilidade e a Capital da Província a restauração da ordem.”

Adiante diz o mesmo ilustrado historiador:

“À conta de Grenfell tem sido levado também a catástrofe do brique *Diligente* ou *Palhaço*.

Pede-lhe a Junta do Governo um navio para recolher os prisioneiros da insubordinação, em vista do respectivo número avultado e da insegurança das prisões da cidade. Aceita êle (o Governo), o brigue *Palhaço* sob o comando do Tenente Joaquim Lúcio de Araújo, ao qual são recolhidos, na tarde de 20 de outubro, 256 insurretos, entre soldados, bombeiros e prisioneiros civis.

Tendo o navio, comandante e guarnição, além da permissão dada para servir de presiganga, nenhuma outra interferência cabia ao comandante do brigue *Maranhão*, quanto aos presos lá recolhidos, que ficaram sob a guarda e vigilância exclusiva da referida guarnição. Dá-se a sublevação a bordo, a guarnição toma medidas coercitivas por sua própria conta e procede bárbaramente contra os prisioneiros, ao ponto de sobrevir a horrível catástrofe, verificada na manhã de 21; como pretender atribuí-la ao Comandante Grenfell, estando a bordo do seu navio capitânia e não tendo sido invocado sôbre os acontecimentos do *Palhaço*?”

Ao comandante dêste, antes de qualquer outro, deverá recair a responsabilidade da ocorrência, pois que lhe competiam as averiguações da situação dos prisioneiros, por dever de ofício e por humanidade.

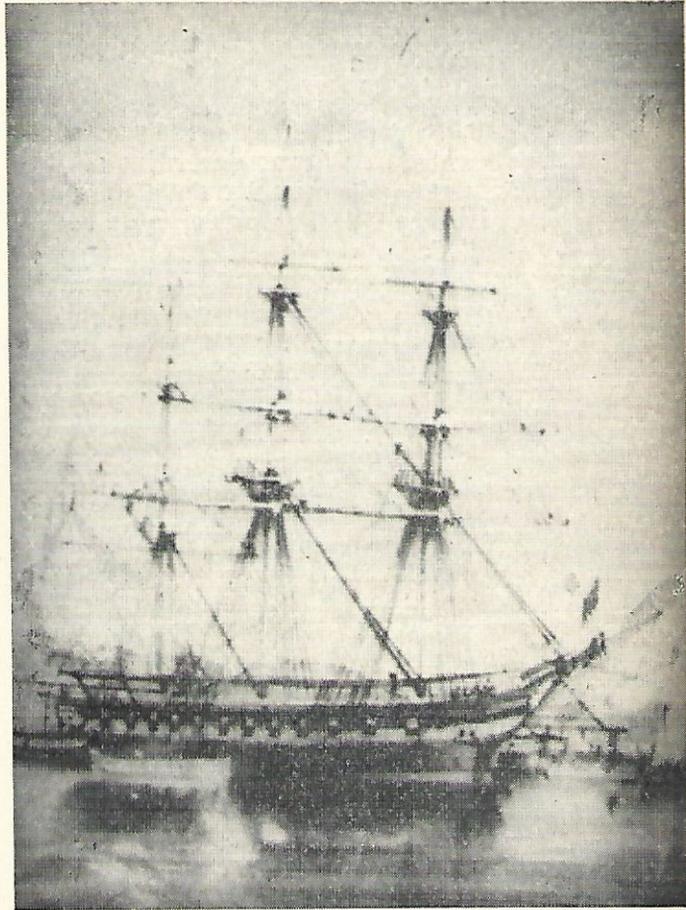
Raiol, tomando a narrativa da catástrofe, da pena de Machado de Oliveira, não foi sincero (para não utilizar de outra expressão) porquanto omitiu a sua parte final, cometendo a grave falta de trincar o pensamento do autor que copiou, na parte relativa ao Comandante Grenfell, deixando que o leitor desprevenido fique na persuasão de que êste atribuiu ao ex-Presidente do Grão-Pará a responsabilidade da catástrofe. Ao tratarmos do infeliz acontecimento, temos de restaurar a verdade, não somente em relação a Grenfell, como a Machado de Oliveira, no juízo emitido.

Concluindo a sua narrativa diz êste último:

“Conhecendo pessoalmente o caráter prudente e circunspecto do Comandante Grenfell, êsse bravo general da Armada Brasileira, que tem feito importantíssimos serviços ao Brasil, e ora se empenha com esforços sem medida por suplantar a rebeldia do Sul, *jamais lhe posso atribuir a menor parte naquela atroz carnificina.*”

Querendo prevenir terríveis resultados da populaça desatinada que era açulada por demagogos ocultos e apoiada por soldadesca ébria, como fica acima exposto, fêz resistência a essa fôrça bruta, que em tais momentos a nada atendeu, e conseguiu reprimi-la; e tôda a culpa dessa nunca vista atrocidade parece que deve recair sôbre quem atochou em um estreito âmbito 256 indivíduos em estado tumultuário e de furiosa desesperação.” (José Joaquim Machado de Oliveira, Juízo sôbre as obras, *Corografia Paraense*, por Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, e *Ensaio Corográfico sôbre a Província do Pará*, por Antônio Ladislau Monteiro Baena, página 362).

Grenfell enquanto não foi acusado, no caso, frontalmente, não se defendeu, porque, homem reservado, só falava quando tinha motivos para tal. Na



Fragata “Imperatriz”, que foi comandada por Grenfell. Fotografia existente no Arquivo Histórico do SDGM.

consciência nada lhe pesava porque o massacre não fôra obra sua, nem mesmo intencional.

Aconteceu que um funcionário da Alfândega de nome Aranha, levanta rúmôres contra Grenfell e seus oficiais no tocante ao morticínio do *Palhaço*, o que leva a êste a officiar à Junta Provisória, em 23 de outubro de 1823, “manifestando a repulsa à acusação e pede a imediata prisão do acusante.”

Eis os têrmos do officio citado:

“Ex.^{mo} Senhor. Estando bem positivamente informado de que um empregado da Alfândega dessa cidade chamado Aranha (Joaquim Antônio de Sousa Leal Aranha, Meirinho da Alfândega) espalha no Pará notícias, não somente falsas, e tendenciosas (a respeito da triste catástrofe do navio *Diligente*), como também ataca diretamente o caráter e decôro dos meus oficiais, e de mim, e em geral, o Governo da Província, e sendo um dos seus

únicos deveres prevenir esta cidade de novas desordens suscitadas pela perfídia de alguns inimigos da boa ordem, e da sociedade.

Rogo a V. Ex.^{as} que mandem o Comandante da Polícia apossar-se imediatamente dêste individuo e que seja remetido prêso para bordo dêste brigue." D. G. a V. Ex.^a Brigue *Maranhão*, 23 de outubro de 1823. (a) John Pascoe Grenfell, Victor James Soubra, secretário do Ex.^{mo} Primeiro-Almirante." (Arq. Publ. do Pará, correspondência de Grenfell com a Junta do Gov. 1823-24).

Conclui Palma Muniz:

"Se a própria análise dos acontecimentos não houvesse já conduzido a eximir o Comandante Pascoe Grenfell de tôda e qualquer interferência no tristíssimo acontecimento do *Palhaço*, se todo o seu proceder até então na Província do Grão-Pará não permitisse reconhecer-lhe as altas qualidades de prudência, estrito cumprimento do dever e elevação de sentimentos, êsse ofício bastaria para histórica e moralmente comprovar que a catástrofe, da galera (diga-se: *brigue*) *Diligente* ocorreu sem a sua responsabilidade. Demonstra ainda o seu pesar por êsse triste acontecimento. Classifica de tendenciosas e falsas as notícias espalhadas pelo tal Aranha, e repele com energia a calúnia contra o caráter e decôro seus e de sua officialidade."

O indigitado funcionário foi prêso e encaminhado ao brigue *Maranhão* com êste ofício da Junta Provisória:

"A Junta Provisória tem a honra de acusar o ofício de V. S.^a da data de hoje requerendo a prisão de um empregado da Alfândega chamado Aranha, ao que imediatamente anuindo o

mando prêso a bordo do brigue *Maranhão* como V. S.^a, requer, ficando o mesmo ofício servindo de corpo de delito para processo judicial." D. G. a V. S.^a Pará, Palácio Imperial, em 23 de outubro de 1823. Ex.^{mo} John Pascoe Grenfell" (Arq. Publ. do Pará, nº 969).

O funcionário referido sofreu processo de crime por calúnia e com o que se limpou a honra e a dignidade do Comandante John Pascoe Grenfell tão insidiosa e maldosamente acusado, acusação que não resistiu à luz da verdade histórica que vale no caso como a voz de Deus.

V — GRENFELL DEIXA O GRÃO-PARÁ, MAS PARA SOFRER NOVAS INJUSTIÇAS

Estava escrito que Grenfell sofreria novas injustiças. Era a consequência de um momento de instabilidades e em que duas facções se defrontavam gerando intrigas: de um lado, o nativismo explosivo pró-Pátria Brasileira; de outro, o portugualismo por vêzes preponderante. Dêsse estado de coisas a atmosfera tornava-se pesada e Grenfell o homem forte da terra via-se por ela envolvido em razão dos criadores de cizânias, visando a perturbar a harmonia existente entre êle e os homens de governo.

Sabiam-se das ordens que êle havia recebido de armar a fragata *Imperatriz Leopoldina* e levá-la a incorporar-se às unidades navais, no Rio de Janeiro.

Quase terminados os trabalhos na fragata, em janeiro de 1824, circularam boatos de que Grenfell "sem mais atenção à Junta Provisória" pretendia retirar-se do Pará, "levando tôdas as fôrças sob o seu comando."

Pura invencionice de quem desejava criar, no Governo local, um mal-estar, uma vez que a presença daquele chefe era motivo de segurança e de estabilidade para o próprio Governo.

Por isso, impressionada a Junta referida, esta o interpelou assim no Ofício de 24 de janeiro de 1823:



Retrato do Almirante Grenfell, já sem o braço direito, que perdera em campanha nas águas do Prata. (Desenho a lápis por Antônio Raphael Pinto Bandeira, segundo Hadfield. Original na Biblioteca Nacional, seção de Iconografia).

“Têm neste dia chegado à Junta Provisória muitos requerimentos de pessoas que pedem passaportes para fora da Província; a causa dêste acontecimento é um boato (origem desconhecida) que se tem espalhado talvez pelos inimigos da ordem, de que V. S.^a em breves dias se retira desta Província com as fôrças de mar, o que tem derramado a consternação no meio de todos os habitantes. A Junta Provisória não pode dar crédito a tais boatos porque V. S.^a nenhuma informação tem dado a tal respeito, mesmo porque V. S.^a tem empenhado a sua palavra de não desamparar esta Província enquanto a segurança aqui fôr necessária, ou que S. M. Imperial haja de mandar as suas ordens ou algum socorro, que a defenda. Seria ocioso ponderar a V. S.^a os incalculáveis males, e a certa ruína da Província se chegassem a efeito o que somente vozes, dos mal-intencionados propagam; porém a Junta Provisória desejaria ter uma segurança sobre o êrro de que está persuadida, o que, restituindo a tranqüillidade aos bons, aterraria os maus; por isso a Junta Provisória roga que, com franqueza que exige o serviço de S. M. I. e segurança desta vasta porção do Império do Brasil, seja servido de lhe declarar a sua intenção a êste respeito, na certeza de que a Junta Provisória confessa sempre por V. S.^a o mesmo sentimento que tem conservado e que conservará apesar de que a cizânia pretende perturbar a harmonia entre V. S.^a e esta Junta Provisória.

D. G. a V. S.^a Pará, no P. I. 24 de janeiro de 1824.”

A esta indagação respondeu Grenfell:

“Sinto muito que um rumor ridículo pudesse perturbar e romper o bom entendimento que existe entre mim e V. Ex.^{as}. Se

eu quisesse levar as fôrças marítimas para fora em poucos dias, não podia, porque o seu estado de perfeito preparo para tal fim ainda está muito atrasado, e asseguro a V. Ex.^{as} que não farei o maior movimento sem avisar a V. Ex.^{as} com antecedência. D. G. a V. Ex.^{as} Bordo do brigue *Maranhão*, 24 de janeiro de 1824. (a) John Pascoe Grenfell”.

Enquanto isso ocorre, alastra-se uma revolta que teve origem na Vila de Cametá. Duas facções se digladiam e se hostilizam pondo em perigo o Governo local, consequentemente a própria integridade física da região: de um lado, a facção portugüesa visando a destruir a unidade do Império; de outro os que agiam, desprezando as leis do Império, hostilizando o povo e que se serviam do nome sagrado de S. M. Imperial para cometer os maiores atentados até nas eleições para os deputados à Assembléia Legislativa do Brasil. Daí o apêlo a Grenfell “que por serviço de S. M. Imperial, a bem da segurança pública e da conservação desta Província, e mesmo por sustentar a nossa Independência política, terrivelmente ameaçada por duas facções que nada mais pretendem que destruí-las, houvesse de conservar-se com as fôrças marítimas neste pôrto até que a paz seja restabelecida, extintas as facções, e firmada inabalavelmente a nossa Independência política.”

A tudo ouviu Grenfell. Cumpridor de ordens, declarou: que ligado restritamente às ordens que havia recebido do Ex.^{mo}. Almirante Lorde Cochrane, não as podia alterar, de modo que “nenhuma resposta decisiva podia dar neste momento, mas que tomava em consideração o expendido, para responder convenientemente.”

A revolta de Cametá, entretanto, agrava-se pelas impolíticas medidas tomadas pela Própria Junta Provisória que solicita a Grenfell organize uma expedição para pôr fim à mesma revolta.

Atendendo a essa solicitação, Grenfell officia à Junta Provisória, declarando:

“Tenho a honra de informar a V. Ex.^{as} que a flotilha está

pronta para receber as forças, que V. Ex.^{as} destinam para Cametá. A força é a seguinte:

Barca nº 1, com 6 peças; barca nº 2, com 5 peças; brigue-escuna *Lusitânia*, com 8 peças; escuna *Andorinha*, com 5 peças; escuna *Carolina*, com 4 peças; três transportes prontos para levar 300 pessoas.

As embarcações armadas têm provisões a bordo para um mês, e os marinheiros são suficientes para manejar.”

A isto acrescentava no mesmo ofício, o que caiu como que uma bomba no seio do Governo do qual era êle o sustentáculo, que sem êle o mesmo Governo sentir-se-ia fraco, quiçá incapaz de se manter no poder. Isto diz do seu valor como fiel de uma balança que se mantinha em equilíbrio sôbre os seus ombros...

“Tendo findado a comissão de que V. Ex.^{as} me fizeram honra de encarregar, eu aproveito esta ocasião de informar a V. Ex.^{as} que a fragata *Imperatriz* está completa, e que em obediência às instruções que tenho do Ex.^{mo} Primeiro Almirante do Brasil, eu pretendo deixar o Pará às águas seguintes para me unir à Esquadra Imperial no Rio de Janeiro. Pela mesma peço licença de agradecer a V. Ex.^{as} o quanto me têm prestado para a execução das ordens imperiais com que eu estou e a marujada agradecidos, assim como as distintas honras com que V. Ex.^{as} pessoalmente me têm tratado. D. G. a V. Ex.^{as} a bordo da fragata *Imperatriz*, 23 de fevereiro de 1824. (a) *John Pascoe Grenfell*.”

Embora tivesse atendido, satisfatoriamente, à solicitação da Junta Provisória, organizando como organizou, uma flotilha suficientemente forte para debelar, em Cametá e outras partes, uma revolta, a Junta referida não se deu por satisfeita e respondeu-lhe, dizendo, en-



Crachá da Ordem Imperial do Cruzeiro, com que Grenfell foi condecorado pelo Imperador D. Pedro II.

tre outras coisas, numa atitude de aflição que confirma, mais e mais, o valor do próprio Grenfell, como homem e como militar, o seguinte:

“... Uma semelhante decisão veio transtornar inteiramente a resolução do Conselho e suspender a marcha da expedição de Cametá calculando sôbre a segurança à capital guarnecida com as milícias e umas forças do comando de V. S.^a Uma semelhante decisão derramando o bem fundado receio em uma grande parte dos habitantes obrigou a todos ou quase todos os negociantes e capitalistas a pedirem passaportes para fugirem ao perigo que ameaça a Capital. Uma tal decisão dá causa a que todos os negociantes inglêses aqui residentes fechem suas casas, tranquem seus livros, e se retirem fugitivos, sem que a Junta Provisória tenha facultade de lhes segurar suas propriedades e exigências. Finalmente, uma tal decisão entorna sôbre esta desgraçada Pro-

víncia um chuva de males irreparáveis. Retirar-se a indústria e capitais, desaparece o comércio, aniquila-se a lavoura e é necessário não expressar o horrível futuro que se apresenta; basta ponderar que nenhum serviço pode V. S.^a fazer mais importante ao Império que conservar-lhe esta riquíssima Província; foi grande, foi mui brilhante o serviço que V. S.^a fez ao Imperador unindo esta Província ao grande todo o Império Brasílico, mas do que serve isso se ela se não conservar, ou ficar destruída e arruinada porque V. S.^a a abandona sem que tenham chegado as providências pedidas a S. M. Imperial e a deixa lutar com facções que a dilaceram. Não é isto particularíssimo da Junta Provisória, é opinião pública geralmente manifestada, êstes são os sentimentos do Senado da Câmara, expressados na representação cuja cópia vai inclusa a V. S.^a etc. etc.

Êste monumento de predicados nada valeram ante a recusa categórica de Grenfell por assegurar à Junta Provisória que nada lhe podia induzir “a faltar às ordens imperiais” recebidas através do seu chefe imediato, o Almirante Cochrane.

Deixou Grenfell, afirma Palma Muniz, o pôrto de Belém com destino ao Rio de Janeiro, no dia 4 de março de 1824, conduzindo a fragata *Imperatriz Leopoldina* e o brigue de guerra *Maranhão*.

Em consequência dêsse ato, a Junta Provisória, a mesma que antes cobrira a Grenfell de tantas e tantas qualidades elogiosas, num gesto que não a dignificou perante a história, o acusa em um longo officio, datado de 6 de março de 1824, tendenciosamente, perante o Ministro da Marinha, Luiz da Cunha Moreira, da prática de atos insólitos e de procedimentos incorretos, inclusive de ora apoiar os interesses brasileiros, ora de o fazer em favor dos portugueses e muitas outras inverdades que contrastam com a documentação histórica co-

ligida por Palma Muniz, nos arquivos paraenses e que apóiam seu monumental trabalho *Grenfell na História do Pará*.

Por isso conclui o mesmo Palma Muniz: “Sõmente um espírito de vingança, em desacôrdo com a compostura moral que deveria manter a Junta Provisória do Govêrno, poderia ditá-lo.”

Êsse documento da Junta levou Grenfell a conselho de guerra do qual “por sentença do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 18 de abril de 1826, foi absolvido por falta de provas dos artigos de acusação, aliás tão bem destruídos pela defesa que apresentou.”

No mês seguinte, no dia 8 de maio de 1826, viu-se promovido a Capitão-de-Fragata, ressarcindo antigüidade no pôsto de 31 de janeiro do mesmo.

Voltamos a 1824. Saído do Pará no dia 4 de março, Grenfell chegou ao Rio de Janeiro no dia 24 de maio dêsse ano. Já havia ordem de prisão para êsse illustre official em face daquelas inverdicas acusações. A fragata *Imperatriz*, na ausência de seu Comandante que se fôra apresentar ao Primeiro-Almirante Lorde Cochrane, é invadida e da câmara do navio, foram retirados pelos executores das ordens do ministro “todos os papéis officiais e particulares, bem como quarenta contos (de réis) valor de prêsas feitas no Pará, para serem entregues ao Tribunal competente; para remate, conclui H. Boiteux, no dia seguinte, foi passada mostra de desarmamento na fragata. Tal proceder, nunca visto em país algum, alarmou o digno Comandante, que se via assim menoscabado depois de tantos serviços prestados. Temendo ser prêso, refugiou-se a bordo do navio de guerra *Spartiate*, do comando do Capitão Falcon, da divisão inglêsa sob as ordens do Almirante Eire.”

Grenfell é procurado, em vão, por tôda a parte. Encontra êste, porém, meios de entender-se com o Imperador e pelos jornais diários expôs ao público as razões pelas quais não se apresentou à prisão. O Imperador ciente dos fatos, determina o prosseguimento do Conselho de Guerra, já aludido, e dá a Grenfell a cidade por menagem.

VI — COMBATENDO A SEDIÇÃO EM PERNAMBUCO

Por outro lado, preparava-se a expedição que iria para o norte conflagrado com a revolução separatista de Pais de Carvalho.

Grenfell, prêso a bordo da nau *Pedro I*, para responder a Conselho em 21 de julho de 1824, desejando seguir com a esquadra, apresentou, com informação favorável ao Almirante Cochrane, o seguinte requerimento:

“Diz John Pascoe Grenfell, Capitão-Tenente da Marinha Imperial, que tendo recebido de Vossa Majestade a graça de ter esta cidade por homenagem (menagem), enquanto se procede ao exame de sua conduta no Pará, o suplicante, certo de que aquela conduta foi motivada pelo zelo no serviço de Vossa Majestade Imperial e na execução das suas Instruções; não temendo assim o resultado de qualquer Conselho, e desejoso de se prestar em tôdas as ocasiões que fôsse auxiliar a Causa que tem adotado; humildemente se oferece a acompanhar a Expedição Naval a sair para o Norte, debaixo do Comando do Primeiro Almirante Brasileiro. Portanto pede a Vossa Majestade Imperial seja benignamente servido aceitar a oferta do Suplicante. E. R. M. *John Pascoe Grenfell.*”

Não fazemos nenhum comentário à beleza dêste gesto: estar sendo processado por haver cumprido com o seu dever e ainda assim oferecer-se para lutar pela causa que abraçara. Sua Majestade, julgando necessário os seus serviços naquela região, como de fato os eram, pelo valor do oficial que Grenfell encarnava, concede-lhe, em 30 de julho de 1824, a permissão, em que o ministro diz: “. . . Há por bem permitir que o mencionado Capitão-Tenente acompanhe o referido Primeiro-Almirante a bordo da nau *Pedro I* naquela expedição, durante a qual ficará suspensa a execução das ordens porque se manda-

ra proceder a Conselho de Guerra contra êle, devendo todavia, verificar-se logo que regresse a êste pôrto, para assim poder justificar-se das inculpações, que motivaram semelhante ordem.”

Realizada a comissão citada, regressou ao Rio de Janeiro. A 25 de setembro de 1824, informa Boiteux, “mandou-se prosseguir no conselho de guerra por assim ter requerido para ver, quanto antes, justificada a sua conduta.”

O desfecho dêsse Conselho já o apresentamos linhas acima: foi a absolvição absoluta por falta de provas e por haver-se justificado plenamente.

VII — NOVAS COMISSÕES — FIM DE SUA CARREIRA NA MARINHA

É nomeado, a seguir, em 6 de abril de 1825, comandante do brigue *Caboclo* “por assim convir ao serviço nacional, não obstante achar-se dependente de nova devassa e sentença do Tribunal Competente e Conselho de Guerra a que estava sujeito.”

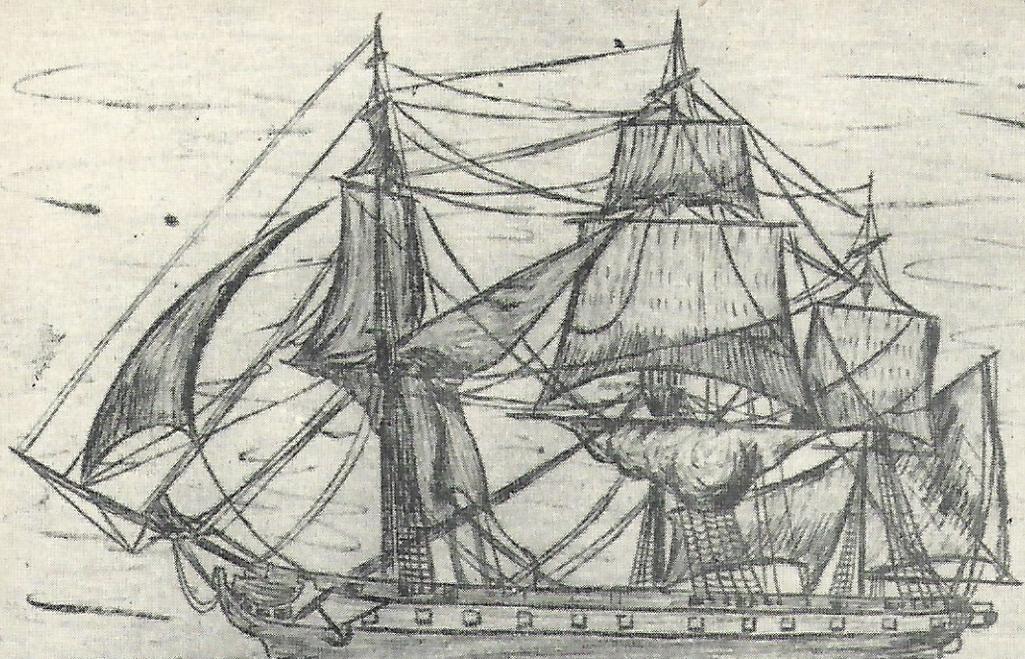
Daí por diante sua vida é representada por constantes e inestimáveis serviços prestados ao Brasil, que, perfuntoriamente, resumiremos a seguir:

Rebentando a contenda no Prata, por causa da anexação da Cisplatina e estando o seu navio em reparos, Grenfell reuniu o seu pessoal e apresentou-se a bordo da *Niterói* “para não ficar como mero espectador de uma luta em que se empenhavam seus irmãos de armas.”

A sua participação foi tão prestimosa que Norton, comandante da *Niterói* sobre êle disse o seguinte:

“Tenho que recomendar em particular a V. Ex.^a o Capitão-Tenente John Grenfell, êste bravo e distinguido oficial (estando o navio do seu comando em consêrto) veio logo oferecer os seus serviços e guarnecer com seus dois oficiais e parte da sua guarnição três peças da tolda. Muito devo a sua assistência e sinto que a inferioridade do navio que êle comanda, sendo de pouco proveito o préstimo de um dos melhores oficiais da Imperial Armada.”

Pronto o seu navio, Grenfell volta a êle, agora para se sagrar o herói nacional, pela valentia e pelo sofrimento a que iria se expor.



Fragata Constituição
(1867 - 1820)

Fragata «Constituição», que foi comandada por Grenfell. Desenho existente no Arquivo Histórico do SDGM.

Era o dia 29 de julho de 1826, o Almirante Pinto Guedes, desmentiria, como diz H. Boiteaux, “a afirmação de Brown de que dentro de dois meses o comércio de Buenos Aires estaria livre e varrida do estuário do Prata a Bandeira Imperial.”

Coube a Grenfell o desafio para que a Esquadra de Brown saísse ao largo para medir forças.

Dá-se no dia seguinte, 30, o choque entre a *Niterói* e a *25 de Mayo*. Em auxílio da *Niterói* vêm o *Caboclo*, de Grenfell, e a *Leal Paulistana*.

A luta se fez com tal furor que um escritor argentino, descrevendo-a, disse: — *la carnicina espanta. Apenas hay brazos para retirar los muertos y los heridos de que estan sembrados los puentes que rebozando la sangre, principian já a derramalo por los embornales.*”

Terminado o combate informava o Almirante Pinto Guedes, em sua parte oficial, sobre a participação do *Cabo-*

clo: “Nós tivemos grandes perdas com o bergantim *Caboclo* por demandar menos águas, podia chegar-se mais a barra, ia acoçando a corveta na fuga, e passando um dos bergantins do inimigo que seguia, com os outros, a precipitada fugida da sua, Almirante, disparou alguns tiros, e vieram as balas de uma pirâmide matar um marinheiro do bergantim *Caboclo* e ferir cinco pessoas: mas entre estas o *valeroso e empreendedor Grenfell*, que ainda vive, porém mal prognosticado...”

Levado Grenfell para Montevidéu, foi recolhido ao hospital onde sofreu amputação do braço direito. Sobre isto o Cirurgião do Exército José Pedro de Oliveira fez a seguinte comunicação:

“Il.^{mo} Ex.^{mo} Senhor. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^ª que, examinando ontem as feridas de Grenfell, encontrei o osso úmero fracassado até a sua cabeça articular, cujo estrago era maior do que pensa-

va quando o membro existia volumoso por causa da inflamação. Por isto, e porque o enfermo já se ia afetando de debilidade proveniente da muita supuração complicada com espasmos parciais dos músculos ofendidos, determinei praticar, quanto antes, a amputação a retalho o que teve lugar hoje pelas 11 horas da manhã por ser o meio único de salvar a vida de tão benemérito oficial que até no ato da operação mostrou espírito, coragem e valor. Sou etc.”

Recomendado à consideração de S. M. Imperial pelo Almirante Pinto Guedes, Comandante da Esquadra nas Cisplatinas, foi já o Capitão-de-Fragata John Pascoe Grenfell condecorado com a Dignitária da Ordem do Cruzeiro, por já ser oficial da mesma Ordem e, na mesma ocasião, foi-lhe concedida uma pensão, conforme Decreto de 13 de setembro de 1826, *verbis*:

“Fazendo-se dignos da Minha Imperial contemplação os serviços, por mais de uma vez prestados pelo Capitão-de-Fragata da Armada Nacional e Imperial John Pascoe Grenfell, especialmente no combate que tivera lugar no dia 30 de junho último, entre a Divisão que bloqueia Buenos-Aires e as forças navais desta República, e no qual o referido Capitão-de-Fragata dando como provas de distinto valor o zelo pela causa do Império, perdera um braço, achando-se então aquêle comandando o *Caboclo* pertencente àquela Divisão: Hei por bem conceder-lhe uma pensão anual de 600\$000 que lhe deverá ser paga aos meses juntamente com o sôlido.”

Diz H. Boiteux, na biografia de Grenfell, que, “para honrar tão distinto oficial foi dado seu nome a uma barca construída em Santos” e que “para convalescer pediu e obteve licença de um ano para ir à Inglaterra, a qual lhe foi concedida em Aviso de 20 de fevereiro de 1827, com os vencimentos e passa-

gem de ida e volta, na importância de 1:400\$000.

Regressando no ano seguinte, foi em Aviso de 16 de abril de 1828, nomeado comandante da corveta *Maria Isabel*, (ex-Americano *Robert Fulton*) seguindo para o Rio da Prata.

A 18 de outubro de 1828, foi promovido ao pòsto de Capitão-de-Mar-e-Guerra, deixando em 11 de novembro do mesmo ano, o comando daquele navio. No dia seguinte, 12, foi nomeado comandante da fragata *Isabel*. Esta é a famosa fragata *Constituição*, assim rebatizada em Aviso de 13 de maio de 1831. No comando daquele navio esteve até o dia 7 de junho de 1830. Para tratar de seus interesses em Montevideu obteve um ano de licença em 5 de novembro de 1830, renovada por mais um ano, apresentando-se em 5 de dezembro de 1831. Em Aviso de 21 de maio de 1832, obteve mais dois anos de licença, na forma da lei, para residir em Montevideu, onde se encontrava a sua família. Apresentou-se em 26 de agosto de 1833. Nomeado comandante da fragata *Baiana* em 28 de agosto, dela desembarcou em abril de 1835 para gozar nova licença de um ano, que pediu para ir a Montevideu, a qual lhe foi dada com a cláusula de ser chamado quando o serviço assim o exigisse.

“Em Montevideu, onde se achava, informa H. Boiteux, não deixou Grenfell de trazer ao conhecimento do Governo as manobras que ali se faziam relativamente aos sucessos da fronteira e dos planos políticos urdidos contra a nossa integridade e soberania.”

Por essa época dá-se a convulsão do Rio Grande do Sul, pretendendo fundar a República de Piratinim. Fôra a revolta conhecida como a Guerra dos Farrapos.

Termina Grenfell, em 4 de maio de 1836, a licença que lhe fôra concedida. Apresenta-se às autoridades navais, sempre pronto para o exercício de comissão, árdua que fôsse. É, conseqüentemente, nomeado para comandar as forças navais incumbidas de debelar aquela revolução.

Mais uma vez êsse chefe se destacaria e fê-lo com tanto tato e discerni-

mento que mereceu a honra de se ver graduado, por Decreto de 25 de março de 1841, no pòsto de Chefe-de-Esquadra para ser efetivado, no mesmo, em dezembro também de 1841, "em atenção aos distintos serviços prestados a bem da pacificação do Rio Grande do Sul e integridade do Império."

Naquele comando permaneceu até agosto de 1843, quando regressou ao Rio de Janeiro, aqui chegando no dia 19 desse mês e ano. A 18 de dezembro também de 1843, vê-se escolhido para comandar as Fôrças Navais do Império, no Rio da Prata, estacionadas em Montevidéu.

Dá-se, então, um incidente de que foi motivo um dos nossos marinheiros. Conta-nos H. Boiteaux:

"Um marinheiro nosso tendo ido a bordo de um navio oriental, foi desfeito por um oficial italiano que o comandava; teve os seus uniformes despedaçados, e depois de brutalmente maltratado, foi mandado prêso para o brigue de guerra *28 de Marzo*, da República Oriental do Uruguai. Dessa afronta não foi dada a menor satisfação ao Encarregado dos Negócios do Brasil.

Convencido o Chefe Grenfell de que o Governo Oriental se esquivava dar as satisfações pedidas, exigiu formalmente do Encarregado dos Negócios que reclamasse o marinheiro prêso; que pedisse a demissão do oficial que o havia insultado e uma indenização pecuniária. Marcou o Chefe o prazo para que ao menos fôsse satisfeita a primeira de suas exigências (entrega do marinheiro), vindo as outras em seguida; caso contrário, apoderar-se-ia do brigue *28 de Marzo*, onde tinha o seu pavilhão José Garibáldi, que, perante a nossa legação, assinou termo de não mais pegar em armas contra o Brasil, depois que deixou o serviço da República Rio-Grandense.

No dia seguinte, às 10 horas, estavam 6 escaleres guarnecidos com gente armada e a escuna *Legalidade*, prolongados com o brigue, auxiliados por quatro lanchões para romperem as hostilidades, caso não fôsse entregue o marinheiro.

Chegou neste momento o nosso Encarregado dos Negócios com o pedido

do Chefe da Nação para dilatação do prazo por mais 4 horas, para de todo se satisfazerem as exigências. Consentiu o Chefe Grenfell; retirou-se o Encarregado dos Negócios. Entretanto, continuavam prontos para combater Grenfell e Garibáldi. Ao meio-dia chegou a bordo do brigue *28 de Marzo* Melchior Pacheco Y Obes, Ministro da Guerra e Marinha e General-Chefe das Armas da República, acompanhado de uma guarda de italianos, e cheio de fúria mandou dobrar a carga dos canhões, querendo assim começar as hostilidades. À mesma hora atracou a bordo da escuna o Sr. Leal, participando que o governo assentia em tudo que dêle se exigia. Às 2 horas da tarde estava a bordo da *Euterpe* o marinheiro, demitido o oficial, e demitido Pacheco de Ministro da Guerra, em troca de 500 pesos de indenização, quantia em que fôra arbitrada a importância a pagar."

Estava, assim, desagravado o nosso marinheiro tão injustamente maltratado.

Grenfell era exigente com os seus homens, era disciplinador, mas também não os abandonava nas dificuldades: defendia-os com todo o seu poder e a sua autoridade de Chefe. Por isso, era respeitado e benquistado.

Deixando aquêlo comando, é nomeado, pelo Aviso de 18 de janeiro de 1845, para comandar a Estação Naval do Sul, que compreendia a faixa entre o Rio de Janeiro e o Chuí, no Rio Grande do Sul. Regressou do Rio da Prata a bordo da corveta *Dois de Julho*, içando, após, o seu pavilhão na fragata *Constituição*.

Recebeu por êsse tempo as comendas da Ordem da Rosa pelos serviços prestados no Rio Grande do Sul, e das Campanhas do Rio da Prata e da Independência.

O Aviso de 14 de junho de 1845 comunicou que S. M. Britânica lhe permitiu que conservasse o pòsto de Chefe-de-Esquadra, a serviço do Império do Brasil, visto tratar-se de súdito inglês.

Outra distinção foi atribuída ao Chefe-de-Esquadra Grenfell, indo SS.MM. Imperiais visitar o sul do País, foi êle escolhido especialmente para comandar a Esquadra que os devia transportar.

Compunha-se esta: da fragata *Constituição* do Comando do Capitão-de-Fragata Joaquim José Inácio, corveta *Euterpe* do comando do Capitão-Tenente de Lamare além dos brigues-escunas *Fidelidade* e *Pirajá*, patacho *Argos* e vapor *Imperatriz*.

Realizada a comissão, foi o Chefe Grenfell elogiado por S.M. o Imperador.

Em 18 de julho de 1846, foi nomeado Cônsul do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

Em razão dessa nova comissão, agora diplomática, fêz-se à vela na fragata *Constituição* do Comando do Capitão-de-Fragata Joaquim José Inácio, que seguia para Plymouth, tendo-a debaixo de suas ordens até aquêlê pôrto, em que chegou no dia 4 de outubro. Ali arriou o seu pavilhão, despedindo-se assim do seu antigo navio que comandou quando era batizado com o nome de *Isabel*.

Entre os anos de 1847 e 1848 fiscalizou a construção da fragata a vapor *D. Afonso*.

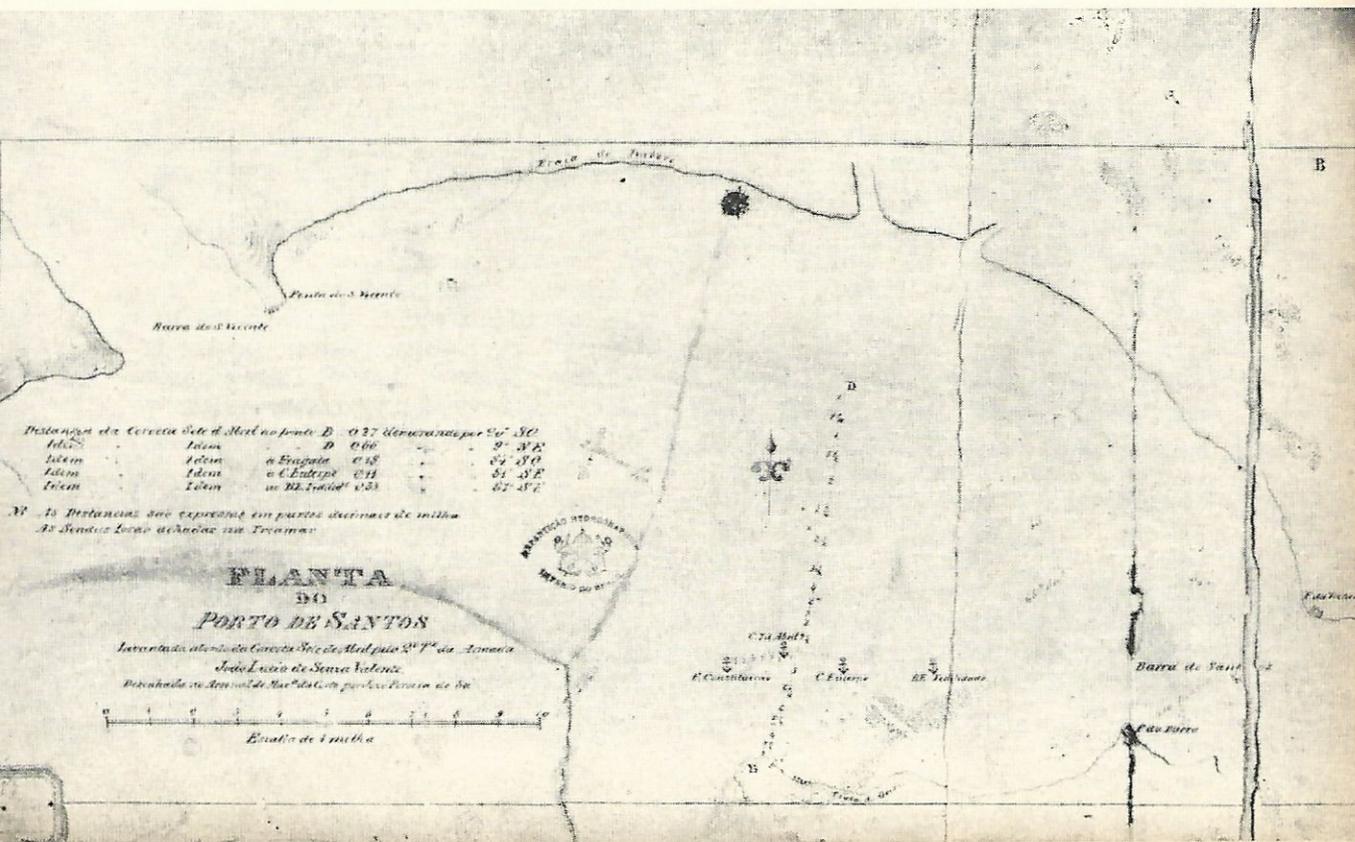
Participando das experiências de máquina daquele navio, no dia 24 de agosto de 1848, juntamente com o comandante do barco, o então Capitão-de-Fragata Joaquim Marques Lisboa, o Príncipe de Joinville e o Duque d'Aumale, que se encontravam a bordo, ajudou a salvar 156 náufragos do navio de emigrantes norte-americano *Ocean Monarch* que foi prêsã de incêndio próximo ao Canal Islandês, cêrca de seis milhas do Great Ornshead, Lancashire. Por êsse ato humano, recebeu os agradecimentos da Cidade de Liverpool e a medalha de ouro da *Liverpool Seamen Shipwreck Society*.

Em 1850, abre-se a questão, conhecida na história, entre a Argentina-Uruguai-Brasil, por Oribe e Rosas.

O Brasil, para fazer valer seus direitos e pôr um paradeiro às afrontas cotidianas feitas à nossa soberania, aumenta as fôrças de mar e terra no Rio da Prata.

Para comandar as primeiras, chama na Inglaterra, o Chefe Grenfell que, ime-

Carta do Pôrto de Santos, vendo-se à direita, no canto inferior, indicados pelas âncoras, os pontos de fundeio dos navios da divisão naval comandada por Grenfell que levou os Imperadores ao Sul. Joaquim José Inácio comandava a fragata "Constituição". Original na Diretoria de Hidrografia e Naveação da Marinha.



diatamente, toma passagem no vapor *Theviot*, apresentando-se no Rio de Janeiro no dia 8 de fevereiro de 1851.

Como se houve nessa missão consignada a história com todos seus detalhes: cumpriu êle o seu dever bloqueando Buenos Aires e as costas do Estado Oriental. Ao final, deu-se a rendição das forças de Oribe.

Monte Caseros, a 3 de fevereiro de 1852, fêz ruir o poder de Rosas, permitindo a paz, e conseqüentemente a livre navegação dos rios, Paraná, Uruguai e Paraguai.

Por tantos distintos serviços foi, por Decreto de 3 de março de 1852, promovido ao posto de Vice-Almirante e nomeado Grã-Cruz efetivo da Ordem da Rosa, pela Passagem de Tonelero. Recebeu, outrossim, a medalha de duplo diâmetro da Campanha do Rio da Prata.

Teve ordem, cessada a Campanha do Prata, de regressar ao Rio de Janeiro, onde chegou no dia 3 de julho de 1852, vindo no vapor *D. Afonso*.

A 12 de julho do mesmo ano, foi-lhe autorizado seguir para Liverpool, Inglaterra, a fim de reassumir ali as suas funções de Cônsul Geral.

Por Decreto de 12 de dezembro de 1862, foi graduado no posto de Almirante e por outro de 9 de março de 1864 encerrava a sua carreira ativa na Marinha, à que servira durante 41 anos de bons e inestimáveis serviços.

Continuou servindo ao Brasil, como Cônsul em Liverpool, por mais cinco anos, ou seja, até a data de seu falecimento, em 20 de março de 1869.

VIII — OUTROS INFORMES QUE COMPLETAM A HISTÓRIA DE GRENFELL

Era casado com a Senhora Masini, nascida em Montevideu no dia 7 de maio de 1806 e falecida em Paris no dia 12 de junho de 1860, em cujo cemitério de l'Est-Père-La Chaise, sepultura perpétua nº 346 P, adquirida, em 23-7-1860, pelo próprio Almirante Grenfell, foi sepultada.

Nove anos depois, ou seja, a 20 de março de 1869, falecia em Liverpool, o grande Almirante John Pascoe Grenfell,

sendo, dias após, seu corpo transportado para Paris e ali dado à sepultura. Juntara-se na morte à espôsa que tanto amou.

Apagando-se pela ação do tempo, existem no túmulo referido as seguintes inscrições que reproduzimos a fim de que a história as consigne:

"Here rest the mortal remains of . . . es Masini the beloved wife of John Pascoe Grenfell of the Imperial Navy of Brazil.

She was born in Montevideo May 7th 1806 and died in Paris June 12th 1860.

. . . s a death like sleep, a gentle wafting to immortal life."

Also

"The above Admiral John Pascoe Grenfell, born at Battersea in England on the 20th day of December 1800, and died on 20th day of March 1869, British seaman who fought and bled for the Independence of Chile, Perú and Brazil."

A Marinha Brasileira não esquece os seus heróis e, assim, não esqueceu também a figura ilustre de tantos e assinalados serviços prestados ao Brasil, no período da Independência e, depois até a sua morte, como vimos, a do Almirante John Pascoe Grenfell.

Tributou-lhe, na passagem do centenário do seu falecimento, justas homenagens de reconhecimento pelo muito que deu de si à Pátria Brasileira, sempre reconhecida aos que por ela se sacrificam. Grenfell sacrificou-se pelo Brasil e foi um chefe modelar, daqueles que o tempo não apaga, porque, varão de Plutarco, ficou na História Pátria, como um digno exemplo de quanto valem a lealdade e a firmeza de caráter, que nêle sobravam.

O nosso modesto trabalho é, assim, uma parte das mais obscuras, das mais singelas daquelas homenagens.

As outras determinadas pelo Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Augusto Hamann Rademaker Grönwald, consoante proposta do Diretor do

Serviço de Documentação-Geral da Marinha, Vice-Almirante (RRM) Levy Araújo de Paiva Meira foram as seguintes:

- Ordem-do-Dia do Estado-Maior da Armada lida em formatura, em tôda a Marinha, no dia 20-3-1969;
- Missa na Igreja da Candelária;
- Difusão na Imprensa do País de dados biográficos do grande Almirante Grenfell;
- Cerimônia no Cemitério de l'Est, em Paris, no túmulo referido, com colocação de uma placa de bronze, artística, com os dizeres seguintes:

“Ao Almirante John Pascoe Grenfell:

Exemplo de excelsas virtudes militares, dedicação e de sacrifício à sua Pátria adotiva — o Brasil

No Centenário do seu falecimento

Homenagem da Marinha Brasileira

20-3-1869 — 20-3-1969”

A ORDEM-DO-DIA DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

“Rio de Janeiro, GB, em 20 de março de 1969 — Ordem-do-Dia Nº 0007/69 — Assunto: Centenário da Morte do Almirante John Pascoe Grenfell.

1. Para conhecimento da MG e devidos fins, faço público o seguinte:

Celebra-se hoje o centenário da morte do Almirante John Pascoe Grenfell, ocorrido a 20 de março de 1869 em Liverpool, investido das funções de Cônsul do Brasil.

Nascido em 1800 no Condado de Surrey, na Inglaterra, cedo ligou seu destino à Marinha e ao Brasil, servindo-os com denôdo e inteligência por 46 anos ininterruptos.

Em 1823 passou para o serviço do Brasil, contratado que foi juntamente

com o Almirante Lorde Cochrane, batendo-se sob suas ordens pela consolidação da Independência. Dêle recebeu a missão de comandar o brigue *Maranhão*. A 10 de agosto de 1823 chegava a Belém do Pará e ali desembarcava à frente de um contingente da Marinha. Tratando o adversário com mão de ferro o Capitão-Tenente Grenfell conseguiu, após vários incidentes, onde pôde demonstrar cabalmente o seu valor, restabelecer a ordem naquela conturbada cidade. Estava o Pará definitivamente integrado na comunhão brasileira. Continuou a prestar valiosos serviços ao Império, nos quadros da Marinha, participando em 1826, como Capitão-de-Fragata, da Guerra das Províncias Unidas do Rio da Prata, onde se destacou mais uma vez pela coragem e desprendimento, vindo em conseqüência, a perder o braço direito. Prosseguindo na sua brilhante carreira naval conduziu a divisão Marques de Souza até Caseros onde teve fim a ditadura de Rosas, coroando desta forma sua extensa fé de ofício de vários anos de relevantes serviços prestados ao Brasil.

Assim ao insigne Almirante Grenfell deixamos a nossa gratidão, com a consciência de que a Marinha de hoje, empenhada com todos os seus recursos materiais e morais, honra suas tradições e mantém vivos o espírito de corpo e o patriotismo que iluminaram os seus antepassados.

E possamos, mercê de Deus, sem desfalecimento, prosseguir em nosso constante trabalho, confiantes em nosso destino histórico e com o mesmo amor ao País que inspirou a todos aqueles que, como Grenfell, têm seu nome gravado nas páginas de nossa história e na consciência de cada um de nós. (a) Adalberto de Barros Nunes, Almirante-de-Esquadra, Chefe do Estado-Maior da Armada.”

AS CELEBRAÇÕES EM PARIS, DIANTE DO TÚMULO DE GRENFELL:

Ao esforço e melhor vontade do nosso Adido Naval em Paris, Capitão-de-Mar-e-Guerra Esio Seize, deve-se o brilhantismo das homenagens cívicas reali-

zadas junto ao túmulo do Almirante John Pascoe Grenfell, no dia 20 de março de 1969, no cemitério de l'Est-Père-La Chaise, naquela cidade.

Cumpriu-se ali a parte mais importante das homenagens programadas, com antecedência, pelo Serviço de Documentação-Geral da Marinha, àquele Chefe do passado, por isso, realizadas junto aos seus restos mortuários. Essas homenagens vão aqui resumidas à guisa de documentação histórica, tendo em vista o relatório daquele oficial, apresentado ao Estado-Maior da Armada com o ofício nº 0047, de 2 de abril do referido ano, e que, presididas pelo nosso Embaixador, Sr. Olavo Bilac Pinto, foram as seguintes:

- Leitura da Ordem-do-Dia antes transcrita pelo Secretário da Embaixada, Sr. Marco César Meira Naslauskys;
- Inauguração da placa, também antes referida, homenagem da Marinha do Brasil ao seu ilustre herói e chefe do passado;
- Aposição de uma palma de flores, em cuja fita constavam as seguintes palavras: *Homage du Gouvernement du Brésil.*
- Cumprimentos a S. Ex.^a o Sr. Embaixador e ao Adido Naval.

Ao ato compareceram, o Sr. Carlos Chagas Filho, Embaixador do Brasil junto à Unesco; o Sr. Michael Simpson Orlevar, representante do Embaixador da Grã-Bretanha; o Coronel Moncli, representando o Governador Militar de Paris; o Capitão-de-Corveta De Seine, Oficial de Ligação junto aos Adidos Navais, em nome do Almirante Paton, Chefe do Estado-Maior da Marinha Francesa; o Ministro-Conselheiro Paulo Henrique de Paranaguá; o Ministro Hélio Scarambôto, Cônsul-Geral do Brasil; o Coronel Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, Adido Militar; o Secretário de Embaixada Marcel M. Tarrisse da Fontoura; o

Sr. Newton Freitas, Adido de Imprensa; o pintor Cícero Dias e outras personalidades brasileiras.

O evento teve publicidade na imprensa local, e foi noticiado para a América Latina pela *France-Press*.

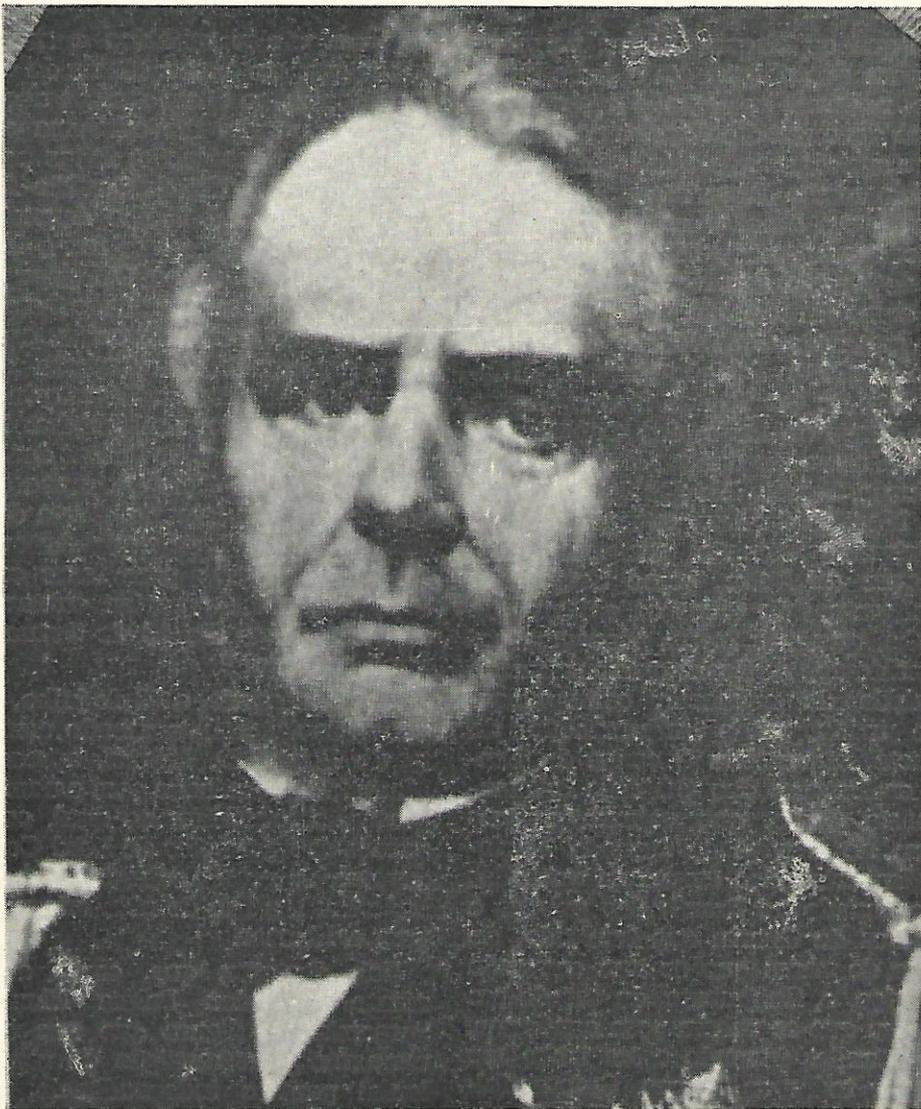
O ALMIRANTE GRENFELL NO FUNERAL DO ALMIRANTE COCHRANE, COMO REPRESENTANTE DO BRASIL

Este é um fato, pouco conhecido, sem dúvida, de haver o Almirante Grenfell, por si e como representante do Brasil, nosso Ministro que era em Liverpool, participado dos atos fúnebres consequentes da morte do seu antigo Chefe, o Almirante Lorde Thomas Cochrane, a quem esteve ligado 37 anos antes, nas atividades marítimas relacionadas com a consolidação da nossa Independência, a cargo daquele inolvidável Almirante.

A presença do Almirante Grenfell no funeral realizado na Abadia de Westminster, no dia 14 de novembro de 1860 foi destacada pelo que ela representou de homenagem ao ilustre morto, sendo só citado com Grenfell, nominalmente, o Almirante Sir George Seymour, seu velho amigo, companheiro de guerra de sua mocidade, e Lorde Brogham, também seu amigo de 50 anos, como anotou, em artigo publicado no *Punch*, de Londres, da época, Mr. Tom Taylor e transcrito, como apêndice em *Sequel of the Autobiography of a Seaman*, de Lorde Thomas Cochrane.

* * *

E assim foi a vida do ínclito Almirante Grenfell, vida de sacrifício, de luta, de energia e de altivez, vida que se tornou exemplo para os pósteros, e cuja memória se revestirá pelo muito que fez pelo nosso amado Brasil, que um dia, quem sabe, numa homenagem mais sensível, conferir-lhe-á o título honorífico, de cidadania brasileira, tornando-o, de fato, filho de sua segunda Pátria pela qual derramou o seu sangue generoso.



Almirante John Pascoe Grenfell.

UMA FAÇANHA DE GRENFELL NO PRATA

MARIO FERREIRA FRANÇA
Vice-Almirante, MD., RRM.

Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

O DECRETO imperial, de 5 de dezembro de 1822, referendado por Luís da Cunha Moreira, Ministro e Secretário

de Estado dos Negócios da Marinha, assim se expressava: "Convindo dar já á Marinha deste Imperio aquelle im-

pulso, que as circunstâncias permittem, para que chegue em o mais breve tempo possível ao estado respeitável, em que deve um dia ficar, e conservar-se para sua segurança e defesa da extensão das costas deste mesmo Imperio: Hei por bem Mandar crear uma Comissão, composta do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, como Presidente, do Vice-Almirante graduado José Maria de Almeida, do Chefe de Divisão Francisco Maria Telles, do Capitão de Mar e Guerra Diogo Jorge de Brito, dos Capitães de Mar e Guerra graduados Pedro Antonio Nunes, Tristão Pio dos Santos e Rodrigo Martins da Luz, como Vogaes e do Primeiro Tenente graduado João Henriques de Paiva, como Secretario, a qual tratará de todos os objectos de Marinha, que lhes forem propostos pelo Presidente, e, ficará principalmente incumbida de conhecer, escrupulosamente investigar e informar-Me da conducta, adherencia à causa do Brazil e embarques dos Officiaes existentes nesta Côrte, que voluntariamente ficarem no serviço da Armada Nacional e Imperial; dos empregos que elles tem occupado no Brazil; das prisões e Conselhos de Guerra que tem tido, do numero de vezes que se tem escusado ao serviço, e, finalmente, do estado em geral, em que se acham para continuar, ou não nelle, devendo estes trabalhos ter lugar todas as Terças, Quintas-feiras e Sabados de tarde dos dias de semana na casa da Intendência da Marinha”.¹

Por isso foi que, o Decreto do Imperador D. Pedro I, de 21 de março de 1823, admitia, na Marinha do Império, no posto de Primeiro-Tenente, *John Pascoe Grenfell*; que, de 1820 a 1822, também como Primeiro-Tenente, servira na Armada do Chile, então em luta por sua independência, sob as ordens de Lord Alexandre Thomas Cochrane, Conde de Dundonald, futuro Marquez do Maranhão e Primeiro-Almirante da novel Armada Nacional e Imperial Brasileira.²

Acompanhando seu antigo chefe, e, embarcado na Nau *Pedro Primeiro*, capitânia da esquadra, logo confirma sua anterior fama de bravura, valentia e ar-

rôjo em vários renhidos e sangrentos encontros; em consequência do que, em 6 de dezembro desse mesmo ano, outro decreto imperial lhe confirma anterior promoção e nomeação, feitas por Lord Cochrane ao posto de Capitão-Tenente. “Tendo subido á Minha Augusta Presença a Nomeação que fez o Marquez do Maranhão... dos Officiaes para o Corpo da mesma Armada, constantes da Relação que com este baixa, assignada por Francisco Villela Barbosa, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha: Hei por bem Promovel-os aos Postos designados na mencionada Relação, em conformidade da Minha Imperial Carta de 26 de Junho deste anno, pela qual Autorisei ao referido Marquez para fazer esta nomeação, devendo porém contar a sua antiguidade no dia 12 de Outubro proximo passado.”³

Antes, contudo, a 28 de julho, já houvera sido Grenfell, nomeado comandante do Brigue *D. Miguel*, apresado no Maranhão, e batizado com o nome dessa provincia brasileira; no qual, como rezavam as *Instruções* de Lord Cochrane, deveria, de pronto, dirigir-se ao conturbado Pará, a fim de nêle intervindo, de vez, o libertar.

Foi, destarte, que, como acertadamente assinalou Palma Muniz; êle, “proeminente figura que nos agitados momentos da transição do regime colonial para a independência, prestou serviços assinalados”, incorporou-se definitivamente em sua história.⁴

Foi então quando o acusaram do mando e participação em gravíssima ocorrência, assim passada: Acompanhara a derrota do partido português no Pará “agitação popular semelhante a que, por êsse tempo, ensangüentava Pernambuco e Bahia. O Cônego Batista Campos, que iria ser um dos arautos da *Cabanagem* doze anos depois, fêz-se, na junta governativa, o tribuno da plebe. O seu papel nos acontecimentos de Belém, entre agosto e outubro de 23, lembram o do Dr. Barata com a sua imprensa causticante e a sua fúria jacobina. Explodiu a revolta dos milicianos brasileiros contra officiaes e negociantes portugueses a 15 de outubro. Iniciado o saque de várias casas de comér-

cio, apelou o governo para Grenfell, que desembarcou a marinhagem, tomou a Casa do Trem, subjogou os amotinados, reuniu-os desarmados, escolheu quatro dos diferentes corpos e um paisano e os fêz fuzilar, sem mais formalidades... Presos cêrca de 30 na cadeia pública, tentaram arrombá-la no noite de 19. Grenfell transferiu-os para os porões do navio *Palhaço* (eram então 256). Na noite de 20, sublevaram-se, ou constou que o tinham feito, pois o horror daquilo se envolveu num denso mistério...”⁵

José Joaquim Machado de Oliveira, embora de *memória e pela tradição recolhida*, como acentua ao relatar minuciosamente essa hecatombe assim escreveu: “Na noite de 5 (aliás 15, como registra Palma Muniz) de outubro de 1823, ocorreu na capital uma commoção popular do lado do partido, para o qual desde muito tendia o conego Baptista Campos... Então foi mister o emprêgo de medidas coercitivas, e o sr. Grenfell, fazendo desembarcar a guarnição do seu navio, a dirigio contra os revoltosos que já se entregavam à desordem, e conseguiu rechassal-os, e captural-os, no que se procedeu indistinctamente, prendendo-se na noite de 16 a quantos foram encontrados nas praças e ruas da capital. Das prisões de terra foram os capturados, no dia 20, removidos para bordo do navio *Palhaço*, comandado pelo Tenente Joaquim Lucio de Araujo; ahi, em numero de 256, num dos dias de maior calor naquelle clima, foram lançados no porão, num espaço de 30 palmos de comprido, 20 de largo e 12 de alto, fechando-se as escotilhas, e deixando-se apenas uma pequena fresta para a entrada do ar. Encerrados assim ou atochados esses infelizes, que pertenciam a diversos partidos e côres, e que convinha extremal-os, romperam logo em gritos e lamentos exaggerados, pelo calor e falta de ar que experimentavam; e no meio dessa horrivel vozeria, ouviram-se algumas ameaças contra a guarnição de bordo, que se deviam tomar como de impotentes, e só effeito da desesperação. Pela narração de um dos tres que poderam sobreviver á matança, soube-se que os infelizes presos foram instantaneamente acommettidos de violentas dôres de cabeça, e suor copio-

so, sobrevivendo-lhes uma sêde insuportavel, e, afinal grandes dôres de peito. Bradaram em diversas vezes por agoa, para saciar a sêde que os devorava; e, a agoa do rio, salobra e turva, lhes foi lançada em uma grande tina que havia no porão; a ela se arrojavam tumultuariamente, bebendo-a com as mãos, com os chapeos e de bruços, procurando cada um ser o primeiro neste mister, amontoando-se com violencia uns sobre os outros, e tudo na maior sofreguidão e desordem. Alguns caíram sem sentidos, logo depois de beberem agoa, e, a outros exacerbaram-se as dôres, os lamentos, gritos e desesperações. Diversos foram os meios a que recorreram para mitigar o incendio em que se abrasavam, depois que se certificaram que nada havia que pudesse mover aos seus ferozes guardas, que estavam decididos a vel-os alli acabar. Puzeram-se nus, agitavam o ar com os chapeos e roupa, lançaram-se á tina d’agoa, atiraram-se ao costado do navio no intento de acharem alli alguma humidade etc. etc.; e no meio desta violenta desordem e frenezi muitos caíram desfallecidos e inanidos de forças; e, alguns delles acabaram espesinhados e comprimidos pelos seus companheiros de infortunio. Acabando-se a agoa da tina, que logo se tornou immunda, pediram nova; deu-se-lhes, porem armando-se uma furiosa contenda sobre quem primeiro bebia, os mais fracos foram derrubados e succumbiram pouco depois. A agoa ainda não pôde matar a sêde dos que a podiam beber; devorava-os uma febre ardente que crescia com espantosa rapidez. Apoz dela, seguiu-se um violento frenezi e acesso de raiva e furor, que os levou a lançarem-se uns contra os outros, e, reciprocamente darem-se punhaladas e se dilacerarem com unhas e dentes, entre gritos, ameaças e horriveis vociferações. A barbara guarnição do navio que presenciava tudo isto, e que com um sorriso infernal comprazia-se de ver aquella horrorosa scena de desesperação e furor, dirigio alguns tiros de fuzil para o porão, e derramou dentro uma grande porção de cal cerrando-se logo a escotilha, e ficando o porão hermeticamente fechado; a pretexto de, que por este meio atroz, se applicaria o motim, e os presos ficariam

socegados. Por espaço de duas horas, ainda se ouvia um rumor surdo e agônizante, que se foi extinguindo aos poucos; e, as tres horas ao encerramento completo, que foi ao escurecer reinava, no porão, o silencio dos tumulos!"⁶

Acusado, Grenfell, como responsável mandante na participação dessa horrível chacina, como vimos, foi logo a seguir, prêsso e submetido a Conselho de Guerra.

Sem entrarmos nos meandros e detalhes do processo, que, embora interessantes, por demais excederiam ao limite estrito ao presente escôrço biográfico, cabe, contudo registrar que, passado tempo, foi, inteiramente, apurada sua nula responsabilidade em tão doloroso acontecimento; sendo, por sentença de 19 de abril de 1826, absolvido no *Supremo Conselho Militar e de Justiça, por falta de provas dos artigos da acusação*.

Como preito de justiça e de reparação, é êle por Decreto Imperial de 8 de maio dêsse mesmo ano, promovido ao pòsto de Capitão-de-Fragata, contando antiguidade da promoção havida em 31 de janeiro anterior.⁷

Ainda de sua assaz reconhecida valentia e coragem, é registrar, dentre tantos atos de bravura, aquêle ocorrido durante o conflito entre o Brasil e as Províncias do Prata, quando, no Bergantim *Caboclo*, no combate de 30 de julho de 1826, é gravemente atingido, perdendo o braço direito.⁸

Pelos feitos que, então, praticou galardou-o ainda o Govêrno Imperial: "Fazendo-se dignos da Minha Imperial Contemplação os serviços, por mais de uma vez prestados pelo Capitão de Fragata da Armada Nacional e Imperial John Pascoe Grenfell, especialmente no combate que tivera lugar no dia 30 de Julho ultimo, entre a Divisão que bloqueia Buenos Ayres, e as forças navaes desta Republica, e no qual o referido Capitão de Fragata, dando provas de distincto valor e zelo pela causa do Imperio, perdera um braço achando-se então commandando o Brigue *Caboclo*, pertencente aquella Divisão; Hei por bem conceder-lhe uma Pensão annual de 600\$000 que lhe deverá ser paga aos mezes, juntamente com o soldo."⁹

Recebeu simultâneamente com outros bravos da nossa Armada nessa campanha, também a Dignitária da Ordem do Cruzeiro.¹⁰

A 18 de outubro de 1829, é promovido a Capitão de Mar e Guerra; e, em 25 de março de 1841, a Chefe-de-Esquadra Graduado, "em atenção aos distinctos serviços prestados a bem da pacificação da Província do Rio Grande e integridade do Imperio";¹¹ pòsto êsse no qual foi confirmado, aos 2 de dezembro do mesmo ano.

O Aviso Reservado do Paço, datado de 18 de dezembro de 1843, comunicava-lhe havê-lo, S. M. o Imperador D. Pedro II, nomeado Comandante das Fôrças Navais do Império, estacionadas no Rio da Prata, em substituição ao Chefe de Divisão Frederico Mariath; acrescentando, dever-se-ia êle, nessa Commissão, "guiar-se pela ordens dadas ao seu antecessor e pelas Instruções inclusas na cópia... E porque motivo convém que o Govêrno esteja sempre ao alcance de poder avaliar devidamente o número e eficácia das fôrças navais argentinas, logo que tenha colhido os necessários esclarecimentos e informações... " dará "circunstanciada conta a esta Secretaria (de Estado dos Negócios da Marinha) do número e qualidade dos navios, de que se compõem as ditas fôrças navais argentinas."¹²

Não tardou, porém, Grenfell, logo a 18 de janeiro do ano imediato, em ser nomeado Comandante da Estação Naval do Sul, que abrangia, em seu âmbito, tôda a costa brasileira, do Rio de Janeiro ao Arroio Chuí.

No desempenho de tão importante e destacado encargo foi encontrá-lo o Aviso de 18 de julho de 1846, do Ministério do Império; e o de 20, do da Marinha, nomeando-o Côsul-Geral do Brasil no Reino da Grã-Bretanha e Irlanda.¹³

Seria êste, para Grenfell, não há negar, brilhante término de tantos assinalados e bons serviços prestados à pátria brasileira, desde a prisca época dos conturbados dias da luta por nossa independência política; logo para êle seguido de um dilatado período, no qual, quase cotidianamente, via exposta sua vida, nas

diversas campanhas em que tomou parte.

Por isso, não é de admirar que, como auréola augusta a cingir-lhe a fronte, ornassem-lhe o uniforme, que tão bem sempre soube honrar, as veneras de Oficial Dignitário da Ordem do Cruzeiro, a Comenda da Ordem da Rosa e a de Serviços Prestados nas Campanhas da Independência e do Rio da Prata.

Não houve por bem o destino, entretanto, que sempre, como lidador, lhe propiciara tantas glórias, lograsse desfrutar êle aí vida mais pacífica.

Em sua quietude, na Cidade de Liverpool, na vetusta Albion, vemo-lo, em 11 de novembro de 1850, escrevendo ao Ministro da Marinha do Brasil, Manoel Vieira Tosta, as seguintes linhas: "Os continuados rumores de uma guerra entre o Império e a República Argentina, fazem-me rezear a realização do caso referido no ofício confidencial de V. Ex.^a, no ano passado. Não obstante a minha devoção ao serviço imperial, V. Ex.^a não estranhará a minha extrema sensibilidade a tudo que afeta os interesses e felicidade da minha mulher e oito filhos, quem precisamente terei que deixar neste país, se se verificar a minha nomeação ao Rio da Prata. Foi em atenção ao bem-estar dêstes que *pedi a minha demissão do Comando Naval no Rio de Janeiro, em 1846; e procurei o emprego de Cônsul-Geral neste país*,¹⁴ por ser-me êste mais cômodo e lucrativo que o primeiro. Muito duro será agora perder vantagens adquiridas, ao custo de não pequenos serviços e sacrifícios para encarar de nôvo os trabalhos e casualidade da guerra; e, parece que não transpasso os limites do meu dever pedindo ao Governo Imperial alguma consideração para comigo. No caso de ser preciso meu serviço no Rio da Prata peço que êste lugar de Cônsul-Geral seja sômente preenchido interinamente, na pessoa do meu presente Vice-Cônsul, e Chanceler do Consulado-Geral. Sr. João Francisco Frois, reservando para mim o mesmo lugar, logo que se conclua a guerra; ficando desta maneira o meu espírito tranqüilo respeito à futura sorte de minha família e meu ânimo disposto a servir como sempre tenho servido ao

Imperador, com zêlo e devoção ilimitada."¹⁵

Ainda, a 18 de janeiro seguinte ao mesmo Ministro, se dirigia, Grenfell, com estas palavras: "acusado o ofício de novembro próximo passado, avisando-me que, no caso de um rompimento entre o Império e a Confederação Argentina, estarei nomeado Comandante da Esquadra Imperial do Rio da Prata, e que devo estar pronto a partir com a primeira ordem, observando a êste respeito perfeita reserva.

Aprêço como devo esta nova prova de consideração e confiança de S.M.I., e pode V. Ex.^a estar certo que cumprirei exatamente suas ordens. Ao mesmo tempo peço a V. Ex.^a considerar o transtôrno que esta honorífica comissão causará à minha numerosa família, e a insuficiência do sôldo da Marinha de mantê-la em mediana decência aqui ou no Brasil. Êste motivo me obrigou a largar o distinto pôsto que ocupava em 1846, comandando a Esquadra na Côte, e de solicitar um emprêgo de menor consideração, porém de mais vantagens que o de Chefe-de-Esquadra. Sei que o militar deve estar sempre pronto a marchar, e assim tenho estado há 27 anos que sirvo ao Império; porém um Governo sábio como o de S.M.I. não pode deixar de conhecer a impossibilidade de um Chefe devotar-se, como devia, ao serviço público atormentado com as desgraças de sua família! E double desgraça será a minha privá-la agora de minha proteção e dos meios de assistência! Podem as mãos de S.M.I., remediar em parte isto, e habilitar-me a servir com todo o zêlo que me inspira a causa brasileira, conservando na minha pessoa, ou interinamente na de meu filho maior, John Grenfell, brasileiro nato, maior de vinte anos, o pôsto e vantagens de Cônsul-Geral neste país, enquanto dure a Comissão no Rio da Prata; devendo eu voltar e ocupar o Consulado logo que esta se acabe. Esta graça peço encarecidamente a S.M.I., e espero que V. Ex.^a apoiará minha pretensão. Não posso fechar esta sem acordar a V. Ex.^a da imensa importância agora das canhoneiras de ferro de vapor, de que falei a V. Ex.^a no meu ofício de novembro próximo passado. Neste pôr-

to estão se construindo vapôres de ferro, para a Companhia da Índia, para andar em três palmos de água, levando artilharia de 68 e mil praças de tropa. Quatro canhoneiras, como as que propôs a V. Ex.^a bloqueará (sic) os portos do Rio da Prata, mais completamente que as esquadras vindas de Inglaterra e França. Deus Guarde V. Ex.^a¹⁶

Como conclusão a êste assunto, é de assinalar, *primeiro*: que, já em 11 de outubro de 1850, Paulino José Soares de Souza, Ministro dos Negócios Estrangeiros, assim se dirigira a Manoel Vieira Tosta: "Acuso o recebido officio que V. Ex.^a me dirigiu em 3 do corrente e na forma nêle recomendada foram expedidas convenientes ordens, pelo paquete que hoje sairá para a Europa, a fim de que seja interinamente encarregado do Consulado-Geral na Grã-Bretanha João Grenfell, durante a comissão do Chefe-de-Esquadra João Pascoe Grenfell.¹⁷ *Segundo*: O Chefe-de-Esquadra John Pascoe Grenfell, que viria comandar nossas fôrças navais no Rio da Prata, deixara a Inglaterra, a bordo do Vapor *Théviot*; aqui se apresentando em 8 de fevereiro de 1851.¹⁸

Serviria, não há negar, sua efetiva participação na guerra contra a Confederação Argentina, para, ainda uma vez, reafirmar seus altos méritos de Chefe Naval na *Marinha do Brasil*; o que de sobejo ocorreu, quando, após a Batalha de Monte Caseros a 3 de fevereiro de 1852, e, subsequente fuga do ditador Juan Manoel Rosas, já terminada a campanha, ver-se-ia, novamente, premiado pelos excepcionais serviços, então prestados: quer com sua promoção ao pòsto de Vice-Almirante, quer com a nomeação de Grã-Cruz Efetivo da Ordem da Rosa, em consequência de sua atuação na Passagem de Tonolero.

Regressa, destarte, a esta capital, a bordo do Vapor *D. Afonso*, a 3 de julho de 1852; sendo que, o Aviso de 12 de julho seguinte, permitia-lhe, então, regressar a Liverpool, onde reassumiria o cargo de Cônsul-Geral.

"Por decreto de 12 de Dezembro de 1862, foi, também, promovido ao posto de almirante graduado e, por decreto de 9 de Março de 1864, transferido para a segunda classe, por se achar contem-

plado na hypothese 1^a, do parágrafo 1^o, do artigo 41 da Lei, conforme foi comunicado pela Secretaria de Estado em 10 do dito mes."

"Falleceu o digno almirante John Pascoe Grenfell, em 20 de março de 1869, que, pela sua energia e talento, soube, com extraordinária altivez, elevar-se ao alto posto de almirante, honrando em tôdas as occasiões a sua farda, e a marinha a que pertencia.¹⁹

Antes de encerrar o presente estudo, cumpre, não só para justificar o título com que se apresenta, mas também, e principalmente, para ter ensanchas de, com certo detalhe, registrar assunto assaz interessante, ainda consignar o seguinte:

Corria o ano de 1844; e, era o Chefe-de-Esquadra John Pascoe Grenfell, Comandante da nossa Estação Naval no Rio da Prata.

Por mais de uma feita, vira-se êle constrangido a dirigir enérgicas reclamações ao chefe do partido político dominante na República Oriental do Uruguai, Pacheco y Obes, que dirigia, igualmente, o Ministério da Guerra acêrca da *crueldade com que tratava aos marinheiros do Império*.²⁰

Foi quando, e novamente na emergência que vamos relatar, ocorreu o grave fato que, pormenorizadamente, passamos a expor da forma como se encontra assinalado na série de officios, então, trocados.²¹

A Felipe José Pereira Leal, Ministro-Interino do Império em Montevidéu, dirige, Grenfell, de bordo da Corveta *Euterpe*, aos 7 de Novembro de 1844, o officio seguinte:

"Acabo de receber a participação de um atentado do Govêrno de Montevidéu no último grau atentatório à honra do Império, e aos direitos, de cuja defesa aqui estamos encarregados.

Manoel Ravena, natural do Rio de Janeiro, Marinheiro da 2^a Companhia do Corpo de Imperiais Marinheiros, foi ontem, com licença, a terra, vestido com seu uniforme: nesta cidade foi agarrado pelo Comandante do Corpo dos Italianos, maltratado, sua farda rasgada, e remetido depois prêso para bordo do Brigue de Guerra *Oriental*, fundeado no

pôrto, onde presentemente existe, sem constar motivo algum legal de semelhante violência. Parece-me portanto que é chegado o caso, prevenido nas minhas Instruções, de usar prontamente da força em defesa das pessoas, e propriedades brasileiras: previno pois a V. E.^a para que se sirva comunicá-lo ao Govêrno de Montevidéu, que exijo a imediata entrega do dito indivíduo, e em seguida a punição publica do oficial, autor dêsse atentado, e uma indenização pecuniária ao marinheiro ofendido. Em caso contrário procederei a fazer o que entender, protestando com êste protesto, contra a conduta do Govêrno de Montevidéu para com os súditos do Império.”

Santiago Vasquez, Secretário de Estado das Relações Exteriores dessa República²² logo no dia seguinte, dirige, ao nosso representante, o seguinte ofício:

El Gobierno me ordena poner en conocimiento del Sr. Encargado de Negocios de S.M. el Emperador del Brasil, que en este momento se están dando las ordenes necesarias para que sean inmediatamente restituidos á la Escuadra Imperial los individuos á ella pertenientes que el Sr. Encargado de Negocios reclamó.

El Gobierno espera, en consecuencia, que se evitarán, por parte del Jefe de la Escuadra, demostraciones que alarman la opinión, y que no produzirán otro efecto que el de complicar un negocio demasiado sencillo.

Dentro de poco tiempo estarán devueltos los espresados individuos; y al comunicarle asi al Sr. Encargado de Negocios, tengo el honor de reiterarle la espresión de mi mayor consideración y aprecio.”

Após as *démarches* efetuadas, bem como dados os precisos passos acima assinalados, torna, entretanto, Santiago Vasquez, seis dias depois, vale dizer a 13, a assim se dirigir ao nosso representante na capital uruguaia:

“La arriesgadísima crisis de que esta Capital sale apenas, debida, en su primer origen, á los procedimientos atentatorios del Jefe de Escuadra Juan P. Grenfell, en la mañana del 8 han impe-

didado al Infrascripto Ministro Secretario de Estado y de Relaciones Exteriores cumplir, antes de ahora, la orden que recibí de dirigirse al S. Encargado de Negocios del Brasil, para protestar, del modo más solemne, contra la injustificable violación del derecho de Gentes, cometida en aquel dia; contra la atroz ofensa hecha gratuitamente al honor de la Republica, contra el rompimiento estrepitoso de la neutralidad, tantas veces prometida, y contra las consecuencias que ha traído ya y puede aún traer la culpable conducta de aquel Jefe.

Los hechos que el infrascripto tiene orden de registrar en esta protesta son:

1º) *Haber entrado el Jefe de Escuadra Juan P. Grenfell al Puerto de la Capital, en la mañana del 8, con un buque de Guerra y algunos botes armados, en actitud manifestamente hostil; haber colocado esas fuerzas en derredor de uno de los buques de la flotilla Nacional, exigiendo en esa actitud de amenaza, la entrega de marineros Imperiales, que dijo existian á bordo de aquel buque.*

2º) *Haber cometido ese insulto, sin provocación de ninguna clase, sin haber precedido reclamo, ni aun aviso alguno, á terminos de que hoy mismo, despues de pasados cinco dias, no existe un solo acto oficial anterior, ni posterior al hecho; y este, cuando se halla cerca del gobierno un Encargado de Negocios, con quien era deber del Jefe Naval dirigir sus reclamos.*

3º) *Haber cometido ese ultraje en momentos en que, sitiada la Capital por tierra, bloqueada por mar, y apurados los recursos del Gobierno, cualquiera dificultad aún las más pequeñas, debilita la confianza, quita ao Gobierno los medios que ella le proporciona, conmueve la opinión, y compromete la suerte de la Plaza; circunstancias que, aún en casos de tener motivos fundados de queja, le imponian al deber de ser más circunspecto, só pena de hacerse aliado del enemigo.*

4º) *Haberse aprovechado de esos momentos deslocados para hacer un ataque, que sabia que no podia ser repellido por la fuerza, sin riesgo de que al enemigo sitiador acometiese simultaneamente, y peligro de la Plaza; lo que dá*

á la agresión un pronunciado carácter de alevosía.

5º) Haber elegido para cometerla al amanecer del día siguiente, al que el Jefe de Escuadra había pasado todo entero en el territorio ocupado por los sitiadores, y en compañía de los enemigos del Gobierno, que allí habitan; lo que produjo naturalmente la creencia universal de que el inesperado ataque había sido convenido la víspera con los enemigos; creencia, que el Gobierno desea tener por infundada, pero que no por ese ha sido menos profunda en todos, y que el Jefe agresor debió prever.

6º) Haber agregado el Jefe de Escuadra Grenfell al insulto de su agresión el de buscar en el Representante de una Nación Estrangera, protección para su familia; dando así a entender que el Gobierno, y la población de la Capital, cometerían represalias vergonzosas sobre una familia inofensiva; cuando la experiencia jamás desmentida, ha mostrado a ese Jefe, que aún las familias de los que se hallan en las filas de los sitiadores, han sido constantemente respetadas como lo exige la civilización, y los principios de todo Gobierno culto.

7º) Haber provocado el Jefe de Escuadra, ó intencionalmente, ó por irreflexión, nuevos motivos de rompimiento, yendo a pasearse, al siguiente día del suceso, por medio de las tropas de la Plaza, en las Líneas de Fortificación, cuando sabía el estado de exaltación en que su conducta, y las consecuencias á ella debidas, habían colocado á la guarnición y al Pueblo de la Capital; á punto de haber sido necesario tomar precauciones para evitar que esa provocación produjera su efecto.

8º) Haber causado, como consecuencia inmediata y directa de esa conducta, la desaveniencia entre los miembros de la Administración, de que há resultado la crisis de que aún no puede decirse que se ha salido; y que há puesto casi en manos del enemigo la Capital de la República.

“Por todos esos hechos de cuya verdad son testigos la población de la Capital y el Sr. Encargado de Negocios, protesta el Gobierno de la República,

contra el Jefe de Escuadra Juan P. Grenfell, del modo más positivo: y mientras reclama del Encargado de S. M. Imperial la solemne reparación, que confía obtener de su lealdad y justicia; ordena comunicar esa protesta al Sr. Encargado de Negocios, para que surta sus efectos.

“Al cumplirlo, debe también el infrascripto expresar que el Gobº reconoce con placer que la conducta moderada, decorosa y leal del Sr. Encargado de Negocios, en el presente suceso ha formado un contraste, por todos apreciado, con la adoptada por el Jefe de Escuadra, y el Gobierno se complace en mirarla como la verdadera expresión de los sentimientos y de la política del Gabinete de S. M. respecto del de la República.”

O ofício, do nosso Encarregado de Negócios, enviado ao Ministro dos Estrangeiros do Império, Ernesto Ferreira França, logo no dia immediato à recepção da nota de Santiago Vasquez, acima transcrita, isto é, a 14 de novembro, é uma peça de alto valor documental; uma vez que, circunstanciadamente, relatando todos os trâmites desse conflito, não só dá notícia do que, verdadeiramente e por completo, ocorreu, mas ainda, de vários interessantes e curiosos pormenores e aspectos da política local:

De início, comunica, o Representante do Império, haver recebido, não só o ofício do Comandante da Fôrça Naval, John Pascoe Grenfell, entregue às 11 horas da noite do dia 7, conforme acima registramos, mas também, a declaração verbal do mesmo, de que “se ao amanhecer do dia seguinte, lhe não fôsem entregues tanto o Imperial Marinheiro, que mencionou em seu ofício, como os outros que em data do dia antecedente havia reclamado, passaria a tomar reféns à Esquadilha da República; porque além do ultraje que anunciava em seu ofício, temia que Ravena fôsse punido em virtude do já executado decreto deste Govêrno, que manda fuzilar imediatamente os desertores; caso em que haviam colocado este brasileiro, a quem também empresavam a sedução de outros. Ponderei-lhe que

não supunha tão urgente o negócio, mas que para tranqüilizá-lo passaria a buscar imediatamente ao Ministro Vasquez, a quem talvez, pelo avanço da hora, não fôsse possível providenciar com a urgência pedida; e, roguei-lhe que deferisse o emprêgo da fôrça ou seu aparato pelo menos até às 10 horas da manhã seguinte. Dirigi-me então à casa de Vasquez, onde não fui sentido, ou por se acharem dormindo, ou quiçá por ordens preventivas a seus criados: no dia 8 voltei a procurá-lo, e só lhe pude falar às 8 horas da manhã: expus-lhe a reclamação que tinha a fazer-lhe para castigo do oficial italiano e brasileiros reclamados pelo Comandante da Fôrça Naval, que já a essa hora havia colocado a Escuna *Legalidade* ao costado do Brigue de Guerra *Oriental*, onde se achava Ravena, para impedir que êsse brasileiro sofresse qualquer castigo; e, estar apto a usar da fôrça se a reclamação não fôsse satisfeita até às 10 horas. Ponderou-me Vasquez a escassez de tempo que lhe era dado, para que o Govêrno pudesse reunir e deliberar, em um negócio que dependia essencialmente da Repartição da Guerra e Marinha; e, disse-me que, conquanto supusesse que antes das duas horas da tarde tudo estaria satisfeito, contudo me pedia para que me interpusse para que o Chefe de Esquadra não fizesse uso da fôrça até essa hora, ao que julguei que devia razoavelmente anuir. Vendo porém que se aproximava a hora convencionada, e que me faltavam meios de fazer saber ao Comandante da Fôrça Naval esta minha concessão, tomei a deliberação de ir pessoalmente a bordo comunicar-lhe e ver se podia impedir que se fizessem mais demonstrações hostis; porém não me foi possível preveni-las, porque não o encontrando a bordo da escuna tive de dirigir-me ao navio-almirante, e já nessa ocasião marchava a fôrça destinada a êsse fim, para a escuna; onde relatando-lhe o convenção, pude obstar ao rompimento e voltei para terra a esperar a deliberação do Govêrno, que constava ser favorável à pretensão. Ao chegar à Legação nela encontrei o Presidente da República e o Ministro Vasquez, que vinham, o primeiro a assegurar-me seu

ardente desejo de boa harmonia com o Império, pedir que fizesse cessar todo o aparato hostil, porque havia satisfeito a tôdas as exigências, e prometer-me que demitiria o Ministro da Guerra como motor de todos os conflitos com as nações neutras e amigas; e, o segundo a entregar-me a nota junta sob o nº 2 como garantia do que antes me havia prometido, a vista do que, julguei a propósito voltar a bordo para persuadir ao Comandante da Fôrça Naval que devia fazer retirar imediatamente tôda a fôrça, antes mesmo de ver cumpridas as promessas do Govêrno, de que não havia nem podia duvidar. Retirou-se com efeito a fôrça que tanto havia alarmado a cidade, e, pouco depois, foram entregues a bordo, por um Ajudante de Ordens do Govêrno, dois brasileiros; não podendo ter ido os outros, nem mesmo ser levada a efeito a demissão do oficial italiano pelos motivos que passo a expor a V. Ex.^a, e que ousou esperar se dignará de qualificar minha conduta como generosa e adequada às intenções do Govêrno Imperial.

“O Ministro da Guerra Pacheco y Obes, em quem (como me disse Vasquez) já então o Govêrno fundamentalmente supunha intenções de querer derrubá-lo, para proclamar o Govêrno militar, irritado pelas concessões que o Govêrno me fazia, e querendo aproveitar a efervescência, mandou-lhe um insolente ofício pedindo sua demissão (que acreditava não lhe seria dada), depois de fazer as mais fortes invectivas tanto à administração como aos administradores, taxando-os de vis e indignos de representarem um país que êle chama livre. O Govêrno, à vista de tão insolente ofício, concedeu-lhe a demissão pedida, não só de Ministro como de Comandante-Geral da Linha de Fortificação, de que êle tinha tão pouco desejo de separar-se, que promoveu uma representação verbal de cinco Comandantes de Corpos, que pediam sua reintegração no último pôsto: o Govêrno que conheceu quanto se exporia se fizesse nesse momento uma formal negativa, concordou em que se Pacheco concordasse em substituir seu ofício por outro, em termos tão comedidos que o Govêrno aprovasse, e desse uma satisfação individual

a todos os membros do mesmo Governo, seria novamente admitido no Comando da força; concessão que fez somente para ganhar tempo, e insuflar a Flôres e outros chefes, a quem sabia haver êle seduzido para a entrega da praça. Pacheco anuiu à indicação do Governo, que achou o ofício de substituição ainda bastante ofensivo, e exigiu que se reformassem palavras que em essência nada valiam; negou-se Pacheco à segunda reforma por contar com a força armada, e declarou que revalidava seu primeiro ofício. No dia 10 circulou a notícia, à tarde, de que o Governo havia nomeado o General (ilegível) para Ministro da Guerra, e Flôres para Comandante Geral. Esta notícia pôs a cidade em grande agitação vendo a força sob as armas; e, que os cinco Comandantes de Corpos novamente se dirigiam à Casa do Presidente, com intento de reclamarem Pacheco, e pedirem a demissão de Vasquez. Conhecendo todo o perigo em que se achava a tranquilidade pública procurei ao Encarregado de Negócios Britânico, para indicar-lhe que, nas circunstâncias em que se achava a cidade, me parecia prudente e mesmo conveniente à segurança de nossos compatriotas, que fôsse por separado e como particulares à Casa do Presidente, para que nos dissesse, amigável e confidencialmente, se se achava no livre gôzo de seu poder constitucional, e que em vista de sua resposta nos propuséssemos os meios de garantir as vidas e as propriedades de nossos concidadãos. Foi bem recebida minha proposta, combinando que o inglês me seguiria poucos minutos depois, a fim de parecer casualmente. Foi-nos francamente respondido que era verdade que alguns militares haviam feito essa exigência ao Governo, porém que êste a tinha repellido e que esperava que, à vista de sua energia, tudo se aquietaria. O dia 11 foi passado em continuo alarma, e à noite soube que havendo o Governo ordenado a prisão de Pacheco se pretextava ignorar o lugar onde se achava, para não ser levada a efeito. Devo aqui participar a V. Ex.^a que Vasquez me pediu no dia 8, para que estivesse pronto a protegê-lo a qualquer hora da noite, porque peri-

gava sua existência, para o que me prevenia que, dêsse dia em diante, passaria ocultamente tôdas as noites à casa de um seu enteado, que é contígua a esta Legação, para onde poderia facilmente passar pelo sótão. No dia 12 porém às 7 horas da manhã, apresentou-se-me pedindo a proteção imperial, enquanto duravam as providências que o Governo havia tomado de prender Pacheco, seu irmão, o Coronel Estebão e mais três coronéis, mostrando-me nessa ocasião uma circular do Presidente que se achava pronta para ser enviada aos agentes estrangeiros, comunicando-lhes que a Cidade, se achava acéfala e entregue a uma facção militar. Rogou-me que lhe facilitasse um navio para levar Pacheco e mais presos para essa Côrte, neguei-me a êsse pedido; instou para que ao menos fôsse recebidos a bordo até seguirem a qualquer destino, considerando-os o Governo somente presos até o momento de serem entregues à força do Império; isto sob o pretexto de segurança pública e falta de prisões, ao que igualmente me recusei. Conserveu-se nesta Legação apesar dos repetidíssimos chamados do Presidente, até às 11 horas da manhã, em que teve ciência exata de que Pacheco se havia embarcado em um escaler da Fragata Francesa *L'Africaine*; e, que os demais militares por êle designados se achavam presos, com exceção do irmão de Pacheco e Estebão, que se sabia estarem em casa do negociante inglês Hequarth. Tôdas essas medidas foram o fruto dos poderes discricionários dados ao Coronel Flôres pelo Governo. O irmão de Pacheco querendo evadir-se à prisão, mandou pedir minha proteção para se embarcar, proteção que julguei não dever recusar, porque sabia que seria, conforme os desejos do Governo, e bem vista por ambos os partidos.

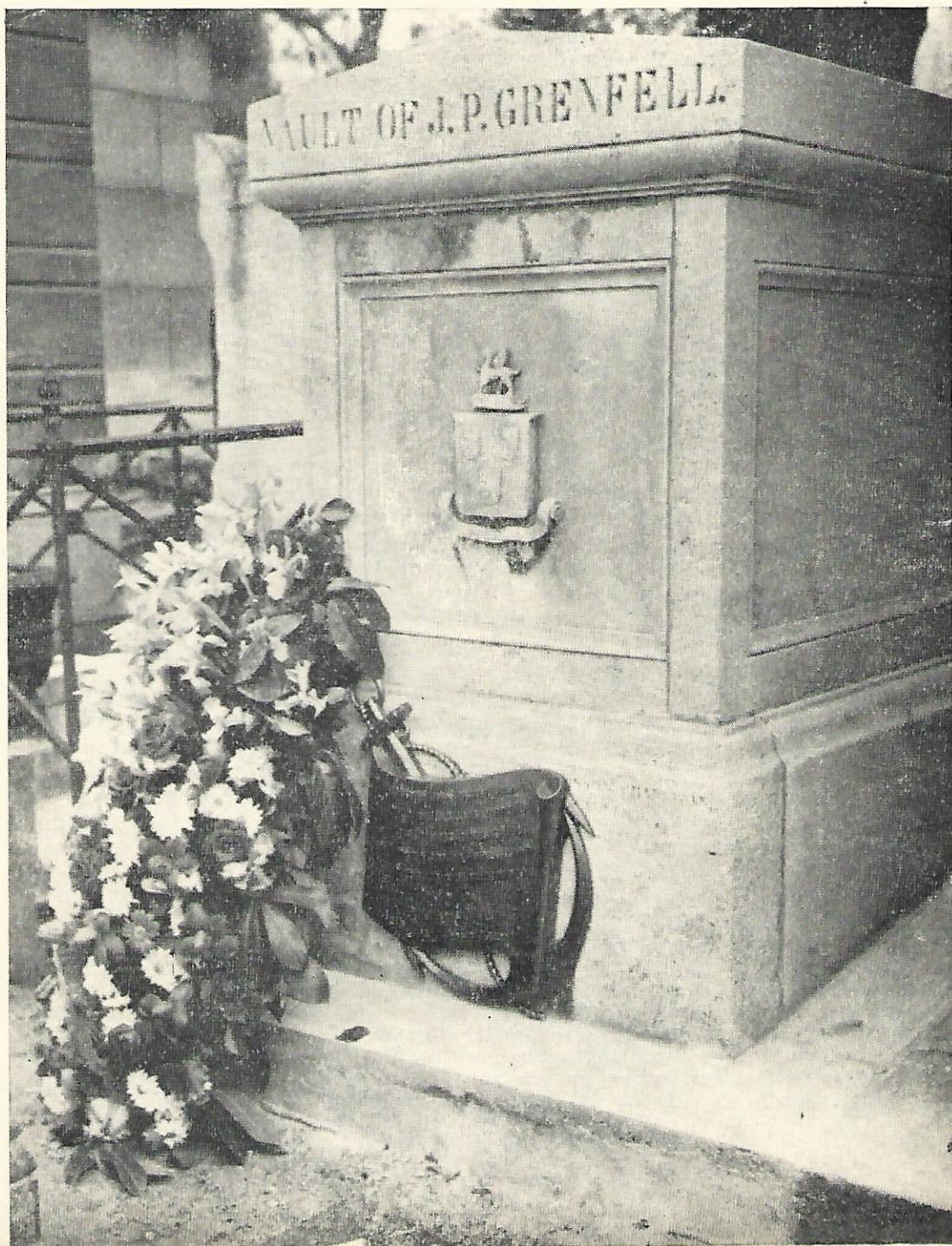
“Nestas circunstâncias pois, nesta crise que só me animarei a dar como passada quando Pacheco se retire do Pôrto de Montevidéu, tinha julgado que não devia progredir em exigência alguma, que longe de ser proveitosa ao Império não teria outro fim e resultado que tornar mais precário e calamitoso o estado da Cidade; e, pelo contrário, para acalmar os ânimos tenho me inte-

ressado para que os militares presos se congratem com o Governo, chamando precipitação e acaloramento aos crimes por eles cometidos, sem contudo perder de vista, a separação dos empregos daqueles que me têm parecido mais inimigos nossos, tais como Magariños da Capitania do Pôrto, Pillado, da Polícia, como criatura de Lamas, e com cujas

odiosidades sempre temos contado, e que tenho conseguido do Governo, em quem acredito as melhores disposições, e cuja amizade me tem sido prometida com tanto maior eficácia quanto é extrema sua necessidade.

“Tendo visto que os jornais do país haviam adulterado o fato do dia 8, sobretudo o *Nacional*, que queria inculcar-

Túmulo de Grenfell, no Cimitière de l'Est., em Paris.



-me em oposição ao Comandante da Fôrça Naval, tomei a resolução de dirigir a seu redator a carta que vem transcrita no dia de ontem, o qual existindo sob a influência de Vasquez veio mostrar-me as observações que pretendia imprimir sôbre o sucesso; e, a que não me opus por encontrá-las comedidas, carta em que só tive por fim esclarecer o fato sem me propor a uma discussão com o jornalista; e, que tão bem espero que V. Ex.^a terá a bem aprovar.

“No dia 13 recebi a nota de protesto inclusa²³ a que ainda não respondi por não me permitir a escassez do tempo e minha saúde, mas que logo depois da partida dêste navio será meu primeiro cuidado, para recordar a Vasquez: 1º) Que houve provocação feita pelo oficial que ultrajou o uniforme imperial, que procedeu à reclamação e ao aviso, que por ser verbal não deixa de ser oficial, e que o Chefe-de-Esquadra reclamou competentemente; 2º) Que a exigência dos brasileiros foi por mim feita como prova a sua nota de 8, assim como que se verificou sua dolosa existência a bordo do Brigue; 3º) Que a circunstância de achar-se a cidade sitiada e bloqueada não é suficiente consideração para que os neutrais tolerem repetidos excessos das autoridades da República, que deviam ser as primeiras em atender ao seu crítico estado; 4º) Que o inculcado ataque tanto podia ser repellido pela fôrça, que a esquadilha se preparou não só aumentando sua fôrça pessoal, como carregando e apontando seu armamento; 5º) Que a circunstância fortuita de haver o Chefe-de-Esquadra passado o dia no território ocupado pela fôrça sitiadora, dado como incidente do sucedido, no dia 8, além de quimérica é agravante de sua conhecida retidão; 6º) Que o passeio feito pelo

Chefe-de-Esquadra entre as fôrças do Govêrno, longe de ser uma provocação demonstra a confiança que depositava em sua ilustração e justiça; 7º) Que a desavença entre os membros do Govêrno e demissão de um dêles não deve ser considerada como produzida pelo sucesso do dia 8, porque, de tempo anterior e por inequívocos fatos, o ex-Ministro da Guerra havia mostrado evidentemente o desprezo em que tinha as deliberações e atos do mesmo Govêrno, a quem claramente mostrou que queria sobrepor-se; 8º) Finalmente, o que me foi informado pelo Chefe-de-Esquadra sôbre a proteção pedida para sua família, ao Encarregado de Negócios Britânicos, que sei ser exata; resposta que oportunamente levarei à presença de V. Ex.^a como me cumpre.

Depois de haver detalhadamente cientificado a V. Ex.^a de todo o sucedido no dia 8, e suas consequências para nós felizes, resta-me manifestar a V. Ex.^a que conquanto não me achasse convencido da mesma extrema necessidade e urgência, encontrava o Comandante da Fôrça Naval neste desagradável negócio; contudo podendo interpretar a minha prudência como falta de patriotismo, e quiçá de dignidade nacional, ao saber do ultraje feito ao uniforme imperial, que sobremaneira e dignamente havia irritado o espírito do mesmo Comandante da Fôrça Naval, resolvi compartilhar sua responsabilidade, acompanhando-o neste ato, a apresentar-me a uma oposição, que acredito seria sempre exclusivamente prejudicial aos interesses do Império, pela pouca fôrça moral que reciprocamente nós poderíamos prestar nos negócios que diariamente se apresentam, e para os quais sem dúvida imensamente ganhamos em todo o sentido com a queda de Pacheco e seu partido.”²⁴

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1) — Cf. *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira*, por Theotônio Meirelles da Silva, Oficial Reformado da Armada Nacional e Imperial e natural da Província de Minas Gerais; organizados por ordem do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Conselheiro Dr. José Rodri-

gues de Lima Duarte, sendo Ajudante General da Armada e Chefe de Esquadra Elisiário José Barbosa. Rio de Janeiro, Tipografia Perseverança, Rua do Hospício n° 85, 1882, Vol. II, págs. 44-46.

2) — *Ibidem*, pág. 66.

3) — *Ibidem*, pág. 79.

4) — Palma Muniz, *Grenfell na História do Pará, 1823-24*, em *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, T. X, Belém, 1926, pág. 9.

5) — Pedro Calmon, *História do Brasil — O Império, 1800-1889*, Rio de Janeiro, Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1947, 4^o Vol., págs. 193-194.

6) — José Joaquim Machado de Oliveira, *Juízo sobre as Obras Intituladas, Corografia Paraense, por Acióli de Cerqueira e Silva; e, Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, por Antônio Ladislau Monteiro Baena*, Tip. Imparcial, de F. de Paula Brito, Rio de Janeiro, 1843; transcrito por Palma Muniz, em *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, cit., págs. 104-108. — Vale acrescentar, como elemento elucidativo, que o Brigue *Palhaço* se denominou, anteriormente *São José Diligente*.

7) — Theotônio Meirelles da Silva, *ob. cit.*, Vol. II, pág. 178.

8) — *Ibidem*, pág. 149 e segs. — O Ofício do Almirante Rodrigo Pinto Guedes, Barão do Rio da Prata, Comandante em Chefe da Esquadra em Operações em águas do Prata, de bordo da Fragata *Piranga*, a 20 de agosto de 1826, dirigido ao Visconde de Paranaguá, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, transcreve o seguinte, bastante interessante e elucidativo: "Hontem me escreveu o Physico-Mór do Exercito, José Pedro de Oliveira, uma carta, que passô a transcrever: "Illmo. e Exm. Sr. — Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que examinando hontem as feridas de Grenfell, encontrei o osso humero fracassado até a sua cabeça articular, cujo estrago era maior do que pensava, quando o membro existia volumoso, por causa da inflamação. Por isto, e porque o enfermo já se ia afectando de debilidade, proveniente de muita supuração, complicada com spasmos parciaes dos musculos offendidos, determinei praticar quanto antes a amputação a retalho, o que teve lugar hoje pelas 11 horas da manhã, por ser o meio unico de salvar a vida a tão benemerito official, que até no acto da operação mostrou espirito, coragem e valor. Ahí verá V. Ex. o duvidoso estado em que se achava a vida deste digno Official. Todavia não perco as esperanças, porque o Director é bom; e é assistido de dia e de noite por professôres." Cf. *Arquivo Histórico da Marinha*, atualmente no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Doc. mss.

9) — Theotônio Meirelles, *ob. cit.*, Vol. III, pág. 172.

10) — *Ibidem*, pág. 171.

11) — Henrique Boiteux, *Os Nossos Almirantes, João Pascoe Grenfell*, Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1915, 1^o vol. pág. 254.

12) — Cf. documento mss. do *Arquivo Histórico da Marinha*, cit. — Vale aqui registrar, igualmente, o que, em 1845, consignava o *Relatório da Repartição dos Negócios da Marinha, apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na 1^o Sessão, da 6^o Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário d'Estado Antônio Francisco de Paula Holanda e Cavalcanti d'Al-*

buquerque (Rio de Janeiro, 1845, na Tipografia Nacional, pág. 9): "... a atenção que merece do Governo Imperial o estado de conflagração em que têm permanecido as repúblicas vizinhas ao sul do Império, conflagração que tem também merecido a atenção das grandes nações marítimas, tem requerido a permanência de uma força no Rio da Prata, incumbida de proteger os direitos dos súditos do Imperador ali residentes. Quatro corvetas e três brigues-escunas se têm conservado constantemente nessa Estação, que considero como uma pequena escola da nossa Marinha; e tenho razão de esperar que ganhe todos os dias, o que já tem acontecido, tanto em disciplina, como nos aperfeiçoamentos e boa economia no material; em tudo o que muito se esmera o Chefe de Esquadra João Pascoe Grenfell, seu actual Comandante." — Cabe, ainda, assinalar que, a *Divisão Naval do Prata*, iniciada em 1824, durante a Campanha da Cisplatina, compunha-se, então, isto é, em 1843, da Fragata "*Thetis*", da Corveta "*Liberal*", dos Brigues "*Real João*" e "*Real Pedro*", da Barca "*D. Sebastião*", das Escunas "*Leopoldina*", "*Maria Tereza*", "*Oriental*", "*Camões*", "*Reino Unido*", "*Isabel Maria*", "*D. Álvaro*", "*Seis de Fevereiro*", "*Ilha das Flores*", "*D. Ana de Jesus*", "*Manuelina*", "*Maria Isabel*" e oito grandes lanchões armados e artilhados; comandados todos, a princípio, pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Pedro Antônio Nunes; e, pouco depois, pelo Vice-Almirante Rodrigo Lôbo. Em 1825, para ajudar a sustentar o bloqueio de Buenos Aires, juntaram-se-lhe mais as Corvetas *Itaparica* e *Maceió*, as Fragatas *Imperatriz* e *Paula*; e, o Brigue *Vinte e Nove de Agosto*. Para eficazmente poder-se manter o bloqueio de Buenos Aires, desejando o Governo Imperial não sobre-carregar-se de despesas inúteis; e só mandar para o Rio da Prata navios aproveitáveis, ouviu a respeito a opinião de um dos mais competentes e ilustrados officiaes daquele tempo, o Chefe-de-Divisão Diogo Jorge de Brito; e este zeloso e inteligente official escreveu o parecer seguinte: "O Pôrto de Buenos Aires tem três canais da maior ou menor capacidade, por onde podem passar embarcações: o primeiro de ordinária freqüência corre ao NNE por entre os bancos; o segundo ao SE mesmo ao longo e próximo da costa; o terceiro e mais dificultoso (que é por onde saiu o Corsário *Lavalleja*), corre ao NO, passa o banco dos Camarões e desemboca por meio rio pelo S do baixio das palmas. Consequentemente são indispensáveis, para impedir o passo por três canais, uma corveta, três bergantins e mais duas escunas pequenas e ligeiras para andarem sobre a vela em reconhecimentos, e fazerem todo o serviço próprio de tais embarcações. Para se verificar o bloqueio na Enseada de Barregan; são indispensáveis uma corveta, um bergantim ou brigue-escuna, e uma escuna ligeira para o serviço análogo às acima ditas, e manter a comunicação entre estas e as embarcações em frente de Buenos Aires, ao todo seis embarcações redondas e três ligeiras. Ora, como é absolutamente impossível permanecerem as embarcações constantemente em serviço activíssimo, como deve ser aquêlê, é indispensá-

vel haverem mais quatro embarcações daquela ordem para poderem revesar-se, não só para reparo de aparelho, algum calafeto, pintura, mas também para descanso e refrêscos das respectivas tripulações, porque se não pode nem deve exigir dos indivíduos, mais do que permite a força humana. Recapitulando, temos que, para o efetivo bloqueio de Buenos Aires e Enseada de Barregan, são necessárias três corvetas, seis bergantins ou brigues-escunas e quatro embarcações ligeiras. Quanto a todo o resto das embarcações que se acham empregadas no Uruguai, incluindo os Brigues *Real Pedro* e *Real João*, não faço justa idéia nem do seu estado nem do seu serviço, só me persuado que geralmente estão mui desguarnecidos, e por consequência tomáveis, sendo atacados em detalhe: nem pode deixar de haver contínua deserção destas embarcações, onde os marinheiros e soldados passam bastante incômodos, andam quase sempre molhados; e sobretudo, não se lhes assinalando um termo a estes trabalhos, esmorecem os homens e aproveitam qualquer oportunidade para se evadirem. Sou, portanto, de parecer que, de todas as embarcações pequenas, só devem ficar armadas as que puderem prestar útil serviço, e andarem devidamente guarnecidas, designando às respectivas tripulações, um limitado prazo para serem revesadas por destacamentos das embarcações maiores. Embarcações para o efetivo bloqueio de Buenos Aires e Enseada de Barregan: Corvetas *Itaparica*, *Liberal* e *Maceió*; Brigues *Cabôclo*, *Vinte e Nove de Agosto*, *Pirajá* e *Rio da Prata*; Escunas *D. Januária* e *Pará*; escunas *Liberdade do Sul*, *Seis de Fevereiro*, *Maria da Glória* e *Alcântara*. A Corveta *Maria da Glória* não convirá empregar-se em tal serviço por ser navio mui cansado, convindo mais empregá-la em cruzeiro na Costa do Brasil." Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1826, Diogo Jorge de Brito. (*Apud*, notas colhidas em Teotônio Meireles da Silva, *ob. cit.*, Vol. III). — Vale, por oportuno e interessante, consignar, ainda, o Decreto n° 326, de 2 de outubro de 1843, que "Estabelece três Estações Navais em toda a extensão da Costa do Império, e dá outras providências a respeito delas.":

"Atendendo à exposição que me foi feita pelo meu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, hei por bem decretar:

Art. 1° — A Costa do Brasil será dividida em três Secções, pela forma seguinte, para o fim de estabelecer-se, em cada uma delas, uma Estação Naval:

1ª Secção ou do Sul, estendendo-se desde a extremidade austral do Império até o paralelo de 19°. O Pôrto do Rio de Janeiro será o centro desta Estação.

2ª Secção ou do Centro, da latitude de 19° até o Cabo de São Roque. O Pôrto da Cidade da Bahia será o centro desta Estação.

3ª Secção ou do Norte, desde o Cabo de São Roque até os limites do Império com a Guiana Francesa; sendo o Pôrto do Maranhão, o centro desta Estação.

Art. 2° — Em cada uma destas Estações haverá uma Divisão, composta dos Navios de

Guerra que o Governo designar, sujeita imediatamente a um Comandante-Chefe, o qual terá as atribuições, que competem ao Comandante-Chefe de uma Esquadra, na forma determinada no Regimento Provisional, Capítulo Terceiro, Artigos Segundo, Quinto, Sexto, Nono, Décimo, Undécimo, e Duodécimo.

Art. 3° — O fim destas Divisões é cruzar de contínuo ao longo da Costa do Império, cada uma dentro dos limites que lhes são designados para: 1° — proteger e auxiliar o comércio e navegação nacional; 2° — obstar ao contrabando de gêneros de importação e exportação, e ao tráfico ilícito de africanos; 3° — vigiar pela segurança dos habitantes da Costa, defendendo-os das hostilidades de Corsários ou Piratas, e auxiliando as autoridades na sustentação da ordem e tranqüilidade pública; 4° — dar aos Officiais e equipagens dos navios a instrução e exercício necessários para torná-los peritos e destros, assim na manobra, evoluções e navegação, como no uso e manejo das diferentes armas, de que se compõe a força marítima; 5° — fazer observações para determinar ou retificar a posição geográfica dos pontos da costa, ilhas, e baixos; levantar planos dos portos, baías, enseadas e ancoradouros, notar as sondas, correntes, marés e ventos dominantes; e fazer quaisquer outras observações tendentes ao aperfeiçoamento da navegação, e conhecimento da Costa do Brasil.

Art. 4° — O Comandante-Chefe designará os limites do cruzeiro de cada um dos seus navios, dando aos comandantes dêles as necessárias instruções para procederem na forma do disposto no artigo segundo, e determinando a duração dos cruzeiros; o modo por que serão rendidos os navios; quando e a que portos se hão de recolher, e a maneira por que deverão os respectivos comandantes dirigir-lhes as suas participações, e os resultados dos diferentes serviços, de que forem incumbidos.

Art. 5° — Compreendendo cada Estação o litoral de mais de uma Província, não poderão os navios das respectivas divisões, considerar-se estacionados em nenhuma delas; mas os comandantes das Estações, ou, em sua ausência, os comandantes de quaisquer dos navios delas, deverão satisfazer às exigências que lhes forem feitas pelos Presidentes das Províncias com o fim de manter a ordem e tranqüilidade públicas.

Art. 6° — Os comandantes das Divisões percorrerão amiudadas vêzes todos os pontos das suas respectivas Estações, a fim de verificarem se os comandantes dos navios desempenham, como devem, as suas obrigações, e especialmente as incumbências de que são encarregados por este Decreto.

O Ministro e Secretário de Estado o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessários. — Palácio do Rio de Janeiro, em dois de outubro de mil oitocentos e quarenta e três, vigésimo segundo da Independência e do Império. — Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador — Joaquim José Rodrigues Tôrres." (*Da "Coleção das Leis do Império do Brasil de 1843"* — Rio de Janeiro,

Parte I, T. V, págs. 203-204). — É interessante, também, registrar o seguinte trecho do *Relatório da Repartição dos Negócios da Marinha, apresentado à Assembléa Geral Legislativa, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Jerônimo Francisco Coelho* (Rio de Janeiro, 1844, pág. 6): Refere-se à organização, no ano anterior, das *Estações Navais*, cujo decreto de criação vimos de apresentar na íntegra: “O Governo teve em vista, detalhando assim a força armada, dar mais proteção e auxílio à nossa navegação mercante, reprimir eficazmente o contrabando de mercadorias, e o vergonhoso e ilícito tráfico de africanos; manter a mais severa disciplina a bordo dos navios armados, e adestrar os oficiais de Marinha, tirando-os da única navegação dos rios, em que, por fatalidade nossa, têm quase sempre êles sido empregados para sustentarem a ordem e integridade do Império.” — Quanto às *Instruções* consignadas no texto, pelo *Extrato das Instruções Reservadas Expedidas aos diversos Chefes da Divisão Naval do Prata desde 1838*, assinala o Art. 2.^o que merece ser registrado: “Não faça desembarcar em caso algum, e a qualquer pretexto seja, força armada.” (Of. de 20-9-1838 — *Arquivo Histórico da Marinha*, cit.) — Entretanto, em 22 de outubro seguinte, eram, a Grenfell, enviadas mais algumas recomendações: “... fazendo ver que a neutralidade recomendada não devia ir a ponto de tolerar o menor ato de hostilidade, que da parte de qualquer dos partidos seja feito ao nosso Pavilhão; devendo em tal caso repelir enèrgicamente com a fôrça semelhante atentado, e fazer respeitar como lhe cumpre, a honra e dignidade da Nação brasileira, para o que deverá ter os navios do seu comando preparados para obrar a cada momento.” (*Arquivo Histórico da Marinha, Ibidem.*) — Ainda em 8 de julho de 1844, dirigia, Holanda Cavalcanti, o seguinte officio ao Chefe-de-Esquadra John Pascoe Grenfell: “Remeto a V. S.^a para sua intelligência e govèrno, a cópia do Extrato do Aviso que, pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, ora se dirige ao Encarregado de Negócios do Impèrio, junto à República do Uruguai, o que V. S.^a considerará como adição a às Instruções que se acha munido. Deus guarde a V. S.^a” — Eis o Extrato a que se refere: “*Cópia Reservada n.º 6* — Tendo levado à presença de S. M. o Imperador o Officio que V. Mce. me dirigiu em data de 15 do passado, pedindo Instruções para se regular quando se verifique o fato que lhe comunicou o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Oriental do Uruguai, de se retirar êle com a fôrça sitiada, e entregar a Praça em depósito aos Representantes das Nações Neutras. . . tenho de comunicar a V. Mce. de ordem do Mesmo Augusto Senhor, que continuando o Govèrno Imperial a seguir nessa luta política a estriccta neutralidade, e sendo uma das conseqüências necessárias da aceitação dêsse depósito o conservá-lo, e defendê-lo, abandonaria nesse caso o Impèrio a sua neutralidade, e cooperaria com um dos beligerantes; e que portanto V. Mce. não deve por forma alguma aceitar em depósito.”

13) — Henrique Boiteux, *ob. cit.*, pág. 255.

14) — O grifo é nosso.

15) — Cf. Doc. mss., *Arquivo Histórico da Marinha*, etc.

16) — *Ibidem.*

17) — *Ibidem.*

18) — Henrique Boiteux, *ob. cit.*, pág. 257.

19) — *Ibidem*, pág. 265.

20) — *Apud*, Pandiá Calógeras, *A Política Exterior do Impèrio — Da Regência à Queda de Rosas*, Vol. VIII, pág. 520, Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira, São Paulo, 1933.

21) — Todos os documentos que, nesta parte da narrativa, transcrevemos, provêm do *Arquivo Histórico do Itamarati*; e foram copiados quando de pesquisas que lá efetuamos, para confecção do nosso trabalho: *O Reconhecimento da Independência do Paraguai pelo Impèrio — A Missão Pimenta Bueno* (*Revista Marítima Brasileira*, janeiro a março, 1952).

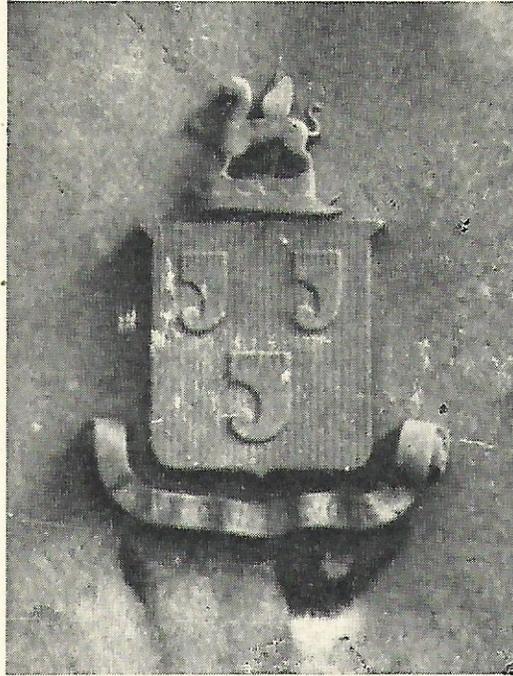
22) — Sobre a personalidade de Santiago Vasquez, vale citar o seguinte trecho de Calógeras (*Ob. cit.*, Vol. III, pág. 214): “Já no tratado de paz de 21 de outubro de 1838, Rivera agia como Chefe de Estado, e era representado, entre outros negociadores, por seus secretários do interior e fazenda, e da guerra e marinha, D. Santiago Vasquez e o general Enrique Martinez, o conselheiro uruguaio e ministro de Balcarce, e cuja gestão havia provocado a renúncia do então governador de Buenos Aires.”

23) — Já reproduzida no texto.

24) — O Almirante Henrique Boiteux (em *Os Nossos Almirantes*, cit., págs. 244-245) relata, embora sucintamente, o incidente que, longamente e com autorizada documentação, apresentamos. Eis o trecho em questão, como o ilustre historiador registra: “Um marinheiro nosso tendo ido á bordo de um navio oriental, foi desfeitoado por um official italiano que o commandava; teve os seus uniformes despedaçados, e depois de brutalmente maltratado, foi mandado preso para o brigue de guerra 28 de Março. D’essa affronta não foi dada a menor satisfação ao Encarregado de Negocios do Brazil. Convencido o Chefe Grenfell de que o govèrno Oriental esquivava-se a dar as satisfações pedidas, exigio formalmente do Encarregado dos Negocios reclamasse o marinheiro preso; que pedisse a demissão do official que o havia insultado e uma indemnização pecuniarria. Marcou o Chefe praso para que ao menos fôsse satisfeita a primeira de suas exigencias, vindo as outras em seguida; caso contrário, apoderar-se-ia do brigue 28 de Março, onde tinha o seu pavilhão José Garibaldi, que perante a nossa legação assignou termo de não mais pegar em armas contra o Brazil, depois que deixou o serviço da republica Riograndense. No dia seguinte, ás 10 horas, estavam 6 escaleres guarnecidos com gente armada e a escuna *Legalidade*, prolongados com o brigue, auxiliado por quatro lanchões para romperem as hostilidades, caso não lhe fosse entregue o marinheiro. Chegou nesse momento o nosso Encarregado de Negocios com o pedido

do Chefe da Nação para dilação do prazo por mais 4 horas, para de todo se satisfazerem as exigencias. Consentio o Chefe Grenfell; retirou-se o Encarregado dos Negocios. Entretanto continuavam promptos para combater Grenfell e Garibaldi. Ao meio-dia chegou a bordo do brigue 28 de Março, Melchior Pacheco y Obes, Ministro da Guerra e Marinha e General em Chefe das Armas da Republica, acompanhado de uma guarda de italianos, e cheio

de furia mandou dobrar a carga dos canhões, querendo assim começar as hostilidades. A mesma hora atracou á bordo da escuna, o sr. Leal, participando que o Governo assentia em tudo que delle se exigia. As 2 horas da tarde estavam á bordo da *Euterpe* os desertores, demittido o official, e demittido Pacheco de Ministro da Guerra, em troca de 500 pesos de indemnização, quantia, em que fora arbitrada a importancia a pagar.”



Brasão de Grenfell esculpido em seu túmulo (Paris).